



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 114

IV Sessão Legislativa

Horta, segunda-feira, 28 de novembro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Pedro Costa)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados iniciou-se a **verificação de poderes da Deputada Ana Paula Garcia de Lemos.**

Após a leitura do relatório pela Relatora da CAPAT, Deputada Isabel Rodrigues, procedeu-se à votação que registou a aprovação por unanimidade.

Posteriormente iniciou-se o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/2011 – “Plano Anual Regional para 2012”** e da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/2011 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012”;**

Apresentadas as propostas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*) usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), António Marinho (*PSD*), José Rego (*PS*), Zuraída

Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Berto Messias (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Cláudio Lopes (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Rogério Veiros (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Ricardo Ramalho (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), Paula Bettencourt (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Catarina Furtado (*PS*), Carlos Mendonça (*PS*), Francisco Álvares (*PSD*), Benilde Oliveira (*PS*), Cecília Pavão (*PS*) e ainda os Srs. Secretários Regionais da Presidência (*André Bradford*), da Economia (*Vasco Cordeiro*), da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*) e da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 37 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Bem-vindos ao período legislativo de Novembro de 2011, que corresponde a um período nobre, segundo a praxe da actividade parlamentar, já que vamos discutir dois documentos provisionais fundamentais, como seja o Plano e o Orçamento para o ano de 2012.

Vamos começar com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Alberto Valadão **Vaz**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
João Oliveira **Teves**
Joe Valadão Rego
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Paulo Jorge Silva **Ribeiro**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**
Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Temos, Sras. e Srs. Deputados, um ponto prévio na nossa actividade, ou seja, a verificação de poderes da Sra. Deputada Ana Paula Lemos.

Pedia à Sra. Relatora da CAPAT o favor de apresentar o respectivo relatório.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relativo à verificação de poderes de Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

CAPÍTULO I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 28 de Novembro de 2011, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação do mandato da Deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Ana Paula Garcia Lemos.

Estiveram presentes os Deputados Hernani Jorge (Presidente), Isabel Rodrigues (Relatora), Luís Garcia (Secretário), Paulo Ribeiro, Bárbara Chaves, António Toste Parreira, Carlos Mendonça, Francisco Valadão, José Ávila, Clélio Menezes, José Fernandes e Luís Silveira.

CAPÍTULO II

Enquadramento jurídico

Nos termos do disposto no Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, os Deputados podem requerer a sua substituição

temporária, por motivo relevante, por período não inferior a 10 dias e não superior a dois anos. O deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato do Deputado.

Em caso de vacatura ou suspensão do mandato, o deputado deverá ser substituído pelo primeiro candidato não eleito na respectiva ordem de precedência na mesma lista, conforme resulta do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do supra citado Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, havendo que proceder à verificação dos respectivos poderes.

A verificação de poderes é feita pela Assembleia Legislativa e consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é competente em razão da matéria em apreciação.

CAPÍTULO III

Verificação dos poderes dos deputados

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 24 de Novembro de 2011, a Deputada Alzira Maria Serpa Silva solicitou a sua substituição temporária por motivo relevante, a partir da mesma data, ao abrigo do disposto da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do citado Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual foi deferido.

Em 24 de Novembro de 2011, a Direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunicou a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato

da Deputada Alzira Maria Serpa Silva e da indisponibilidade por incompatibilidade prevista na alínea j) do nº 1 do artigo 22º do citado Estatuto dos Deputados, da candidata Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa e do candidato Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores a vaga será preenchida pela candidata Ana Paula Garcia de Lemos, nos termos do disposto no artigo 9º do mesmo Estatuto, a partir daquela data.

Compulsada a acta de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 19 de Outubro de 2008, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respectiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Ana Paula Garcia Lemos, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Alzira Maria Serpa Silva, a partir de 24 de Novembro de 2011.

CAPÍTULO IV

Síntese das posições dos deputados

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP manifestaram posições de concordância quanto à situação de elegibilidade e à inexistência de quaisquer incompatibilidades relativamente à candidata Ana Paula Garcia Lemos.

CAPÍTULO V

Conclusões e parecer

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível a candidata Ana Paula Garcia Lemos e que a mesma não se encontra em situação de incompatibilidade, concluindo que está em condições de integrar a IX Legislatura desde a data de 24 de Novembro de 2011.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Ponta Delgada, 28 de Novembro de 2011

A Relatora, Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Hernâni Jorge

Presidente: Creio não existirem intervenções. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos à votação deste relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Na sequência desta votação convido a Sra. Deputada Ana Paula Lemos a tomar o seu lugar na respetiva bancada, desejando-lhe, desde já, as maiores felicidades no desempenho do seu cargo.

(Neste momento a Deputada Ana Paula Lemos ocupou o seu lugar na bancada)

Vamos prosseguir e vamos entrar na discussão conjunta do “**Plano Anual Regional para 2012**” e do “**Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012**”.

Antes de mais, umas notas prévias. Conforme acordado em Conferência de Líderes foram fixados os tempos globais deste debate que decorrerá hoje, terça e quarta-feira, recomeçando sempre às 10 da manhã e sem PTAP.

Para o debate na generalidade foram fixados os seguintes tempos:

- Governo e o Partido Socialista – 240 minutos para cada um,
- Partido Social Democrata - 150 minutos,
- Partido Popular - 60 minutos,

- Bloco de Esquerda - 25 minutos,
- Partido Comunista Português e Partido Popular Monárquico – 12 minutos para cada um.

Para as declarações finais:

- Governo e o Partido Socialista - 30 minutos para cada um,
- Partido Social Democrata - 20 minutos,
- Partido Popular - 15 minutos,
- Bloco de Esquerda - 10 minutos,
- Partido Comunista Português e Partido Popular Monárquico - 7 minutos para cada um.

No debate na especialidade:

- Governo e o Partido Socialista - 40 minutos para cada um,
- Partido Social Democrata - 25 minutos,
- Partido Popular - 13 minutos,
- Bloco de Esquerda - 10 minutos,
- Partido Comunista Português e Partido Popular Monárquico - 7 minutos para cada um.

Vamos iniciar o debate na generalidade do Plano e do Orçamento para 2012.

Dou a palavra, para abrir o debate, ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Iniciamos, hoje, a discussão da proposta de Plano de Investimentos e Orçamento da nossa Região para 2012.

O Plano de Investimentos Público e o Orçamento da Região para 2012 que estamos a analisar, pretende responder aos desafios que se nos colocam atualmente e que exigem a capacidade de conciliar duas agendas bem definidas, por um lado dar continuidade à estratégia de desenvolvimento da nossa região que estávamos a empreender e por outro, criar novos mecanismos de apoio às nossas empresas e famílias para minimizar os efeitos adversos da conjuntura externa.

Vivemos atualmente um momento de grande instabilidade e incerteza à escala mundial. A cada dia, a cada semana a solidez de uma Europa assente num mercado único e numa moeda única forte e consistente dilui-se cada vez mais, deixando a incerteza crescente sobre o seu futuro.

Como os acontecimentos recentes comprovaram, o problema não se confina aos países periféricos da Europa, o problema assenta numa profunda crise sistémica do sistema financeiro europeu que não teve a capacidade de criar os mecanismos necessários a conciliar uma moeda única com um mercado financeiro europeu sólido e robusto.

O problema não está apenas na Grécia ou em Portugal, o problema atingiu já a Itália, a Espanha, França, Bélgica, Áustria e até a poderosa Alemanha.

Assistimos, perante a incapacidade de reação das instituições europeias, ao colapso progressivo da moeda única europeia.

Enquanto os Estados Unidos financiam o seu *deficit* orçamental através da emissão de moeda pela sua reserva federal, apesar do conseqüente risco de desvalorização do dólar, a Europa continua a financiar-se recorrendo apenas aos mercados e de forma desagregada deixando cada país enfrentar sozinho esse desafio.

É nesta conflitualidade de interesses que nos encontramos, sendo que a continuação desta política financeira e orçamental norte americana só é possível enquanto o Euro se mantiver como uma moeda fraca e assim permitir à Reserva Federal Americana continuar a emitir moeda para financiar o seu *deficit* sem o risco da sua desvalorização relativa face ao Euro.

A Europa tem de agir com urgência e de forma agregada para contrariar esta situação e só tem dois caminhos: ou assegura as suas necessidades de financiamento recorrendo aos mercados financeiros de forma conjunta, mutualizando as garantias através da criação de Eurobonds e anulando assim os ataques especulativos a que cada um dos países está sujeito ou usa os mesmos mecanismos dos Estados Unidos assegurando o seu financiamento através de emissão de moeda pelo Banco Central Europeu.

Enquanto as instituições europeias não optarem por uma destas vias que permita associar a uma moeda única um verdadeiro mercado financeiro único europeu, o euro não terá a capacidade de se afirmar como uma moeda sólida e com robustez suficiente para enfrentar os ataques especulativos que visam manter o equilíbrio existente entre o Euro e o Dólar, e todos os países com Euros irão cair nas dificuldades que começaram por atingir os países mais periféricos da Europa.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*) e **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

O Orador: Afinal a dimensão do problema não tinha origem no nosso país como também a solução não poderá, como agora todos concordam, ser encontrada dentro das fronteiras nacionais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como todos já perceberam a dimensão do problema que vivemos é estrutural e é europeu e a solução só poderá ser encontrada num contexto europeu.

Tudo o que se disser fora deste contexto, não passará de demagogia e oportunismo partidário...

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... sem consequência na vida de todos os que efetivamente sentem no seu dia-a-dia o impacto desta conjuntura.

Deputado João Costa (*PSD*): O senhor já pediu opinião à Merkel?

O Orador: Esta realidade vivida e sentida à escala europeia, não passa ao lado da nossa Região, tendo o Governo dos Açores, desde o primeiro momento, se empenhado decisivamente na implementação das medidas que permitam atenuar os efeitos desta conjuntura, identificando os constrangimentos e as dificuldades que nos chegavam do exterior, e implementado as medidas necessárias, dentro das nossas competências e dos nossos recursos, que minimizem o seu efeito nas nossas empresas e nas nossas famílias.

É este o desafio que temos vindo a vencer conforme demonstram os dados mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, onde se comprova

que os Açores já atingiram 77% da média *per capita* do PIB da União Europeia, e 96% da média do país reforçando uma trajetória convergente com os níveis médios de produção e rendimento do País e da Europa que consolidam a nossa convicção que estamos no caminho certo.

No entanto em 2012 enfrentaremos novas dificuldades e constrangimentos externos, na sequência da implementação de um conjunto vasto de medidas adicionais tomadas pelo Governo da República que afetarão muito negativamente o rendimento das famílias e das empresas portuguesas e que contribuirá para que, de acordo com as previsões recentes do Ministro das Finanças, se venha a registar em Portugal, em 2012, a maior recessão económica dos últimos 30 anos.

Esta realidade é ainda agravada pela incapacidade crescente dos bancos financiarem as empresas e famílias.

Se tivermos em conta que só em 2007 os bancos introduziram na Região 620 milhões de euros líquidos através do financiamento às empresas e famílias, e que no primeiro semestre de 2011 não só não canalizaram um cêntimo como retiraram 67 milhões de euros, percebemos o impacto real da contração do crédito bancário na economia açoriana.

O efeito da desalavancagem da banca na Região é pois idêntico ao impacto que teria na Região se num ano não se concretizasse qualquer investimento público, ou seja, seria necessário pelo menos duplicar o investimento público para tentar anular o efeito da incapacidade dos bancos em financiarem as empresas e as famílias

É pois impossível exigir a um Governo, qualquer que ele seja, em qualquer economia de mercado, que se substitua à banca na sua função insubstituível de alavancagem da actividade económica.

Também não podemos pôr em risco, a promulgação do nosso orçamento, tão necessário ao imediato reforço das medidas de apoio às nossas empresas e famílias, pela introdução de normas que procurassem compensar diretamente as medidas impostas pelo Governo da República de redução salarial na Administração pública.

Essa opção provavelmente apenas levaria a uma luta político-jurídica que só atrasaria a adoção das medidas já inscritas no Orçamento Regional, o que não beneficiaria ninguém.

Temos consciência de que, em 2012, as famílias e as empresas açorianas terão dificuldades acrescidas, mas o nosso objetivo é fazer tudo, mas mesmo tudo o que estiver ao nosso alcance, dentro das nossas disponibilidades, dos nossos recursos e das nossas competências estatutárias para minimizar os efeitos desta conjuntura externa.

Não ignoramos as exigências e não negligenciamos a necessidade de tomar todas as medidas necessárias para continuar a assegurar o desenvolvimento sustentado da nossa Região, intervindo sempre que necessário para apoiar as famílias e as empresas açorianas, promovendo o emprego e a dinamização da estrutura produtiva regional.

É neste contexto que elegemos como prioridades para 2012 reforçar o valor reprodutivo da despesa pública e o seu efeitos na sustentabilidade económica e na competitividade das empresas açorianas e na criação de emprego, bem como reforçar os recursos destinados a assegurar a proteção e a solidariedade social dos açorianos.

Felizmente para os açorianos, vivemos na única parte do território nacional que tem a possibilidade de disponibilizar recursos para minimizar os efeitos na Região das medidas restritivas tomadas a nível nacional.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Isto só é possível porque soubemos ser equilibrados na gestão das finanças públicas regionais.

Enquanto no restante território nacional se discute onde se vai cortar ainda mais na despesa, que benefícios vão ainda ser retirados, nos Açores felizmente e para bem dos açorianos debate-se o que vamos poder apoiar.

Deputado João Costa (*PSD*): Nada se passa nos Açores!

O Orador: Enquanto no resto do país se discute a dimensão da diminuição do apoio às famílias, e às empresas, nos Açores debatemos a intensidade do reforço desses apoios.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Enquanto no resto do país se discute como se vai pagar os investimentos que já foram concretizados, nos Açores debatemos que investimentos podemos ainda fazer.

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: É essa a grande diferença que distingue os Açores do país, pois por termos conseguido assegurar o equilíbrio das nossas contas públicas não estamos hoje a discutir que apoios vamos retirar mas que apoios podemos atribuir com os recursos disponíveis que temos.

Valeu a pena ser responsável, valeu a pena ser rigoroso, valeu a pena ser transparente,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque podemos agora continuar a apoiar as famílias e as empresas que mais precisam.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É também relevante que possamos concretizar este nível de apoio público de forma sustentada, sem recurso a soluções de curto prazo nem comprometendo o futuro da nossa Região, investindo apenas o que poderemos pagar, para que as gerações futuras possam continuar a apostar no desenvolvimento da nossa terra, dotando os agentes económicos de um quadro de estabilidade e de uma confiança num futuro que continue a potenciar o incremento da actividade económica sustentada.

O Plano e Orçamento para 2012, define uma estratégia global privilegiando o desenvolvimento económico, sustentado na promoção do emprego e do rendimento das famílias, na coesão social e no equilíbrio das finanças públicas.

A proposta de orçamento para o ano de 2012 atinge 1.436 milhões de euros, que, deduzindo as contas de ordem e operações de refinanciamento, representa

a disponibilização de recursos no montante de 1.079 milhões de euros, menos 3,4% do que o disponível em 2011.

O Orçamento da Região assegura a manutenção dos mesmos montantes de receitas próprias da Região, 563 milhões de euros, sendo que a redução de receitas derivam exclusivamente da diminuição das transferências do Orçamento de Estado na sequência do aumento relativo do nosso Produto Interno Bruto e da redução em 53% do recurso ao endividamento e da consequente menor utilização de empréstimos como fonte de financiamento.

Em 2012 iremos diminuir a nossa dependência das receitas exteriores à Região, aumentando assim o nosso rácio de autonomia financeira.

As alterações recentemente introduzidas no Orçamento de Estado na sequência de os Açores terem voltado a registar um crescimento económico superior à média nacional, origina uma redução adicional de transferências do Estado de 7,4 milhões de euros.

No entanto este facto não implicará uma redução global de receitas da Região na medida que este decréscimo será compensado com o aumento da receita proveniente de transferências de Fundos Comunitários na sequência da alteração prevista da regulamentação comunitária que assegura um aumento da taxa de comparticipação de 85% para 95% do investimento efetuado.

Esta importante medida recentemente anunciada pelo Comissário Europeu responsável pelos Fundos Estruturais, permitirá alavancar a execução de investimentos cofinanciados pela União Europeia, e assim aumentar as receitas decorrentes da respetiva comparticipação anulando em termos orçamentais a redução proveniente do Orçamento de Estado.

Somos a Região do País com maior taxa de aprovação e execução dos Fundos Estruturais, e fomos elogiados recentemente pelo Tribunal de Contas Europeu, pelo rigor exemplar na gestão e aplicação destes recursos financeiros.

A conjugação destes factores permite-nos, apesar da redução, assegurar uma estabilidade das receitas da Região, o que constitui um contributo fundamental para perspetivar um planeamento sólido e equilibrado do investimento público

a médio prazo, possibilitando na Região a existência de um enquadramento estável para as empresas e famílias açorianas.

As despesas orçamentadas, excluindo as contas de ordem, totalizam 1.079 milhões de euros, sendo 599,3 milhões de euros referentes a despesas de funcionamento e 480,3 milhões de euros destinados a financiar o Plano de Investimento da Região.

As despesas de funcionamento, deduzindo a dotação provisional e as transferências para o Serviço Regional de Saúde, totalizam 360,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 34 milhões de euros em relação a 2011, o que demonstra um continuado esforço de rigor e contenção nesta componente da despesa.

Esta significativa redução nas despesas de funcionamento da Administração Regional, anulou na totalidade os efeitos da redução de receitas proveniente da diminuição das transferências do Orçamento de Estado e do menor recurso ao endividamento, assegurando-se que não fosse prejudicado o investimento público e permitindo potenciar o reforço em 21 milhões de euros das transferências para o Serviço Regional de Saúde.

O aumento das transferências para o serviço regional de saúde conjugado com a redução de custos decorrentes da implementação das medidas inscritas no Orçamento de Estado para a saúde e das medidas de poupança já implementadas nos Hospitais regionais, permitirá que os hospitais dos Açores registem em 2012, pela primeira vez, não só o seu total equilíbrio financeiro como obtenham os recursos financeiros necessários à amortização dos seus financiamentos.

Para nós, as despesas na Educação e na Saúde dos açorianos serão sempre um investimento e uma componente das despesas que assumimos com orgulho e convicção, a par da redução constante e progressiva nas aquisições de bens e serviços correntes.

Não olhamos para este tipo de despesa como potenciais gorduras da administração que importa reduzir, aliás quem hoje fala em gorduras na administração regional, são os mesmos que há seis meses prometiam que iriam

cortar essas gorduras na Administração Central se fossem Governo na República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Hoje já todos percebemos que afinal ou as gorduras não existiam ou afinal apenas se estavam a referir aos subsídios de férias e Natal dos funcionários públicos,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... que para eles seriam então gorduras desnecessárias.

Os valores do investimento público previsto para 2012 ascendem a 737,3 milhões de euros, dos quais 480,3 milhões são inscritos no capítulo 50 do Orçamento da Região, o que representa um grande esforço para manter, sensivelmente estável o investimento público.

Este esforço é ainda mais relevante quando o investimento representa 45% da despesa regional quando em termos nacionais o investimento público significa menos de 1% da despesa do Estado.

No âmbito do plano de investimentos acentuamos a prioridade de apoio às empresas e famílias açorianas, reforçando as dotações financeiras que tem maior valor reprodutivo e efeitos na sustentabilidade económica e na competitividade da economia açoriana e na criação de emprego, bem como as provisões para assegurar uma maior proteção e solidariedade social, reduzindo em contrapartida outras ações que não correspondem diretamente à concretização destes objetivos.

Neste contexto, os recursos financeiros para a concretização do objetivo “Promover o Crescimento Sustentado da Economia” representam 36,4% do total do investimento, o que corresponde a 268,1 milhões de euros.

Os recursos disponibilizados no âmbito do objetivo “Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social” aumentam em 2012, 13%, passando a dispor de uma dotação

de 89,1 milhões de euros, o que demonstra o cumprimento integral das prioridades definidas para o próximo ano.

A concretização do objetivo “Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos” ascende a 170,2 milhões de euros, o que representa 23,1% do valor global do investimento público, sendo que 83,5 milhões de euros se destinam à promoção das políticas de emprego e formação profissional.

A conjugação destes aspectos positivos só foi possível, porque apesar de dispormos em 2012, de menos recursos, redefinimos as nossas prioridades, acentuando a poupança nas despesas de funcionamento e a disponibilização de recursos que permitem garantir uma consolidação orçamental sustentável e potenciadora do incremento das medidas de apoio às famílias e empresas açorianas.

Neste contexto e no âmbito do reforço dos apoios às famílias às empresas açorianas, propomos no âmbito do Plano e Orçamento para 2012, também:

- aumentar a dotação do fundo de compensação social para mais de 11 milhões de euros destinados a financiar a criação de mecanismos complementares de apoio às famílias açorianas e para apoiar eventuais situações sociais pessoais de emergência;

- Aumentar a dotação para bonificação de juros à actividade empresarial privada para 6,2 milhões de euros e para 12,8 milhões de euros os recursos para fomentar a coesão regional, de modo a assegurar a operacionalização dos mecanismos de apoio às empresas e facilitação do seu financiamento e a consolidação da estrutura produtiva e empresarial regional.

O conjunto destas medidas que concretiza um enorme esforço de apoio às famílias e empresas açorianas é ainda mais relevante, quando em toda a Europa, se assiste a uma redução generalizada dos apoios sociais, das pensões entre outras medidas restritivas.

Alguns, sempre os mesmos, vão voltar a dizer, que é pouco, limitando-se a propor mais, mas são exactamente os mesmos que, quando tiveram oportunidade e quando tiveram responsabilidades governativas na Região nunca

criaram complementos regionais às pensões, aos abonos de família ou à remuneração dos funcionários públicos....

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... nem implementaram qualquer redução fiscal na Região, e que agora novamente no Governo na República fazem exactamente o contrário do que propõem na oposição nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A proposta de Plano e Orçamento para 2012 constitui um contributo para o reforço da estabilidade, equilíbrio e sustentabilidade das finanças públicas regionais.

Vamos em 2012 conseguir reduzir em 72% as nossas necessidades de financiamento, em relação a 2010, e em 53% face a 2011, como já conseguimos este ano reduzir em 41% o *deficit* orçamental em relação ao ano passado.

Esta redução progressiva das nossas necessidades de financiamento implica que no próximo ano serão necessários apenas 15 milhões de euros, ou seja 0,4% do PIB regional, e dada esta trajetória consistente podemos anunciar que conseguiremos em 2013 atingir o pleno equilíbrio das nossas contas públicas sem qualquer *deficit* orçamental.

De acordo com os dados recentemente divulgados pelo INE, Eurostat e Banco de Portugal considerando todo o perímetro da Administração Pública, incluindo a Administração Direta, Indireta e sector empresarial, de acordo com o sistema contabilístico europeu SEC95 que uniformiza as regras de contabilização de endividamento dos países europeus a dívida pública é nos Açores, em termos *per capita*, seis vezes inferior à verificada no país...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e cinco vezes inferior à registada na Madeira.

Ou seja de acordo com as entidades estatísticas europeias e após a validação e confirmação da Troika às contas nacionais e das Regiões Autónomas, a dívida pública por açoriano é cinco vezes inferior à que corresponde a cada madeirense e seis vezes inferior à correspondente a cada português no continente.

Ao longo deste ano as nossas contas públicas e as finanças regionais foram analisadas e avaliadas também pela Troika, tendo os Açores cumprido integralmente sem qualquer desvio ou derrapagem as metas orçamentais que se tinha comprometido.

Todos os indicadores confirmam e reconhecem a boa gestão das finanças públicas da Região e comprovam o rigor, equilíbrio, transparência e credibilidade da gestão pública nos Açores.

Hoje, em termos de finanças públicas, já ninguém no nosso país e nas instâncias internacionais que nos acompanham, fala no plural, quando se refere às Regiões Autónomas,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: ... passando a diferenciar claramente a realidade de cada Região reconhecendo e valorizando o bom desempenho das finanças públicas regionais e o seu esforço e o contributo solidário dos Açores para o equilíbrio das contas públicas nacionais e das responsabilidades internacionais do país.

Esta realidade constitui um património essencial na defesa e consolidação da nossa autonomia.

Consideramos pois que estão reunidas todas as condições para apoiar e aprovar estes documentos, que constituem mais um contributo para reforçar essa realidade.

Estou certo de que saberemos corresponder a esta oportunidade e a este desafio.

Um desafio que temos pela frente.

Um desafio que queremos superar.

Um desafio que vamos vencer.”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o período de inscrições para esclarecimentos.

Vou dar a palavra, para pedir esclarecimentos, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.
Tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Acabámos de ouvir o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. O que ouvimos foi um discurso de um Governo vencido pelas circunstâncias trágicas que atravessamos.

Deputado Francisco César (PS): Isso já estava escrito, Sr. Deputado!

O Orador: Este Governo e este Orçamento pertencem a outro tempo. São uma espécie de cinzentas e apagadas figuras retiradas de um velho e decadente museu. Um museu que recorda os políticos que gastaram o que não tinham. Um museu que recorda os políticos que arruinaram o nosso futuro.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é uma intervenção!

O Orador: Um museu construído na memória traumatizada dos homens para que jamais se esqueça a culpa dos culpados.

Este Governo não é outra coisa que a infeliz projeção de um passado que nega qualquer futuro. No entanto, aqui está o discurso de um Vice-Presidente incapaz de reconhecer os erros cometidos ao longo de 15 anos por um Governo Regional extasiado pelos fumos da Europa.

Foi este Governo quem nos trouxe até aqui, a esta apagada e vil tristeza, e é de justiça que daqui não passe quem para aqui nos trouxe. Que não passe este Orçamento! Que não passem os especuladores que nos oprimem! Que não passe este Governo!

Pode alguma vez passar um Orçamento que assalta e se apodera da justa retribuição de quem trabalha?

Com que direito Sr. Vice-Presidente? Com que direito?

Deputado Berto Messias (PS): Isto não é a Assembleia da República!

O Orador: E para quê? Para se gastarem esses milhões roubados ao suor dos açorianos em palácios e pedras que perpetuam a memória de homens e de governos messiânicos? Não se esqueça, Sr. Vice-Presidente, não se esqueça que nenhuma obra megalómana apagará da memória dos homens os sacrifícios que lhes foram impostos só porque alguém gosta de ver escrito o seu nome em placas de inauguração.

Governe, Sr. Vice-Presidente, para os homens e não para as pedras e a vaidade. Governe para o Povo! Sirva o Povo! Trabalhe para o Povo!

Por isso lhe pergunto, Sr. Vice-Presidente, acha justificado gastar milhões de euros em centros de arte contemporânea num momento em que uma parte do nosso Povo passa fome?

Acha justo, Sr. Vice-Presidente, apoderar-se dos subsídios dos trabalhadores açorianos? E não me diga que tem de ser e que é inevitável. Não tem de ser e não é inevitável. É um roubo e é um erro!

Como espera V. Ex.^a que as lojas vendam, que os pedreiros construam, que os aviões voem, que os barcos naveguem, que alguém durma nos nossos hotéis e que os agricultores vendam bifés em vez de entranhas? Que espécie de economia quer V. Ex.^a construir tirando dinheiro e meios de subsistência ao Povo?

Neste orçamento, o Governo arrasa a dotação orçamental para a educação. Destruindo a qualidade do sistema educativo, destrói V. Ex.^a a possibilidade de mobilidade social na sociedade açoriana. No futuro, os ricos serão os filhos dos ricos e os pobres os filhos dos pobres. É esse o caminho e o destino final das vossas políticas.

Por tudo isto, desafio todos os açorianos a lutar. Nada disto é inevitável. Estão em causa direitos conquistados com inimagináveis sacrifícios pelas gerações que nos antecederam.

Tiraram-nos uma parte do vencimento e não reagimos. Tiraram-nos o direito a uma velhice com reforma e não nos importámos. Tiraram-nos os subsídios e não nos insurgimos. Tiraram-nos o trabalho e não protestámos. Um dia farão dos nossos filhos pouco mais que escravos porque nós não protestámos e porque nós não lutámos.

Deputado Berto Messias (PS): Essa intervenção é aí para o lado, não é para aqui!

O Orador: É disto que se trata! Este Governo chama-se socialista, mas é apenas colaboracionista. Este Governo não governa para o Povo, colabora com

os especuladores. Este Governo é cúmplice dos que nos arrastam para a pobreza e para a miséria.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): E o pedido de esclarecimento é...?

O Orador: Por isso, o PPM votará contra o empobrecimento. O PPM votará contra a desigualdade. O PPM votará contra a injustiça! O PPM votará contra a resignação! O PPM votará contra o Orçamento deste Governo!

Apresentaremos 143 propostas de alteração ao Plano e Orçamento para alterar o rosto do monstro e da injustiça. Para que seja possível produzir. Para cortar o desperdício. Para derrotar a miséria. Para conquistar a esperança.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): E o pedido de esclarecimento é...?

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é aí para a sua direita, para os seus colegas!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para esclarecimentos.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia, se me permite, Sr. Vice-Presidente, para caracterizar a primeira parte da sua intervenção que mais parecia um acto de contrição em relação ao neoliberalismo, o que me deixou até de alguma forma satisfeito.

Passado este comentário queria pedir alguns esclarecimentos.

Estamos de acordo relativamente à questão do apoio ao tecido empresarial, às empresas, à economia regional. Perfeitamente de acordo!

Temos feito isso. Temos apoiado, com as críticas que são conhecidas, os programas que aqui têm vindo trazer.

Mas para além disso preocupa-nos no contexto actual a questão do emprego, que V. Exa. também referiu na sua intervenção. Aqui é que assaltam as minhas dúvidas, porque V. Exas. propõem, em termos do Plano, uma redução de 27% para os programas de emprego e de 23% para os programas de estágios profissionais.

Num contexto de crise em que o fenómeno da economia paralela até pode vir a crescer, e ele já é alto (a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo afirmou recentemente que a economia paralela nos Açores rondaria os 37% e isso temos que combater), V. Exas. propõem uma redução, por exemplo, de 12% nas verbas para a Inspeção Regional do Trabalho, quando sabemos que esta instituição tem um papel fundamental no combate designadamente à economia paralela e têm uma redução substantiva de 50% num outro programa que também visa combater (não é só!) a economia paralela, o programa de combate ao trabalho precário, ao subemprego e ao trabalho ilegal.

Gostaria de perceber como é que o Governo, reduzindo desta maneira as verbas que enunciei, pretende ter programas de emprego activos num contexto como o que nós vivemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois é, Sr. Vice-Presidente. Todos os anos aqui ouvimos falar de rigor; todos os anos aqui ouvimos falar de uma gestão equilibrada das finanças públicas; todos os anos aqui ouvimos falar do muito dinheiro que existe em favor dos açorianos; todos os anos existe a força de uma qualquer razão no seu discurso que os açorianos desconhecem completamente.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos os anos ouvimos falar de sucesso.

A fantasia é, contudo, aquilo que podemos concluir quando depois se observam os resultados e daí também o facto do Sr. Vice-Presidente, no início da sua intervenção, ter de alguma forma tentado fazer um exercício de desculpabilização para que realmente os insucessos não sejam a marca, designadamente em relação ao período mais recente.

Relativamente ao discurso do Governo, através da sua voz, no início do debate deste Plano e Orçamento, revela um perfeito afastamento da realidade. É o

afastamento da realidade que se pode exclusivamente constatar daquilo que o senhor acabou de referir dali.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É porque este é o discurso que as famílias açorianas não percebem.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Não percebem, porque existem inúmeras dificuldades que estão a enfrentar no dia-a-dia. Não percebem esse discurso de sucesso quando, no fundo, sentem o insucesso nas suas vidas.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Continuam a existir focos de pobreza significativos e gritantes, o Rendimento Social de Inserção continua a atingir níveis perfeitamente desmedidos, muitas famílias continuam a viver abaixo do limiar da pobreza, o poder de compra destas famílias vai sendo cada vez menor, vai-se deteriorando dia-a-dia.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Por culpa de quem, já agora?

Deputado Francisco César (PS): Tudo culpa nossa!

O Orador: As empresas lutam com sérias dificuldades e muitas vezes não vêm forma de continuar a exercer a sua actividade e têm que fazer tudo por tudo para não fechar as suas portas; os açorianos assistem à desertificação das suas ilhas, os açorianos vêm a economia das suas ilhas a definhar em permanência e acima de tudo, neste momento, de forma mais significativa, porque enfrentam uma adversidade que nunca enfrentaram.

Existe 11,6% de desemprego nos Açores; existem 14.171 desempregados, mas entretanto vem aí o dinheiro a correr. O dinheiro do Governo, esse, continua a correr, em tudo, menos naquilo que se reproduz em termos de melhorias da qualidade de vida dos próprios açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E vêm que este dinheiro é o dinheiro que resulta dos seus impostos, dos impostos que pagam, mas também do dinheiro que há-de ser desembolsado pelos nossos filhos e pelos nossos netos que dele não vão retirar, em termos directos, qualquer benefício.

Aquilo que os açorianos sentem é o seu futuro completamente empenhado. É por isso que estes documentos manifestamente não servem os açorianos. São documentos que espelham a estratégia que tem vindo a ser seguida até agora, com os resultados que estão perfeitamente à vista e que os açorianos bem sentem na pele, tudo isto conjugado com falta de transparência.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sim, sim! Vocês são todos bons rapazes!

O Orador: Há uma transparência duvidosa em muitos destes documentos, porque o Governo continua a querer esconder para si aquilo que a todos interessa conhecer, aquilo que devia ser do conhecimento de todos os açorianos. Por isso, nesta primeira intervenção, Sr. Vice-Presidente, deixo-lhe uma questão:

Por que é que o Governo Regional optou mais uma vez por não ser transparente e por não responder ao desafio do PSD, no momento em que o Governo ouviu os partidos relativamente a estes documentos, de que eles fossem apresentados designadamente na base do pacote de transparência que o PSD tinha apresentado, o que seria fundamental para a análise dos documentos, uma análise exaustiva e consolidada do Sector Público Empresarial Regional e da desagregação da despesa, por forma a se conhecer até ao ínfimo pormenor o que é que encerram estes documentos. Era isso que seria fundamental para que houvesse uma votação responsável relativamente a cada um dos documentos que aqui estão em presença.

Por isso deixo-lhe esta questão:

Por que é que o Governo optou mais uma vez por não querer assumir a transparência que revela nas palavras, mas que nos actos pura e simplesmente não existe?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Estava à espera que o senhor explicasse as propostas de alteração do PSD, as contas erradas...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor nem sequer sabe fazer contas!

Deputado João Costa (PSD): O senhor só sabe fazer contas de sumir!

Presidente: Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje o debate do Plano e do Orçamento para 2012.

Os documentos que hoje aqui analisamos refletem o que diz o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores na análise que fez aos impactos da conjuntura externa que existe na nossa região, impactos estes derivados de uma instabilidade europeia que tem provocado no país e nas próprias regiões e tem levado a alguma contenção ao nível do próprio país, com medidas bastante agressivas e que se reflectem directamente na Região Autónoma dos Açores.

É no combate a estas medidas, de defesa europeia por uma defesa social e das empresas, que este Plano e este Orçamento apresentam um conjunto de medidas de apoio às empresas e às famílias.

Gostaria de realçar, relativamente a estes documentos, a estabilidade que os mesmos apresentam ao nível do investimento público. Esta estabilidade ao nível do investimento público para os Açores é importante para as nossas empresas, é importante para podermos continuar a aplicar os fundos comunitários na nossa Região.

Sabemos que no país muitos dos fundos comunitários foram devolvidos, porque não tiveram capacidade de os utilizar porque parte não tinham componente no país.

Sabemos que, por exemplo, na Região Autónoma da Madeira não foram capazes de implementar uma política de formação profissional, porque as verbas do Fundo Social Europeu não foram devidamente utilizadas.

Portanto, a estabilidade do investimento público nesta região é importante para as empresas e para as famílias a fim de continuarmos pelo menos a minorar os efeitos ao nível do desemprego.

Gostaria ainda de realçar relativamente a estes documentos uma questão que tem a ver com a redução das nossas necessidades de financiamento.

A autonomia financeira da Região, com este documento, passa a ser de 53%, ou seja, nós, que há dois ou três anos necessitávamos de 50 milhões de euros, este ano, com este documento, fica-se pelos 15%, ou seja, 0,4% do PIB.

Estes documentos, o Orçamento e o Plano, espelham um conjunto de contenção na despesa da Administração Regional que se reflecte essencialmente na redução das despesas com pessoal, na redução da aquisição de bens e serviços, uma redução que tem sido pensada ao longo dos anos.

Não foi porque pensamos em “gorduras”. O Governo Regional do Partido Socialista tem vindo, ao longo dos últimos anos, a reduzir paulatinamente a aquisição de bens e serviços.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Essa redução, este ano, representa 5,7% deste Plano.

Todavia, gostaria ainda neste debate que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional explicitasse o que é que estamos a fazer a nível do Sector Público Empresarial Regional.

Acontece que do maior partido da oposição o que vemos é um desacerto do que pensa a Direção do Grupo Parlamentar, do que pensa a Presidente do Partido Social Democrata.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: A certa altura diz assim: há que devolver as empresas aos empresários.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Será a RTP-Açores!

O Orador: Eu gostaria de saber que empresas pensa o PSD devolver aos empresários. Será a Santa Catarina? Será a SINAGA? Ou serão empresas como a Transmaçor que a Presidente do PSD deseja devolver?

Por isso entendemos que o Vice-Presidente deve explicitar nesta casa o que é que pensa fazer a nível da redução do Sector Público Empresarial Regional.

Deputados Berto Messias e Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Vai dizer o que é que pensa da Dra. Berta Cabral!

Deputado Berto Messias (PS): Convém concretizar!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente ouviu com muita atenção a sua intervenção e devo dizer, em abono da verdade, que o Bloco de Esquerda subscreve muitas partes da análise que o Sr. Vice-Presidente despendeu sobre diversas matérias, mas na realidade o conteúdo global da sua intervenção, Sr. Vice-Presidente, torna ainda mais premente aquilo que pretendo perguntar, que é o seguinte:

Dentro da lógica que o Partido Socialista perfilha de que o plano da Troika é que é bom para Portugal, simultaneamente o Partido Socialista diz que não é necessário cortar dois subsídios em 2012, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

O Bloco de Esquerda/Açores diz que por maioria de razão também não é necessário na Região Autónoma dos Açores. E porquê? Exactamente por algumas das circunstâncias que o Sr. Vice-Presidente acabou de enunciar na sua intervenção.

A situação financeira da Região, não sendo brilhante, está equilibrada, portanto comporta o pagamento destes dois subsídios, diz o Governo Regional e dizem todas as entidades avaliadoras que se têm debruçado sobre as contas da Região.

O PIB *per capita* na nossa Região aumentou, o que quer dizer que a riqueza também aumentou. Outra conversa seria perguntar onde é que ela está, porque olhamos à nossa volta e na realidade não a vemos. Mas aumentou, é um facto.

A seguir, o Plano e o Orçamento para 2012 são superiores em 7% ao do ano passado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não é!

A Oradora: É, Sr. Vice-Presidente. É!

Em receitas recorrentes e em receitas de capital é 7% superior ao do ano passado.

O pagamento do subsídio de Natal e do subsídio de Férias, no próximo ano, em nada afecta o défice e a dívida do nosso país.

Simultaneamente o Líder Parlamentar da bancada socialista diz, e bem, que o corte destes dois subsídios vai retirar à economia, e deixar de circular na nossa economia, sobretudo no pequeno comércio, cerca de 20 milhões de euros e que a falta deste dinheiro faz uma moça considerável neste sector, nomeadamente ao nível do desemprego.

É verdade! Nós estamos absolutamente de acordo. Isto quer dizer que empobrecer não é a resposta às dificuldades de uma região pobre, porque é um atentado às pessoas, à economia e ao emprego.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, aquilo que lhe pergunto é:

Por que é que o Governo Regional tem que cortar o subsídio de Natal e de Férias para o próximo ano aos trabalhadores desta Região?

Porque o Governo da República impõe?

Porque o Ministro Victor Gaspar obriga?

Mas então o Governo Regional dos Açores tem ou não capacidade para assumir estes dois subsídios?

Outra pergunta:

Se o Ministro Victor Gaspar e o Governo PSD/CDS não obrigasse e não dissesse que tem que ser assim em todo o território nacional, o Governo Regional dos Açores estava a preparar-se para não pagar o subsídio de Natal e de Férias para o próximo ano?

Nós duvidamos!

Mas, por outro lado, não encontramos nenhuma razão para o cumprimento desta enormidade e sobretudo de uma medida que ao contrário de todas as intensões que o Sr. Vice-Presidente enunciou na sua intervenção, irão fazer (não é uma moça!) uma tragicidade na nossa economia, no poder de compra das pessoas, na sobrevivência das nossas empresas e em última análise no aumento exponencial, mais ainda, do desemprego.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, o que é que vos deu? O que é que deu ao Governo Regional para cortar estes dois subsídios?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje a discussão do Orçamento para 2012. Iniciamos numa conjuntura extremamente difícil. Este talvez é o orçamento mais penoso.

Ouvi atentamente o Sr. Vice-Presidente do Governo na sua intervenção, que aliás acho que foi realista.

Temos uma crise mundial, europeia, nacional e regional. Se há dois ou três anos alguém tinha dúvidas sobre essa matéria, hoje ninguém tem dúvidas sobre isso. É preciso tomar medidas e temos que entender a dificuldade, por parte do Governo, naturalmente, em fazer este Orçamento.

O Sr. Vice-Presidente falou ali da banca, de famílias e empresas, o tripé fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Não podemos querer que a banca apoie as empresas e as famílias quando ao mesmo tempo queremos destruir a banca, como alguns querem. Também se percebe como é que se vai conseguir esse desiderato.

Agora não se pode negar, Sr. Vice-Presidente, que há um evidente progresso e desenvolvimento nos Açores, mérito do Governo com certeza, mas também mérito de quem nesta casa soube apresentar propostas construtivas. Acho que é este o desafio que nos cabe, é colaborar com o Governo para mitigar os efeitos negativos da crise que temos à porta.

Uma coisa é certa. Vai-se cortar o subsídio de Natal e vai-se cortar o subsídio de Férias. Os partidos que subscreveram o acordo da Troika deviam ser especialmente responsáveis nessa matéria, porque toda a gente sabe que se não fosse assim outra coisa bem perigosa era, era não termos ordenados, vencimentos para pagar a Administração Pública e para pagar os funcionários públicos. É esta a realidade e isto não podemos escamotear.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Há indicadores económicos que são preocupantes, que nos preocupam, que preocupam a oposição, que preocupam naturalmente o Governo e esses indicadores são o desemprego na Região.

Nada pior numa família do que ter um desempregado. Dramático numa família é ter dois desempregados e a família não ter dinheiro para sustentar os seus filhos e acudir aos seus compromissos.

Fala-se, e o Sr. Vice-Presidente falou e bem, na banca, na falta de liquidez da banca para acudir às empresas e às famílias.

Sr. Vice-Presidente, deixe-me que lhe faça o seguinte reparo:

É fundamental também que a Administração Pública Regional pague a tempo e horas e, infelizmente, também tivemos exemplos desses, aliás públicos, de não se pagar a tempo e horas no sector da saúde, onde se pede que se aumente de 60 para 120 dias o prazo de pagamento.

Também era um grande contributo se a Administração Pública fizesse um esforço nesse sentido de pagar a tempo e horas, pois essas pequenas empresas também necessitam desse dinheiro para pagar aos seus funcionários e era dinheiro que se injetava na economia. Isso tem vindo a público várias vezes e há queixas de várias empresas.

Sr. Vice-Presidente, nesta altura todos temos que ser responsáveis, temos que deixar dogmas de lado e procurar aqui um consenso. Na República pediu-se, e bem, que o Partido Socialista aprovasse o Orçamento de Estado. Tinha ficado bem ao Partido Socialista, como principal subscritor do acordo da Troika, aprovar o Orçamento de Estado, rigoroso, penoso, para Portugal.

Aqui, todos devemos fazer um esforço de entender este Orçamento, um orçamento que é feito num tempo de crise, mas que apesar de tudo prevê algumas medidas de apoio às famílias e às empresas, com que nós concordamos.

Sr. Vice-Presidente, uma microempresa, uma pequena empresa que tem dois, três, quatro ou cinco postos de trabalho, nos Açores, algumas já estão com sérias dificuldades e vão mandar gente para o desemprego. Isto é certo e sabido. Tem o Governo alguma hipótese de apoiar essas empresas, micro e pequenas empresas?

Digo-lhe, e refleti muito sobre isso, que o subsídio de desemprego custa ao Estado, custa aos contribuintes.

Tem o Governo medidas especiais para manter o emprego nessas pequenas e médias empresas?

Estar a pagar o subsídio de desemprego, pôr um desempregado em casa com as consequências negativas, familiares, psicológicas e sociais por estar desempregado, parece-me que o Governo Regional dos Açores pode e deve subsidiar esse posto de trabalho juntamente com a empresa, para que essa pessoa pelo menos esteja no activo, contribuindo para (e digo-lhe mais) a sua saúde e da sua família, porque psicologicamente um desempregado fica extremamente afectado e afecta a família e os filhos.

A grande pergunta e o grande desafio, Sr. Vice-Presidente, é este.

Espero também, Sr. Vice-Presidente, que a Administração Pública Regional e o Governo não capitulem perante a banca, obviamente. Que cumpra na íntegra os seus compromissos com fornecedores, injetando na economia o dinheiro necessário para a dinamizar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra para esclarecimentos.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto há diversidade das perguntas, procurarei responder a todas de uma forma breve, sintética mas indo ao encontro de todas as questões que foram colocadas.

Começando pelo Sr. Deputado António Marinho.

O Governo dos Açores não aprovou ou deixou de aprovar qualquer medida do pacote de transparência. Isso é exclusivamente uma competência desta Assembleia. Aliás, todas as propostas que subiram a plenário foram aprovadas pela maioria do Partido Socialista.

Deputado António Marinho (*PSD*): Foi a resposta ao desafio!

O Orador: Portanto, não há nenhuma medida que não esteja implementada por não aprovação do Partido Socialista.

Segunda questão: o senhor referiu essa matéria para dar a entender que assim não conseguia conhecer a realidade das empresas públicas.

Sr. Deputado António Marinho, diga a esta câmara que no dia 20 de Outubro recebeu do Governo dos Açores resposta a um requerimento, onde lhe foi entregue caixotes e caixotes, com as contas de todas as empresas do Sector Público Empresarial da Região, não faltando uma única página, desde o dia 20 de Outubro, para os senhores terem conhecimento completo da realidade económica, financeira e patrimonial de todo o Sector Público Empresarial da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O senhor omitiu essa questão e tentou passar aqui novamente este “papão” da falta de transparência quando os senhores têm toda a transparência e têm toda a documentação para estudarem essa matéria.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Caiu a vossa máscara nesta matéria.

Gostaria também de dizer que, ao contrário do que o Sr. Deputado referiu, temos consciência das dificuldades acrescidas para as famílias e empresas açorianas no próximo ano.

Para desmentir aquilo que o senhor disse vou reler aquilo que disse sobre esta matéria, há pouco na tribuna.

“Temos consciência de que, em 2012, as famílias e as empresas açorianas terão dificuldades acrescidas, mas o nosso objetivo é fazer tudo, mas mesmo tudo o que estiver ao nosso alcance, dentro das nossas disponibilidades, dos nossos recursos e das nossas competências estatutárias para minimizar..”, repito, minimizar, “... os efeitos desta conjuntura externa.”

É esta a nossa posição. Foi isso que eu disse e não tem nada a ver com aquilo que o senhor referiu.

Terceira questão: de acordo com o que refere o Sr. Deputado António Marinho, este documento não responde às necessidades dos Açores.

Pergunto-lhe: se não responde às necessidades dos Açores, por que é que as vossas propostas de alteração apenas visam alterar 0,2% da despesa, ou seja, propõem manter exactamente 99,8% das nossas opções de despesa pública e de investimento que trouxemos a esta casa. Porquê?

Deputado António Marinho (PSD): É só mentir!

O Orador: Em quarto lugar, gostaria de vos dizer que os açorianos sabem bem que podem contar com o Governo dos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... para minimizar os efeitos e as medidas que são implementadas no todo nacional e que nós, apesar de termos menos recursos, iremos canalizá-los o máximo possível para corresponder a esse efeito compensatório das medidas nacionais.

Em relação ao Sr. Deputado Aníbal Pires, gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que promover o emprego não é apenas financiando a formação profissional...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

O Orador: ... e os programas de emprego.

Promover o emprego na actual conjuntura nacional e internacional é essencialmente apoiando as empresas para manterem o emprego, dando condições às empresas para se financiarem, dar condições às empresas para serem competitivas e sobreviverem nesta dificuldade.

Deputada Zuraída Soares (BE): As pessoas não têm dinheiro para comprar!

O Orador: Por isso a dotação orçamental para esses apoios está na bonificação de juros à actividade económica privada, está nos incentivos à economia e está na coesão regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então paguem os subsídios e injectem dinheiro!

O Orador: Se reparar na conjugação destas rúbricas há um reforço muito significativo do financiamento e do apoio às nossas empresas e por essa via uma política muito forte e reforçada da promoção do emprego.

Deputado Aníbal Pires (PCP): À custa do dinheiro dos trabalhadores da função pública!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires não lhe queria dizer isto, mas tirando a Coreia do Norte, no resto do mundo são as empresas que criam emprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): E na Coreia do Norte já é algo da família!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olhem a argumentação! A argumentação do Sr. Vice-Presidente é admirável!

O Orador: Em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares começava por corrigir um aspecto:

O Orçamento de 2012 não tem mais receita. O Orçamento de 2012 tem menos receita efectiva.

O valor a que se refere está a contabilizar na receita uma operação de refinanciamento que do ponto de vista orçamental é nula. Tem que tirar esse efeito, porque também não corresponde à disponibilização de despesas para fazer face a essa receita.

Retirando esse efeito, que não tem correspondência orçamental, há uma redução efectiva das receitas de 3,4%.

Por isso, neste contexto, o que propomos efectivamente é fazer um esforço para apoiar aqueles que são mais carenciados, aqueles que têm maior dificuldade e para apoiar também as empresas que têm menor possibilidade de se enquadrar no mercado financeiro que está completamente fechado em termos da banca.

É este o grande desafio que temos.

Deve ser para isso que devemos canalizar os nossos recursos. Como referi não nos conseguimos substituir à banca, mas a anulação do efeito da banca na economia açoriana representa num ano cerca de 700 milhões de euros a menos do que aqueles que seriam os recursos que havia na Região há 4 anos. É esse o

principal impacto desta conjuntura internacional. É para aí que devemos canalizar principalmente os nossos recursos e também para o apoio aos grupos sociais mais frágeis e com menor possibilidade de enfrentar esta realidade.

Em relação à questão da compensação em termos de subsídio de Férias e de Natal, penso que na minha intervenção respondi claramente ao que está enquadrado nesta problemática e reafirmo que tenho a certeza de que se puséssemos uma norma compensatória mais explícita sobre essa matéria no Orçamento, até Março ou Abril não teríamos Orçamento da Região e conseqüentemente não teríamos qualquer capacidade para apoiar as famílias e empresas açorianas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Porquê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Vice-Presidente, isso não é verdade!

O Orado: É esse o problema real, é essa a questão que devemos com realismo enquadrar.

Segunda questão mais importante ou tão importante: até não saberíamos como o deveríamos fazer porque ainda hoje, por exemplo, está na Assembleia da República a ser debatido, por proposta do Partido Socialista, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O grande problema é esse! Os senhores adiantaram-se! Vangloriaram-se da medida!

O Orador: ... um desagravamento em relação aos rendimentos mais baixos e às pensões do montante a partir do qual há redução de subsídio de Férias e de Natal.

Portanto, é uma matéria que ainda não está fechada e por isso esse enquadramento, quer do ponto de vista legislativo, pondo em perigo o Orçamento da Região, o Plano e as medidas subjacentes, quer do ponto de vista do enquadramento, não poderia ainda ser efectuado.

Por último, em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, gostaria de lhe dizer que em relação ao prazo médio de pagamento a fornecedores na Região, e aliás está demonstrado pelo Ministério das Finanças, há claramente o orgulho de tentarmos pagar e pagamos efetivamente a tempo e horas.

Evidentemente há exceções. Evidentemente há processos burocráticos em determinados serviços que não correspondem aos prazos que queríamos. Por exemplo, detectámos no IROA alguns atrasos que já corrigimos e detectámos em empresas como a LOTAÇOR alguns atrasos que estamos a corrigir.

Evidentemente, no que concerne ao Serviço Regional de Saúde, como referi na minha intervenção, estamos a criar todas as condições para que no próximo ano possamos ter no Serviço Regional de Saúde, quer em termos de hospitais, quer em termos de Unidades de Saúde, no âmbito da Administração Indirecta, toda a capacidade financeira para corresponder aos seus compromissos, com prazos médios de pagamento significativamente baixos.

Quero dizer-lhe, como referi, que apesar do prazo médio de pagamento para alguns fornecimentos na saúde ser de 120 dias, a nível nacional esse prazo é de 465 dias, ou seja, temos um valor substancialmente inferior, mas queremos baixar ainda mais, porque queremos ter condições para que na saúde o prazo médio de pagamento seja o idêntico à restante Administração Regional que é actualmente de 29 dias. É esse o desafio que queremos vencer.

Em relação ao Sr. Deputado do PPM, reparei que conseguiu escrever exactamente a sua intervenção enquanto eu fazia a minha ou se calhar já tinha escrito antes de eu falar. Por isso aquilo que referiu, independente do que eu disse ou não, sinceramente não tive tempo para escrever a minha intervenção para lhe responder.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor Vice- Presidente é muito previsível!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente é irresistível dizer-lhe apenas duas coisas:

Eu não acredito, porque seria absolutamente lamentável, que o Secretário-Geral do Partido Socialista ande a defender o pagamento de pelo menos um subsídio, dos dois que vão ser confiscados, quando não sabe tecnicamente como é que isso se faz.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Ninguém disse isso!

A Oradora: O Sr. Vice-Presidente desculpe, mas ninguém acredita nisso.

Por outro lado, gostaria de lembrar que a remuneração compensatória do ano passado não atrasou em nada a entrada em vigor do Plano e do Orçamento.

Portanto, não vejo razão.

Este ano é que iria haver um atraso excepcional na entrada em vigor desta medida.

Permita-me que lhe diga, Sr. Vice-Presidente, que foi uma justificação pobre para aquilo que o senhor costuma fazer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Atribuímos a remuneração compensatória até 2001!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para esclarecimentos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Efetivamente a minha intervenção já estava escrita.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Percebemos!

O Orador: Já estava escrita porque o senhor também já tinha escrito a sua proposta de Plano de Orçamento. É evidente.

Portanto, eu já sabia o que é que o senhor vinha aqui dizer.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é um bruxo!

O Orador: A crítica que fiz foi ao Plano e ao Orçamento que o Sr. Vice-Presidente apresentou e que é, de facto, um Plano e Orçamento que coloca ao lado dos especuladores, que coloca ao lado daqueles que querem levar a população dos Açores e a população de Portugal para a pobreza. Essa é que é a questão. O senhor rendeu-se.

Mesmo agora na sua resposta, em relação aos subsídios de Férias e de Natal, como é que o Sr. Vice-Presidente explica que aqui não se faça justiça, que aqui não se robe os funcionários públicos? Como é que o senhor explicou isso?

Por cobardia, por medo de utilizar aquelas que são as competências do nosso Estatuto Político-Administrativo, da nossa Autonomia e impormos as nossas medidas, tomarmos as nossas próprias decisões de forma autónoma, protegendo os nossos trabalhadores.

O senhor não faz, porquê? Porque tem medo.

Este Governo tem medo!

Por isso é que o PPM lança este desafio: o Governo Regional tem de ter neste momento, neste período de crise, nesta situação dramática em que estamos, coragem, força e determinação. É o que esperamos de um Governo Regional.

Por isso é que os senhores neste momento são um Governo fraco, a quem falta coragem, a quem falta ousadia.

Não é assim que vamos resolver este problema da crise e não é assim que vamos enfrentar os especuladores que nos lançaram nesta terrível situação.

Presidente: Vamos passar para a intervenção seguinte.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Começamos hoje a discussão do Orçamento da Região para 2012 e do último Plano Regional da programação do investimento público dos Açores, enquadrado pelas Orientações de Médio Prazo 2009-2012.

Ao longo desta Legislatura a acção do Governo da responsabilidade do Partido Socialista apontou sempre no sentido de garantir níveis elevados de eficiência na utilização dos recursos colocados à sua disposição, bem como na eficácia das políticas com vista à obtenção de resultados determinantes para o nosso desenvolvimento regional.

Neste período, a acção do nosso Governo, numa região com uma economia pequena e aberta, teve que ter sempre presentes duas agendas: uma ligada ao

crescimento económico e social. Outra para dar resposta às dificuldades introduzidas pela conjuntura externa, quer do país, quer da própria União Europeia, da qual fazemos parte por direito próprio.

Foi graças ao rigor das nossas finanças públicas que diversos programas planeados pelo Governo constituíram-se como a única solução para muitas empresas e muitas famílias açorianas.

Melhorar as qualificações e as competências dos açorianos, promover o crescimento sustentado da economia, reforçar a solidariedade e a coesão social, ou promover a qualidade ambiental não foram meros objectivos traçados em início de Legislatura. Foram, sim, objectivos que têm sido concretizados através centenas de acções desenvolvidas por todas ilhas e por todos os concelhos dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Durante este quadriénio a nossa economia defrontou-se com uma crise internacional, que se iniciou com a instabilidade do sistema financeiro norte-americano e com uma crise orçamental resultante da desconfiança dos mercados sobre a estabilidade das finanças públicas de vários países europeus, que ainda não se conhece o seu fim, em parte devido à fragilidade das respostas políticas da União Europeia.

As implicações dessas crises nos Açores e no país são claras: uma contracção da actividade económica, um esperado aumento do desemprego, uma grave redução do rendimento disponível das famílias, fruto da redução drástica de salários e do aumento de impostos como se encontra espelhado no Orçamento de Estado para 2012.

Junta-se, ainda, a esta situação uma grande escassez no crédito bancário concedido às empresas e às famílias, com consequências na liquidez necessária ao normal funcionamento da economia.

Nos Açores, em 2007 o sistema financeiro injectou 620 milhões de euros na economia. Em 2010 injectou 20 milhões euros e, no corrente ano, este valor já é negativo em 67 milhões euros no primeiro semestre.

Se tivermos em conta que o Plano de Investimentos da Região tem rondado os 500 milhões de euros, a nossa economia tem contado com uma verba a menos equivalente a um Plano Regional.

Ao nível do desemprego a Região apresentou, no 3.º Trimestre de 2011, uma taxa de 11,6%, a segunda mais baixa taxa do país, logo a seguir à Região Centro, que registou 9,6%, tendo a Madeira, com uma população semelhante à nossa, alcançado 14,3% e o país 12,4%.

Esta taxa, assim como a taxa de empregabilidade, tem sido monitorizada com especial cuidado e empenho pelos serviços de emprego e qualificação profissional. Através do inquérito que apurou aquela taxa, estão devidamente identificados os sectores económicos que mais têm sofrido com a crise, destacando-se, como o mais fragilizado os indivíduos do género masculino e os de mais baixas habilitações.

O Partido Socialista, através dos seus governos, soube fazer uma alteração à estrutura do emprego na Região – a relação funcionário público/trabalhador do sector privado, que era de dois para três há apenas dez anos, é agora de dois para seis – saberemos também, dar resposta à crise de desemprego que vivemos.

Esta alteração profunda na estrutura do emprego fez com que a população empregada, que era de 86.930 pessoas em 1995, subisse para 107.557, no 3.º trimestre de 2011, ou seja, que o saldo fosse positivo em 20.627 postos de trabalho.

Uma coisa é certa, apesar de termos mais pessoas empregadas, no decorrer deste ano, enfrentamos um grave problema ao nível do emprego, com taxas de desemprego que não conhecíamos e com algumas expectativas de que continuem a crescer no próximo ano.

O Plano que agora analisamos e o Plano Regional de Emprego em vigor apontam muitas soluções para a melhoria da empregabilidade, que assentam,

sobretudo, na melhoria das qualificações, pelo que não temos dúvidas de que um trabalhador bem formado, qualquer que seja a sua profissão, é um trabalhador mais protegido. É com este objectivo que o governo tem vindo a acompanhar os trabalhadores em situação mais frágil em virtude da sua baixa qualificação, integrando-os em planos de requalificação como por exemplo, o REACTIVAR.

A nossa economia regional contava, também, com um considerável investimento ao nível das autarquias, que apresentou, só em 2010, uma redução de 12,4%, decréscimo que se deverá acentuar no corrente ano.

Assim, as políticas orçamentais, económicas, financeiras e sociais nos Açores para o próximo ano, no quadro das suas disponibilidades financeiras, terão que se articular com as medidas do memorando de entendimento assinado entre o Governo da República e as Instituições Financeiras Internacionais, com os objectivos de desenvolvimento e modernização inscritos nas Orientações de Médio Prazo, bem como, com um conjunto de medidas conjunturais necessárias de apoio às famílias e às empresas açorianas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos agora em análise apontam para a minimização dos custos da conjuntura externa, em especial, de medidas da inteira responsabilidade do Governo da República. Apontam também, para o rigor, para a competitividade e para a solidariedade, aspectos fundamentais para o período que atravessamos. Rigor na afectação dos recursos financeiros, o que tem sido apanágio dos governos da responsabilidade do Partido Socialista nos Açores, que sempre assumiram que os projectos a desenvolver terão de ser priorizados pela sua fundamentação, pelo seu cabimento e financiamento assegurado. O Partido Socialista e o seu governo sempre souberam justificar o porquê de adiar uma obra ou até de não a realizar.

Rigor que é uma mais-valia no quadro do saneamento financeiro nacional e que é indutor de confiança junto das empresas e das famílias e permite manter projectos de investimento público importantes para o desenvolvimento regional. Rigor que permite um aproveitamento integral e cuidado dos fundos estruturais da União Europeia, um dos pilares de sustentabilidade da despesa pública de investimento, quer seja em infraestruturas e equipamentos públicos, quer seja no cofinanciamento de sistemas de fomento do investimento privado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O governo apresenta a esta Câmara documentos orientados para a competitividade da nossa economia, com políticas sectoriais claras para o turismo, agricultura, pescas e transformação, assentes no investimento de modernização e de ampliação da capacidade produtiva instalada, na adaptação contínua dos sistemas de fomento do investimento privado e na manutenção de sistemas de apoio financeiro, dos quais destacamos as linhas de crédito, que têm contribuído para a sobrevivência de muitas das nossas empresas. Só em 2012 serão disponibilizados nestas linhas, mais de 20 milhões de euros que suportarão 75% do risco e dos encargos financeiros.

Estamos perante documentos que, no domínio empresarial, não terão apenas uma visão estrita da mera sobrevivência das empresas regionais, que no próximo ano devem ter uma atenção muito especial, por parte de todos nós. Antes apontam para a minimização dos bloqueios naturais à sua expansão e à diversificação das suas actividades, contributos importantes para a diminuição das nossas importações e para a potenciação da exportação dos seus produtos e serviços.

Os apoios à competitividade do nosso tecido empresarial estão também contemplados num conjunto de programas dirigidos ao capital humano, através de uma política de formação e qualificação que visa obter ganhos de produtividade e rendibilidade.

A solidariedade e a coesão social são dos vectores mais importantes do Plano e Orçamento para 2012.

As medidas de consolidação orçamental nacional justificam que a Região tenha que acrescer às medidas destinadas aos segmentos da população mais vulneráveis ao desenvolvimento, verbas consideráveis e programas de combate a fenómenos sociais como o desemprego e inactividade forçada ou a pobreza.

A solidariedade e a coesão social não se fazem de medidas públicas isoladas, pelo que nestes documentos encontram-se inúmeros programas e acções a desenvolver em articulação com as instituições de solidariedade social, parceiros locais imprescindíveis para o desenvolvimento de políticas promotoras da igualdade de oportunidades e da solidariedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com uma conjuntura económico-financeira nacional e internacional difícil, com uma paralisia do crédito bancário às empresas e às famílias, com a diminuição drástica do investimento das autarquias e o seu incumprimento no pagamento aos fornecedores, ou seja, num quadro macroeconómico muito adverso, o Orçamento e o Plano para 2012 procuram ir ao encontro das necessidades das empresas e das famílias açorianas, não descurando o papel do investimento público.

A questão central deste debate não é pois, se este Plano e este Orçamento devia ter um reforço de verbas na rubrica X ou na rubrica Y.

A urgência da actualidade, as especificidades desta crise e os factores externos que nos atingem com esta dimensão exigem que a questão seja outra:

A questão central é esta: Devemos ter outra prioridade do que não seja apoiar as famílias açorianas e as empresas neste momento de grandes dificuldades para as suas vidas? Esta é a pergunta que todos os partidos representados nesta Assembleia têm de responder com muita clareza.

Este não é o momento de discutir por que razão a obra A não avança em 2012 ou porque o montante B foi reduzido em relação ao ano anterior.

Este é, sim, o momento de todos nós percebermos que objectivos mais altos impõem que nos congreguemos em torno de um desígnio: o de ajudar os açorianos a manterem os seus postos de trabalho, o de ajudar os açorianos a arranjam emprego, o de ajudar os açorianos a suportar melhor os tempos austeros que se aproximam rapidamente.

Qualquer partido nesta casa pode discordar de algumas políticas constantes nos documentos que vamos debater. Esta é, aliás, a essência da democracia e do debate político saudável.

Não pode é discordar da opção social que estes documentos comportam, como não pode assumir uma postura irresponsável de propor mais do que a Região pode suportar.

Este Plano e este Orçamento são, assim, documentos de excepção para tempos excepcionais. Estes tempos exigem união, compreensão e consensos.

Cada um que assuma as suas responsabilidades, mas, no final desta semana, todos nós temos a obrigação política, moral e social de dizer aos açorianos que nos esforçamos o mais possível para que consigam ultrapassar 2012 com o mínimo de constrangimento possível.

É essa a nossa obrigação.

Quem ninguém se demita.

Os açorianos não perdoariam!

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Creio não existirem.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, para uma interpelação. Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Vamos fazer um intervalo de meia hora. Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas e 05 minutos.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado António Marinho.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos, em primeiro lugar, de deixar registado o pedido de intervalo regimental apresentado pelo Partido Socialista.

Ter razão antes do tempo.

Sem ter razões para sorrir, é o que o PSD sente à entrada do 16º e último ano de governação socialista nos Açores.

Infelizmente, confirmam-se quase diariamente os sucessivos alertas que o PSD lançou sobre as opções do governo de Carlos César.

Opções que remeteram a sociedade açoriana para o beco escuro em que se encontra. Uma realidade escondida pelo fácil e irresponsável verbo socialista, sempre presente no discurso fantasioso e apoiado pela potente máquina de propaganda montada a partir de Sant'Ana.

Mas o algodão não engana. Basta passá-lo por cima dos móveis dos corredores do poder regional.

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Bonitos, é verdade, mas caros também. A sujidade fica patente, pondo a nu a triste sina e a incerteza que o poder socialista deixa aos Açorianos.

Os Açores estão hoje num estado que deixou de ser apenas febril. A doença é grave, entranhou-se e já não é suficiente a cura com os medicamentos que temos em casa.

Aos males vindos de fora nos tempos mais recentes, o governo açoriano não conseguiu oferecer resistência. Pelo contrário. Com um sistema imunitário debilitado pelas asneiras de uma vida de quase 16 anos, o contágio foi forte demais.

Agravaram-se, incomensuravelmente, os problemas que existem há mais de uma década.

Entretanto, nessa vida desregrada que sempre levou, este governo moribundo gastou o que não devia, nem podia. E deixa uma pesada herança aos Açorianos. A troco de muito pouco.

Os Açores são hoje uma sociedade com inúmeros problemas. Com manifestas debilidades.

Os Açorianos estão apreensivos como nunca estiveram. O seu futuro é muito incerto.

Muitas e muitas famílias vivem tempos difíceis.

Inúmeras empresas tentam, desesperadamente, manter as suas portas abertas.

Os meios para desenvolver a economia e a sociedade açorianas foram esbanjados. Aumentaram, sem apelo nem agravo, as responsabilidades que se deixam para as gerações vindouras.

Na verdade, o PSD teve razão antes do tempo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois de gastarem 25 mil milhões de euros, os socialistas deixam aos Açorianos uma sociedade em francas dificuldades. Uma sociedade que tem convivido com um governo gordo e anafado, que vive sempre em ambiente festivo e que não regateia o luxo no seu dia-a-dia.

O Rendimento Social de Inserção atinge cerca de 18,000 Açorianos. Corresponde a 7.2% da população, a maior percentagem de incidência em todo o país. A média nacional é de 3.2%.

É o sinal mais evidente dos elevados níveis de pobreza existentes na Região.

São 31,500 as famílias que vivem nos Açores com menos de 540 euros por mês, e portanto abaixo do limiar da pobreza.

Corresponde a cerca de um terço do total das famílias açorianas.

Esse valor, já de si significativo, adquire ainda mais força conclusiva quando sabemos que, em termos percentuais, é o maior em todo o país.

Ponta Delgada é o único concelho açoriano em que o Indicador do Poder de Compra Concelhio é superior à média nacional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Isso é por causa do PSD! O senhor é um pândego!

(Risos do Presidente do Governo Regional dos Açores)

O Orador: Acho muito piada que o Sr. Presidente se ria do facto de 18 concelhos dos Açores viverem abaixo da média do país, em termos de Indicador do Poder de Compra Concelhio.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sabe quanto é que era no seu tempo?

O Orador: Está a brincar com as pessoas destes 18 concelhos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E têm um poder de compra concelhio inferior à média do país em muitos casos de uma forma muito acentuada o que provoca, pelos vistos os risos do Sr. Presidente, mas é um sinal claro da situação difícil que as famílias vivem generalizadamente na Região.

É também manifesto o falhanço da política de coesão. Os socialistas têm “destruído” o desenvolvimento harmónico dos Açores.

A despreocupação socialista tem levado a que as ilhas menos populosas e mais distantes se afastem cada vez mais da média regional. Definham, a sua economia é progressivamente mais débil e escasseiam as oportunidades de emprego. Consequentemente, assistem a uma sangria populacional.

O mesmo se passa nas ilhas mais populosas, nas zonas mais afastadas dos maiores centros populacionais.

Os últimos Censos são a prova destes fenómenos e mostram uma forte “erosão” populacional em 6 das 9 ilhas açorianas.

No sector empresarial, a construção civil está agonizante. O turismo conhece descidas há vários anos e está agora em movimento contra cíclico com o resto do País. O comércio fecha portas diariamente. As empresas têm enormes dificuldades em manter os trabalhadores ao seu serviço e não conseguem aceder a crédito, com o sector público regional a “secar” o pouco que o mercado disponibiliza.

A situação mais grave, fruto das más opções que Carlos César e o seu governo destinaram aos Açores, situa-se no domínio do emprego.

Em Setembro atingiu-se um número lamentavelmente perigoso, que deverá envergonhar quem conduziu a política regional nos últimos anos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Não apoiado!

O Orador: São 14,171 os Açorianos que vivem o drama do desemprego.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É um fenómeno em crescimento permanente há 8 anos. Não tem apenas a ver com a crise. Decorre, obviamente, de opções políticas regionais.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Se assim não fosse, a evolução seria similar à nacional, em que a taxa de desemprego subiu de 10.9% para 12.4% face ao ano anterior. Nos Açores a subida é vertiginosa, passando de 6.6% para 11.6% no espaço dos mesmos doze meses, ultrapassando a barreira psicológica dos dois dígitos,

como o PSD antes alertou. Assistiu-se, num ano, a uma subida de 7,806 desempregados para os mais de 14 mil actuais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É esta a deplorável situação a que se chegou depois de muito dinheiro gasto. Dinheiro que é fruto dos impostos desembolsados pelos Açorianos e também daquele que os nossos filhos e netos terão que desembolsar, face às responsabilidades que o governo socialista assumiu.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E tanto que mudou a preocupação pela boa condução das finanças regionais.

É que foi este mesmo governo socialista, presidido pelo mesmo Carlos César, que em 1998 muito contribuiu para que houvesse maior previsibilidade e adequada estabilidade das finanças públicas açorianas. Falamos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que é, efectivamente, uma das conquistas de maior importância do regime autonómico.

Agora, contudo, é o governo de Carlos César que deixa compromissos que correspondem a mais de dois anos orçamentais. Ou seja, mais de dois anos em que o governo não poderia funcionar, nem muito menos investir. Mais de dois anos “empenhados”.

Os 2,500 milhões de euros de responsabilidades, que o PSD aqui denunciou há um ano, não só se confirmam no fim de 2011, como são excedidos.

Atingirão 2,505,527,372 euros (2 mil, 505 milhões, 527 mil, 372euros).

De acordo, obviamente, com os documentos disponibilizados pelo governo socialista e, portanto, da sua exclusiva responsabilidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: São os tais caixotes, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Foram 3 caixotes!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não teve paciência para ler o que estava nos 3 caixotes!

O Orador: A este propósito, uma reflexão final, neste início do debate orçamental.

O PSD lançou um desafio em Março. Que este debate decorresse sob o signo da transparência das finanças públicas regionais. Apresentou um pacote legislativo para o efeito, tendente ao seu integral conhecimento, em particular para a realidade que se esconde no âmbito do SPER. Afinal, foi nesse domínio que o governo socialista acolheu as responsabilidades de maior peso, com o crescimento de 13 para 53 entidades no período em que governou.

Convém, aliás, lembrar a preocupação cada vez mais generalizada com as responsabilidades da esfera pública empresarial, em que releva a recente apreciação contundente da Moody's, exclusivamente dirigida aos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, a Moody's baixou para a Europa toda!

O Orador: Aborda, de forma particular, a dramática subida das responsabilidades assumidas no sector da saúde, finalmente admitidas pelo governo socialista, que reconhece agora serem de 600 milhões de euros. É um valor há muito denunciado pelo PSD,...

Deputado José San-Bento (PS): Mentira!

O Orador: ... embora até agora negado, como se tornou habitual no governo socialista quando é confrontado com as tristes realidades que vai criando.

O desafio da transparência foi renovado pelo PSD em Setembro,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... aquando da audição aos partidos, para que estivesse presente nos documentos que estamos a discutir.

O governo foi dizendo que sim. A verdade é que alguma vergonha que ainda eventualmente tem, não aconselharia a dizer o contrário.

Os documentos apresentados, contudo, revelam um rotundo NÃO!

Quase impenetráveis, como sempre. Superficiais, como é habitual. Informação quase “zero”, no que ao SPER diz respeito, assim como não tem, por exemplo, a desagregação da despesa que foi solicitada. Portanto, não respondeu ao desafio.

O SIM relativamente a este desafio ficará para o próximo governo.

Compreendemos o porquê e, desde já, aceitamos o desafio que nos está reservado. Porque queremos que os Açorianos conheçam a verdade sobre a aplicação do dinheiro que resulta dos impostos que pagam.

Também por isso, não é este o Orçamento, nem é este o Plano que o PSD apresentaria aos Açorianos. Nem nas opções, nem na transparência.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: As propostas agora em discussão continuam a ser mais do mesmo. Seguem a filosofia dos anos anteriores e conduzirão aos mesmos resultados que os Açorianos estão a sentir na pele.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Democraticamente, teremos de aguardar um ano pela mudança.

Deputado Berto Messias (PS): Podem esperar sentados!

O Orador: Nós, e os Açorianos em geral.

Só então existirão condições para uma opção responsável pelo crescimento económico, pela criação de emprego e pela inserção social dos mais desfavorecidos.

Só nessa altura haverá uma aposta no desenvolvimento, bem como no reforço das competências e de autonomia dos cidadãos.

Só então será possível pensar e tratar estas nove ilhas como uma verdadeira Região, apostando em cada uma e criando condições de fixação da sua população.

Deputado Berto Messias (PS): La Palice não diria melhor!

O Orador: Opções conscientes, que não assentem na delapidação do futuro.

Termino, perante o nervosismo dos Srs. Membros do Governo e de alguns Deputados do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Os seus colegas é que estão nervosos!

O Orador: É esse o desafio, e as consequentes responsabilidades, que aceitamos para 2013!

Disse.

Deputados Duarte Freitas e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não explicou as propostas de alteração!

Uma oportunidade para explicar as contas erradas!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor devia conhecer melhor o Regimento!

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra para esclarecimentos.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção rápida no sentido de questionar o Sr. Deputado António Marinho que aquando da abertura do encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD anunciou que iriam apresentar propostas que implicariam uma redução das “gorduras” da Administração Regional, através das rubricas de aquisições de bens e serviço, de funcionamento, em 20 milhões de euros.

O que eu sei é que aquilo que foi entregue na Comissão de Economia, e que são as propostas que o PSD apresentou, não tem qualquer redução desse montante, nem nada perto disso, a não ser que se tenha perdido alguma proposta pelo caminho.

Deputado Duarte Freiras (PSD): O senhor sabe mal!

Deputado Luís Garcia (PSD): Fazer contas não é a sua especialidade!

Deputado João Costa (PSD): O senhor está habituado a fazer contas de sumir!

O Orador: A proposta do PSD implica uma redução numa dotação provisional e não em aquisições de bens e serviços correntes directamente, mas de 5,5 milhões de euros, apenas, ou seja, um quarto daquilo que anunciaram. Gostaria que o Sr. Deputado explicasse essa discrepância.

Em segundo lugar, e consultando a Conta de 2010, o montante correspondente no orçamento de funcionamento da Região, o conjunto dessas rúbricas que referiram que iriam reduzir 50%, é, em relação aos montantes de 2010, o montante correspondente a 5,5 milhões de euros, ou seja, nas minhas contas, metade de 5,5 dá 2 milhões e tal, perto de 3 milhões. Não dá, nem de perto, nem de longe, os 20 milhões que referiu.

Do anúncio que durante uma semana e meia fizeram,...

Deputado Duarte Freiras (PSD): Isso é que chateia!

O Orador: ... que era o vosso contributo em termos de propostas para o orçamento, anunciaram 20, apresentaram uma redução de 5 e da redução de 5, olhando para a Conta da Região de 2010, que tenho conhecimento, apenas haveria uma variação de pouco mais de 2 milhões de euros, ou seja, 10 vezes menos do que aquilo que anunciaram. Gostaria que explicasse essa variação de valores.

Em segundo lugar, gostaria que o Sr. Deputado António Marinho referisse, com objectividade, esta tendência que o PSD tem de lançar números para o ar sem os concretizar e sem os comprovar.

Na ânsia que uma realidade, que não é verdade, muitas vezes repetida, se torne uma verdade, mas felizmente a verdade vem sempre, sempre ao de cima.

Deputado João Costa (PSD): Há-de vir devagarinho!

O Orador: Neste contexto, o Sr. Deputado António Marinho voltou a referir os famosos 2.500 milhões de dívida da Região, directa e indirecta.

Deputado Duarte Freiras (PSD): Não é isso!

O Orador: Não explicou como é que é a desagregação desses montantes. Gostaria que o Sr. Deputado António Marinho fizesse essa mesma desagregação para podermos, ao cêntimo, comprovar os valores que referiu.

Deputado Francisco César (PS): Se soubesse!

O Orador: Em terceiro lugar, o Sr. Deputado António Marinho referiu o relatório da Moody's.

Já que referiu o relatório da Moody's, gostaria também que fizesse o favor de descrever quanto é que resulta, conforme a Moody's o diz, da dívida directa e

indirecta da Região, na sua globalidade, tendo em conta que em 2010 o rácio de receita da dívida directa e indirecta de todo o Sector Público Empresarial da Região sobre as receitas correntes é, conforme refere a Moody's, 237%.

Sendo esse o rácio, qual é o montante correspondente em termos do total de dívida da Região?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração do Deputado António Marinho vem na continuidade do PSD que conhecemos. É pena que não reconheça, como Durão Barroso esta semana o fez, o crescimento que a Região tem tido ao longo dos últimos anos, como o CDS/PP há pouco fez na sua intervenção.

É mais uma vez um discurso onde vem dizer o mesmo, as nuvens negras, etc.

Reconhecemos que as famílias açorianas e as empresas estão a atravessar um período difícil.

Gostaria que o senhor reconhecesse se a redução do crédito bancário tem ou não influência nas empresas e nas nossas famílias? Fazendo uma leitura, não ao Partido Socialista, gostaria que dissesse se, na instabilidade europeia, o senhor está com Durão Barroso ou se está com a Merkel?

Deputado João Costa (PSD): E o senhor com quem é que está?

O Orador: Gostaria que o Sr. Deputado António Marinho dissesse se as medidas do Orçamento de Estado têm ou não têm implicações nas nossas famílias e nas empresas nos Açores?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho que fazer aqui mais uma observação inicial relativamente àquilo que costuma ser as contas do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Elas são conhecidas, Sr. Vice-Presidente e é conhecido também o malabarismo que o senhor faz. Acabou de fazer mais um quando se refere às despesas de funcionamento, concretamente a aquisição de bens e serviços.

Só diria uma coisa. Naturalmente isto tem um momento próprio para ser discutido.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Mas diga!

O Orador: Isso implica da sua parte o conhecimento do Regimento, sabendo que há uma fase de apreciação na especialidade onde serão apresentadas as propostas. Elas já foram apresentadas e estão disponibilizadas. Teremos altura própria para as discutir.

De qualquer forma aquilo que lhe digo é que o senhor sabe bem onde é que há-de ir buscar 20 milhões de euros nos luxos deste Governo, nas “gorduras” deste Governo, porque o senhor é último responsável pelas finanças e daquilo que todos esses membros do Governo gastam e não deviam gastar, quando há gente no desemprego, quando há gente que está a perder poder de compra, quando há empresas que estão em manifesta dificuldade. Os senhores sabem bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Duarte Freitas (PSD): 4 mil euros de telemóvel!

O Orador: O que o senhor não fez foi levar em linha de conta as denúncias que aqui foram feitas e que aliás têm sido sucessivamente feitas pelo PSD, da situação em que se encontram as famílias e as empresas da Região. Eu até compreendo porquê, mas já lá vamos.

Designadamente nem contestou que a situação a que este Governo conduziu o emprego na Região é uma situação manifestamente deplorável.

Basta lembrarmos (e há pouco referi) que no espaço de um ano passámos de 7.806 para 14.171 desempregados.

Em 2003, se os senhores se lembram, este desemprego chegou a ser de 2%, ou seja, pouco mais que 2000 pessoas. No fundo, em termos de taxa, estes 2% são agora cerca de 6 vezes superior.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Até o critério estatístico era diferente!

O Orador: Isso corresponde a um período em que o Governo Regional abanava a bandeira do desemprego como sua principal bandeira eleitoral.

O PS, na altura, agitava e dizia: só temos 2% de desemprego e não vamos chegar aos 3 nem vamos chegar aos 4.

Foi sempre subindo.

Os senhores agora, em número de desempregados, de 2000 estão em 14.171 desempregados, 7 vezes mais.

Esperemos que agitem a mesma bandeira, obviamente agora esburacada e que não tentem, com a manha habitual, esconder aos açorianos a triste realidade que criaram...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... de 14.071 desempregados, o que corresponde a 15% das famílias açorianas.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Vamos fazer uma sondagem!

O Orador: É seguramente uma situação complexa, até porque, atingindo 15% das famílias, a situação previsível é de aumento.

Mais ainda.

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor ainda não explicou as suas contas e as suas propostas!

O Orador: Aproxima-se diariamente o fim do prazo de concessão do subsídio de desemprego para muitos dos desempregados, o que acentua ainda mais as dificuldades.

É certo, por exemplo, que há dois ou três dias ouvimos o Sr. Director Regional do Trabalho e Qualificação Profissional a dizer uma coisa com a qual até concordamos. Dizia ele que a taxa de desemprego nos Açores poderá aumentar no próximo ano.

É razoável. É realista.

Dizia que a conjuntura desfavorável da Região, do país e da Europa faz com que haja condições para um aumento do desemprego em 2012.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Em toda a parte!

O Orador: O Sr. Deputado José Rego disse há pouco, por palavras mais ou menos idênticas, a mesma coisa. Por isso nos espanta que em 18 de Outubro tenha surgido isto: a cara do Sr. Vice-Presidente, com fé, a dizer “o desemprego vai baixar”.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): A fotografia não é das melhores!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, em que é que ficamos?

É uma questão de fé ou é tentar enganar as pessoas?

O senhor sabe que o desemprego não vai baixar. Não minta mais e seja realista.

Deputados Rui Ramos e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): E as propostas?

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz duas perguntas muito concretas e objectivas ao Sr. Deputado António Marinho que, pura e simplesmente, não respondeu. Volto a fazê-las.

Sr. Deputado António Marinho, os senhores anunciaram que iriam apresentar propostas para reduzir em 20 milhões as “gorduras” da Administração Regional.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E apresentámos!

O Orador: As propostas que apresentaram só têm uma redução da despesa de um quarto desse valor, de 5 milhões de euros.

Em relação a rúbricas que tem no orçamento, implicará uma redução de apenas 2,2 milhões de euros.

Sr. Deputado António Marinho, retomo a pergunta:...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Depois de vir dizer coisas destas, como é que tem coragem de vir dizer isso?

O Orador: Disseram que reduziam 20 e apresentam uma proposta que apenas implicará uma redução de 2 milhões de euros.

Segunda pergunta, Sr. Deputado António Marinho:

Como justifica e como descreve o número apresentado de 2.500 milhões que referiu em relação à dívida da Região? Como é que o desagrega? Como é que o apresenta? Em função de quê? Que contas é que fez?

São duas perguntas sem qualquer resposta.

Deputado João Costa (PSD): Como se o senhor não soubesse!

Deputado Costa Pereira (PSD): Por que é que não discutiram isso na Comissão?

O Orador: A resposta a estas perguntas é muito importante, porque os açorianos têm que saber se os senhores sabem o que é que dizem ou se pura e simplesmente levantam questões para sair nos jornais e na comunicação social, as quais não têm correspondência prática.

Deputado João Costa (PSD): Quem viu a capa de jornal que o senhor viu há bocadinho, ainda tem a coragem de vir dizer isso?

O Orador: Neste momento é fundamental que os senhores assumam a concretização daquilo que dizem, para que os açorianos saibam se os senhores sabem o que é que dizem ou se dizem aquilo que sabem.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o desemprego? Isso é que é preciso explicar

Deputado Luís Garcia (PSD): E a capa do jornal?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Todos nós, particularmente os Deputados reunidos aqui nesta casa da Democracia, temos a obrigação, mais que a obrigação, o imperativo ético, de explicar às pessoas efectivamente o que se passa.

Uma coisa são discussões na comunicação social de dívida para baixo, de dívida para cima; um diz uma coisa, outro diz outra. Agora é fundamental que deste debate, entre o Governo e o PSD, saia hoje o esclarecimento total às pessoas sobre os tais 2.500 milhões de euros.

É preciso explicar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Fique descansado! Não vão explicar!

O Orador: O PSD naturalmente fez contas sérias e sabe como fundamentá-las.

Não se pode, nesta altura de crise, criar mais ansiedade nas pessoas.

É preciso saber qual é o número, como está desagregado.

O PSD tem o imperativo e a obrigação moral e ética de explicar aqui, a nós, ao Governo que pelos vistos quer saber, e sobretudo aos açorianos que têm que saber, porque isto é fundamental para esclarecer as pessoas, sabermos qual é afinal a nossa dívida. É um apelo que faço aqui para que haja um total esclarecimento de uma vez por todas.

Que na casa da Democracia se esclareça qual é o número, para as pessoas em casa saberem.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é fundamental.

Segundo ponto:

Quando ouço falar das Agências de Rating fico logo mal disposto.

Fazer caso mais uma vez das Agências de Rating parece que não nos ajuda em nada.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): É só o PSD/Açores que o faz?

Deputado Duarte Freitas (PSD): E o Presidente da EDA não faz o mesmo?

O Orador: Aliás, as Agências de Rating, relativamente à República, têm feito esses cortes e fizeram numa altura especialmente crítica para o nosso país.

Isso teve consequências, como se sabe, no aumento dos juros que fomos aos mercados buscar.

Os mercados naturalmente aproveitam-se destas notações para explorar (o termo é esse!) os países e as dívidas soberanas.

Portanto, vamos ao bom senso. Vamos discutir os assuntos de facto, a matéria de facto, e esclarecer totalmente os açorianos.

Deste Plano e Orçamento pelo menos uma coisa não-de ficar a saber: qual é a dívida dos Açores, como é que ela se desagrega e qual é o seu valor global.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para lembrar, relativamente às duas questões agora afloradas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, que as propostas de alteração foram apresentadas em devido tempo, foram apresentadas exaustivamente em Comissão, voltarão a ser apresentadas aqui e esclarecidas no momento próprio, sendo certo que quem sabe muito melhor do que nós onde cortar aquilo que o Governo gasta a mais, são os senhores.

(Risos dos Membros do Governo)

Os senhores é que fazem as despesas que são perfeitamente escandalosas face à situação difícil que vivem os açorianos.

Os senhores sabem que podem cortar nas comunicações,...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): É o vazio total!

O Orador: ... podem cortar nas viagens faustosas...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Quais são as viagens faustosas?

Deputado Berto Messias (PS): Concretize!

O Orador: ... nas grande comitivas, no dinheiro perfeitamente escandaloso que os senhores gastam.

Deputado Berto Messias (PS): Concretize!

O Orador: Os senhores sabem onde vão buscar esses 20 milhões de euros e são esses que estão presentes nas propostas. Na altura certa falaremos delas.

Quanto aos 2.500 milhões de euros, Sr. Vice-Presidente, eu não disse que era dívida. Nunca ninguém falou numa dívida. Falou-se em responsabilidades de 2.500 milhões euros. Precisámos hoje aqui que são 2 mil, 505 milhões, 527 mil, 372 euros,...

Deputado Berto Messias (PS): De quanto, Sr. Deputado?

O Orador: ... que resultam do somatório da dívida directa da Região,...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): E as contas?

O Orador: ... dos encargos com as parecerias público-privadas, designadamente Centro de Radioterapia, Hospital de Angra e as SCUTS de São Miguel...

Deputado Francisco César (PS): Ainda nem está aprovado!

O Orador: ... e resultam das responsabilidades do Sector Público Empresarial Regional...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que os senhores no dia 20 de Outubro, creio que foi aquilo que disse, enviaram nos tais caixotes.

De resto é saber fazer contas. É somar e a soma, volto a dizer, são 2 mil, 505 milhões, 527 mil, 372 euros. Volto a repetir: dívida directa, encargos das parecias público-privadas, responsabilidades do Sector Público Empresarial Regional.

De resto, é saber fazer contas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pela terceira vez vou perguntar ao Sr. Deputado António Marinho e à sua bancada:

Tendo anunciado que iria apresentar propostas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não iria! Apresentou!

O Orador: ... e que daria o seu contributo neste Orçamento com propostas de redução de 20 milhões de euros naquilo que chamaram as gorduras da Administração Regional, considerando que a proposta que apresentaram afinal é um quarto desse valor e que aplicando às rubricas que referiram tem apenas uma redução de 2 milhões de euros, eu pergunto como é que de um montante de 20 milhões acabam apenas por reduzir 2 milhões?

A resposta que até agora o Sr. Deputado António Marinho deu foi: eu não sei, os senhores é que sabem, façam as contas!

Deputado António Marinho (PSD): Não seja mentiroso!

O Orador: E por falar em contas...

Deputado António Marinho (PSD): Mentiroso!

Deputado José Lima (PS): Que baixeza!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar este debate com a serenidade com que ele começou.

O Sr. Vice-Presidente está no uso da palavra, faça favor de continuar.

O Orador: Por falar em contas, registre-se aqui a intervenção do Sr. Deputado António Marinho. Questionado sobre como é que encontrava os 2.500 milhões que anunciou de dívida da Região – aliás foi anunciado o ano passado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas – disse hoje, quando foi questionado a descrever esse montante, que afinal não há 2.500 milhões de dívida da Região.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: Desmentiu hoje aquilo que foi dito há um ano.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Não, não!

Deputado João Costa (PSD): Não engane mais as pessoas!

Deputado Berto Messias (PS): É dito todos os meses, todas as semanas!

O Orador: E é dito todos os meses.

Mais, respondendo ao Sr. Deputado Artur Lima, e fazendo as contas que o Sr. Deputado António Marinho não conseguiu fazer.

Sendo a dívida directa da região 374 milhões de euros, sendo o total de responsabilidades líquidas, dívida líquida do Sector Público Empresarial Regional, incluindo a EDA, a SATA e todas as empresas mercantis, 1.161 milhões, o somatório das duas componentes chega a 1.500 milhões, incluindo toda a dívida comercial e financeira dos hospitais, da SAUDAÇOR, da EDA, da SATA e de todas as empresas mercantis.

Importa lembrar que o Sr. Deputado Duarte Freitas – e cito-o – nas suas contas para chegar aos 2.500 milhões retirou o grupo EDA e SATA.

Portanto, o valor que aqui temos e que os senhores têm da dívida total líquida do Sector Público Empresarial da Região, correspondendo à participação pública, é de 1.161 milhões, 687 mil euros, incluindo a EDA e a SATA, ao que acresce 374 mil, que é dívida directa da Região.

Eu não vou ao ponto daquilo que no dia 2 de Junho de 2010 disse a líder do seu partido. A líder do seu partido disse claramente que só por má-fé é que se falava do passivo das empresas e esquecia-se o activo.

Aquilo que os senhores fizeram é, segundo a líder do seu partido má-fé. Para nós não é!

Vamos falar só das responsabilidades futuras. Não há problema.

Hoje, os senhores acabaram por desmentir aquilo que a líder do seu partido disse há um ano e meio.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor acabou de desmentir-se a si próprio!

O Orador: Por isso, em relação aos montantes estão aqui ao cêntimo o somatório das competências.

Aliás, por que é que o Sr. Deputado António Marinho não respondeu à pergunta do relatório da Moody's que diz que a relação entre o total da dívida da Região e a dívida das empresas públicas regionais, representa 237% das receitas correntes? Precisamente porque 237% das receitas correntes corresponde à dívida que acabámos de referir,...

Deputado António Marinho (PSD): O enquadramento é que não é!

O Orador: ... ou seja, uma dívida que é mil milhões de euros inferior àquilo que o Sr. Deputado disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Eu percebo, tendo em conta a forma como está a correr o debate ao PSD e ao Sr. Deputado António Marinho, que isso possa potenciar algumas desorientações e reacções...

Deputado João Costa (PSD): Pensei que ia pedir um intervalo!

O Orador: ... menos avisadas.

No entanto, para protestar como os adjectivos utilizados pelo Sr. Deputado António Marinho e pela forma como se dirigiu ao Sr. Vice-Presidente do Governo que, no âmbito do debate e das regras parlamentares que seguimos, não é de todo admissível.

Deputado João Costa (PSD): Ainda vamos ter que ler aquele célebre diário das sessões!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem! Pode-se constituir uma acta!

O Orador: Tendo em conta também a extrema sensibilidade que a primeira fila da bancada do PSD tem demonstrado ao longo dos últimos tempos relativamente aos apartes, não podemos deixar de afirmar este protesto e de também, apelando ao Sr. Presidente para que no âmbito das suas competências e das suas capacidades possa trabalhar e permitir o bom desenvolvimento dos trabalhos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o que está a fazer o Sr. Presidente!

O Orador: ... e também apelar ao PSD e ao Sr. Deputado António Marinho que tenha mais contenção na forma como adjectiva os seus colegas neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Da minha parte, Sr. Deputado Berto Messias, o meu apelo no sentido da civilidade e serenidade nos nossos debates é geral e contínuo.

O Sr. Deputado António Marinho tem 3 minutos para um contra-protesto.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Hernâni Jorge (PS): Vai pedir desculpa?

O Orador: É um contra-protesto que me vai permitir...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Julguei que era um pedido de desculpa!

O Orador: ... no fundo, esclarecer perfeitamente o porquê de eu ter chamado mentiroso. Chamei mentiroso...

Deputado Hernâni Jorge (PS): E insiste!

O Orador: Chamei e insisto! Insisto, obviamente, porque ser mentiroso é não dizer a verdade e o Sr. Vice-Presidente não disse a verdade...

Deputado Francisco César (PS): Não é linguagem própria, Sr. Deputado!

O Orador: ... quando referiu que no ano passado o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas, tinha referido a existência de uma dívida de 2.500 milhões de euros. Nunca referiu!

Portanto, leia melhor os documentos. Disse que existiam responsabilidades de 2.500 milhões de euros. Exactamente os mesmos termos aqui utilizados hoje...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quando foram referidos 2.505 milhões ...

Deputado Berto Messias (PS): E insiste!

O Orador: ... 527 mil, 372 euros, que resultam – falámos em responsabilidades – do somatório da dívida directa das responsabilidades do Sector Público Empresarial Regional, que são, em 2010, do valor que o Sr. Vice-Presidente referiu.

Se ouviu com atenção eu falei em 2011, na estimativa até ao final do ano da evolução desse Sector Público Empresarial e de uma coisa que o senhor esqueceu, que são os encargos decorrentes das parcerias público-privadas.

Tudo isso, somando esses valores, dá efectivamente os 2.500, como aliás o senhor seguramente já fez as contas também. E por isso é mentira.

Isso também esclarece relativamente à Moody's. Relativamente à *Moody's*, e muito bem, os tais 237%, correspondem a 1.513.904.535. A dívida!

As responsabilidades: 2.505 milhões de euros.

Já agora que fala na Moody's, de 2007 para 2010, a dívida calculada de acordo com a Moody's, passa de 1038 milhões de euros, para 1.513 milhões de euros.

São estes acréscimos, é esta delapidação, é este empenho do futuro que os senhores estão a fazer.

Deputado Francisco César (PS): Então a dívida é 2500!

O Orador: Por isso, como estamos a falar em dívida e responsabilidades, só podia chamar um nome ao Sr. Vice-Presidente, por muita consideração pessoal que tenha por ele: é que aqui o Sr. Vice-Presidente mentiu.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Não mentiu nada!

Deputado Hernâni Jorge (PS): São 1.500 milhões!

Deputado Francisco César (PS): Estudem melhor antes de falar!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para uma intervenção muito rápida, porque começo a ficar sem tempo, para dizer o seguinte e vou citar:

Há cerca de um ano o PSD fez as contas, diz o Sr. Deputado Duarte Freitas. Referiu: “pese embora essa obscuridade e falta de transparência, alertamos para a necessidade de responsabilidades financeiras futuras”.

Efectivamente está aqui dito, 2,5 mil milhões de euros.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas continue!

Deputado António Marinho (PSD): A maior parte da responsabilidade é dívida!

O Orador: Vou continuar porque não desisto de esclarecer este assunto.

Deputado Hernâni Jorge (PS): 80% são dívida à banca!

Deputado António Marinho (PSD): Os senhores não percebem. É preciso estudar!

Deputado Berto Messias (PS): Só os senhores é que percebem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para a primeira fila está bem, agora para a segunda!

Presidente: Srs. Deputados... Sr. Deputado Jorge Macedo...

Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Eu espero que o Sr. Secretário tenha parado o cronómetro, porque o tempo é precioso nestas situações.

Vou rapidamente concluir.

Já fiz a referência. Quero esclarecer o seguinte:

Qual é, segundo o Partido Social Democrata, a dívida da Região Autónoma dos Açores? É essa a pergunta.

O Sr. Vice-Presidente já disse que era 1.5 mil milhões.

Eu quero saber, agora, qual é efectivamente a dívida dos Açores.

Não podemos sair aqui hoje sem saber qual é a dívida da nossa Região Autónoma.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu respondo-lhe, como já lhe respondi,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda aos açorianos, não é a mim!

O Orador: ... ao montante da dívida da Região, que foi exactamente o montante da dívida apurada pela Moody's: 1.531 milhões de euros, que corresponde ao somatório de 1.161 milhões de euros, que é o total da dívida financeira e comercial de todas as empresas públicas, mais os 375 milhões da

dívida directa da Região. Dá 1.500 milhões de euros. Foi o que dissemos há um ano e é menos mil milhões de euros que a dívida que o PSD disse e denunciou há um ano.

Deputado João Costa (PSD): E insiste!

O Orador: Esta é a primeira questão.

O que assistimos hoje foi uma questão de bastante gravidade na questão do debate parlamentar regional.

Primeiro, porque o PSD não conseguiu demonstrar os 2.500 milhões.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Outra vez!

O Orador: E a seguir disse aqui, claramente, hoje, pela primeira vez, que afinal a dívida da Região, mais do total das empresas públicas da Região, era aquela que o Governo tinha dito há ano, que demonstrou e que todas as entidades internacionais o comprovam. Ou seja, o PSD está enganado em mil milhões de euros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Aquilo não é para pagar? Vão ter que pagar aquilo!

Deputado João Costa (PSD): É para os outros pagarem!

O Orador: Perante a demonstração deste erro e desta falha, qual é a cambalhota que o PSD dá?

Diz: afinal também vamos pôr aqui as responsabilidades das parcerias público-privadas que são de mil milhões, que se juntaram aqui para este montante.

Ao facto de nós termos dito que o PSD tinha dito claramente... Sr. Deputado António Marinho, olhe por favor para mim, nos olhos, se faz favor.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Sr. Deputado António Marinho chamou-me mentiroso nesta casa por eu ter dito que a dívida pública da Região, segundo o PSD tinha afirmado, era 2.500 milhões de euros. Certo?

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Não!

O Orador: É verdade o que disse?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não!

O Orador: Chamou-me mentiroso por ter dito que a dívida pública da Região era 2.500 milhões de euros, de acordo com o PSD.

Demonstrámos aqui hoje, o PSD comprovou e assumiu hoje que afinal é 1.500 milhões, ou seja, menos mil milhões do que tinha dito.

Deputado João Costa (PSD): O senhor pode tentar fazer os outros de estúpidos, mas não somos!

O Orador: Perante esta falha o senhor chamou-me mentiroso.

Sr. Deputado António Marinho, consulte o *site* do seu partido, nomeadamente a declaração da líder do PSD, Berta Cabral, na Comissão Regional no dia 11 de Outubro de 2011. Passo a citar o que disse Berta Cabral:

“A dívida pública regional ascende a cerca de 2.500 milhões de euros em 2011.”

Deputado Hernâni Jorge (PS): É mentirosa?

O Orador: Está no *site* do vosso partido. No fundo, o senhor acabou de chamar mentirosa à líder do seu partido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Hernâni Jorge (PS): Afinal quem é mentiu?

Deputado Duarte Moreira (PS): Até a mim me doeu!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra para esclarecimentos.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Vai negar a intervenção da sua líder?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A verdade custa a ouvir! A verdade custa muito a ouvir.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E vai negar a intervenção da sua líder!

O Orador: A mentira dita muitas vezes acaba por ser verdade, de vez em quando. É isso que não podemos permitir.

O senhor foi mentiroso e continua. Está a obrigar-me a chamar-lhe novamente mentiroso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: E insiste!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Que vergonha, Sr. Deputado António Marinho!

Deputado Berto Messias (PS): Vou ter de protestar novamente!

O Orador: O que aqui dissemos há um ano e agora é que as responsabilidades eram de 2.500 milhões de euros e hoje precisamos 2.505 milhões de euros.

Relativamente à dívida é uma parte destas responsabilidades.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford). A sua líder é que disse!

O Orador: Não tem as parcerias.

Não tem, logo à partida, os encargos com as parcerias público-privadas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E os 1700 milhões das empresas onde é que estão?

O Orador: Não tem só dívida bancária.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Os 1700 milhões das empresas que o senhor falou...

O Orador: Portanto, é uma questão dos senhores quererem fazer as contas e não terem vergonha de apresentar as contas que fazem.

Uma coisa é dívida, outra coisa são responsabilidades.

O PSD aqui reafirma, com as contas feitas com base nos caixotes do Sr. Vice-Presidente, que é de 2 mil, 505 milhões de euros.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: São estas as responsabilidades.

A dívida segundo a Moody's que agora o Sr. Vice-Presidente por acaso resolve reconhecer que é de 1.500 e tal milhões de euros, há um ano atrás (lembro) o Sr. Presidente do Governo já falava em 1.500 milhões de euros e o senhor contradizia quando dizia que era 800. Onde é que está a sua credibilidade, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais lhe digo. Se recuarmos algum tempo, lembra-se, quando o senhor dizia que não existia dívida indirecta? Que os avales não eram dívida indirecta?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora já diz que é.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem é que o compreende, Sr. Vice-Presidente?

Está em permanente contradição. O senhor diz-se e contradiz-se...

Deputado Hernâni Jorge (PS): E a Dra. Berta?

O Orador: ... há procura de uma verdade que o senhor sabe que está a esconder dos Açorianos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Hernâni Jorge (PS): E a sua líder disse ou não disse?

Ela é mentirosa?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É muito rápido, o que vou dizer.

Evidentemente vou descontar o excesso de linguagem do Sr. Deputado António Marinho. Reconheço-lhe que isto lhe está a correr extremamente mal, por isso desconsidero...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda ninguém nos mandou calar!

O Orador: ... do ponto de vista relativo àquilo que efectivamente disse.

Vamos voltar efectivamente ao que nos interessa depois de termos verificado, primeiro que o PSD não conseguiu fazer contas, segundo, que o PSD se desmentiu a si próprio, porque afinal o montante que diz da dívida pública é 1.500 milhões. Foi o que assumiu hoje. Menos mil milhões do que disse o Sr.

Deputado Duarte Freitas e daquilo que a líder do seu partido tem no *site* do PSD/Açores. Essa questão está clarificada por todos.

Afinal o Governo dos Açores tinha razão. O PSD enganou-se em mil milhões de euros.

Este problema está clarificado e resolvido, aliás de acordo com aquilo que foi reconhecido pelo Sr. Deputado António Marinho.

Segunda questão, a questão final:

Sr. Deputado António Marinho, esconder?

Como é que o senhor diz que escondemos as contas das empresas se no dia 20 de Outubro entregámos – e o Sr. Presidente pode demonstrá-lo – ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já as sabíamos todas!

O Orador: ... caixotes e caixotes de papéis, com todas as contas, todos os relatórios de contas, de todas as empresas do Sector Público Empresarial,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Porque o senhor escondia a verdade!

O Orador: ... que permitiu aos senhores fazer exactamente as mesmas contas que fizemos?

Perante esta situação recorreu agora ao montante dos 800 milhões de euros.

Deputado João Costa (PSD): Então diga lá qual a responsabilidade financeira futura da Região!

O Orador: Eu explico-lhe o montante dos 800 milhões de euros. Os 800 milhões de euros é o somatório da dívida directa da Região (374 milhões de euros) com os avales concedidos ao Sector Público Empresarial (425 milhões de euros).

Deputado António Marinho (PSD): Antes não era dívida, agora é!

O Orador: Não! São dívida (calma, eu explico) só que não pode somar duas vezes a mesma coisa, como fez o Sr. Deputado Duarte Freitas há um ano.

Deputado João Costa (PSD): Não, não! Está enganado!

O Orador: Os avales são garantia de dívida financeira, logo quando somamos os 1.300 milhões estão incluídos esses avales.

É tão simples quanto isso.

Essa última manobra de diversão não resultou, como não resultou nenhuma das outras.

Deputado João Costa (PSD): Diga lá qual a responsabilidade financeira futura da Região!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para pedir um esclarecimento.

Presidente: Sim senhor.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para questionar (eu penso que todos terão recebido o Plano e o Orçamento) se não está inscrita uma verba no Plano e no Orçamento para 2012 de 23 milhões de euros para pagamento da primeira tranche das SCUTS?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: E...

O Orador: É a diferença entre dívidas e responsabilidades.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): E também está previsto o seu ordenado! O seu ordenado para o ano que vem é também uma dívida!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental.

Vamos retomar os nossos trabalhos às 15 horas com a continuação do debate.

Bom almoço e até lá.

Muito bom dia.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Prosseguindo, de acordo com a lista de inscrições que tenho, tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento Regional para 2012 que este Parlamento é chamado a debater e votar, tem como cenário um quadro social, económico e financeiro que podemos classificar de desastroso, tanto em termos nacionais, quanto regionais.

Neste momento, decorre também, na Assembleia de República, a discussão final e aprovação do Orçamento de Estado para 2012.

Um Orçamento profundamente recessivo, de uma austeridade sem limites e provocador de um autêntico sismo, na economia nacional. As consequências deste Orçamento consagram o mais forte, o mais continuado e o mais profundo período de recessão económica que o nosso país viveu, desde o 25 de Abril. O défice social, a destruição da economia e o inevitável crescimento da dívida colocar-nos-ão, em 2013, em muito pior situação do que a que hoje vivemos. O caminho da Grécia é o que nos espera; é para lá que o governo PSD/CDS nos leva.

É um Orçamento violento contra os que menos têm, para beneficiar, fiscalmente, quem nunca pagou o que devia. O exemplo destes dias aí está: de um lado, os/as trabalhadores/as, com um nó na garganta e o coração apertado, ao verem os seus salários espoliados com a sobretaxa no subsídio de Natal; do outro lado, a felicidade dos ricos, cujos rendimentos de capital ficaram isentos desta sobretaxa. Que contraste colossal! E para o ano a dose ainda é mais reforçada.

Os impostos que antes eram um “esbulho fiscal”, agora, sobem mais depressa do que um elevador. Lembram-se do partido dos Contribuintes?

A par disto, o baixar de salários e não só para o sector público, pois o que está em cima da mesa, no imediato, é uma baixa de salários de 7% para os trabalhadores do privado.

A austeridade é só para quem menos tem. Na realidade, é esta a verdadeira tradução da apregoada consciência social.

Tudo isto se abate sobre os/as Açorianos/as de forma dramática, com a agravante do governo PSD/CDS olhar a Autonomia com desprezo e como uma conquista a limitar.

Nos Açores, portanto, o quadro é semelhante ao do resto do País. Infelizmente, aquilo que denunciámos como uma demagogia muito perigosa - que era o ‘votem em mim, pois comigo a crise não chega aos Açores’ -, ficou por isso mesmo: demagogia pura e simples.

O nosso quadro social, com 1/3 da população na pobreza ou no limiar, um desemprego de 11.9% - com um ritmo de crescimento assustador -, uma economia em desaceleração rápida - cuja tendência é agravar-se, como reflexo da política nacional - exige coragem política para, de facto e não em meras enunciações, minimizar os desmandos que nos querem impor.

Mas não é isso que acontece.

O Governo Regional apresenta-nos um Plano e Orçamento inspirado no Orçamento de Estado, quem sabe já fruto do pacto secreto com o Governo da República, pacto ou Protocolo esse que esta Casa, sede da Democracia e da Autonomia, continua impedida de conhecer.

Mas este Plano e Orçamento, superior em 7% ao do ano passado, tem, como linhas mestras, a redução do investimento público e a redução, no seu global, das verbas para funções sociais. Em contrapartida, é irrisório o corte nas despesas de funcionamento e não deixa de ser sintomático que o maior corte se registe na rubrica ‘salários’.

Não é, pois, um orçamento anti-crise.

Para além do ancestral atraso estrutural dos Açores, este Plano e Orçamento não apresenta medidas para atacar duas das maiores chagas da nossa economia: a evasão fiscal e as derrapagens nas obras públicas.

Na evasão fiscal, o Governo apresenta metas de acção que ficam aquém do já praticado, com resultados invisíveis. Quanto às derrapagens – uma autêntica transferência de dinheiros públicos para bolsos privados – o Governo Regional considera-as uma coisa normal. Se calhar, se estivessem em causa ordenados de trabalhadores/as, já seriam uma preocupação.

Mas a incongruência deste Plano e Orçamento consegue atingir o auge, quando o Governo Regional, aproveitando a boleia do Orçamento de Estado, corta, também nos Açores, os subsídios de férias e de Natal.

A este propósito, recordemos o que disse um alto dirigente do PS/Açores: “O corte do subsídio de Natal, este ano, implica que vai deixar de circular na economia do pequeno comércio, cerca de 20 milhões de euros; a falta deste dinheiro faz uma moosa considerável neste sector, nomeadamente, ao nível do desemprego”.

E tem toda a razão, não podemos estar mais de acordo. Apenas perguntamos: e então, o que não fará, nesta região, em cima destes 20 milhões, mais cerca de 33 milhões que o Governo pretende tirar aos/às funcionários/as da administração regional, somando ainda os milhões do sector público empresarial?

Nada justifica este corte, nos Açores. Antes pelo contrário: a economia real açoriana e os/as Açorianos/as precisam deste dinheiro. Defender os Açores é pagar os dois subsídios. Mas como para o Governo Regional é assunto tabu, no mínimo, o Partido Socialista tem que ser coerente com aquilo que defende e pagar um.

Neste debate, o Bloco de Esquerda/Açores apresentará propostas que, a nossa ver, melhoram este Plano e Orçamento. A nossa posição final será resultado do caminho que o PS/Açores escolher.

Ou escolhe ser parceiro das políticas do PSD e do CDS, ou escolhe o combate pela economia dos Açores e, portanto, pelos Açorianos e Açorianas.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimentos. Creio não existirem. Assim sendo passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra para tal o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Discutimos neste Parlamento um Plano e um Orçamento que ao contrário dos anos anteriores, diminui as respetivas verbas e acompanha assim o momento de crise económica e financeira que se vive na Região, no País, na Europa e no Mundo.

O Plano e o Orçamento do Governo, devem sempre, e agora mais do que nunca, ser instrumentos que promovam as melhores escolhas; maximizem a utilidade dos recursos e potenciem a melhor reprodutividade dos investimentos.

Sem descurar as medidas sociais que serão necessárias adotar a este momento de crise, é por demais importante reanimar a nossa economia, em particular, revitalizar as empresas regionais e locais.

O Poder Local regional, é um dos mais importantes agentes do desenvolvimento de cada um dos 19 Concelhos da nossa Região.

Importa assim, neste momento de dificuldades financeiras globais e transversais, perceber qual o atual e verdadeiro quadro em que se movem as nossas autarquias, para perceber a real capacidade de que estas dispõem para continuar a cumprir esse grande desiderato de sempre que é o de se constituírem como importantes agentes do desenvolvimento dos nossos Concelhos e das nossas ilhas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A generalidade das Câmaras Municipais dos Açores vive hoje uma profunda crise financeira.

Algumas delas encontram-se já em processos de reequilíbrio ou de saneamento financeiro e outras muito próximo de tal suceder num curto prazo.

Os problemas orçamentais que todas atravessam, relacionam-se com elevados níveis de endividamento, agravados com os cortes severos nas suas receitas, com origem na redução das transferências de verbas do Estado para os Municípios e na menor cobrança de impostos municipais.

Neste quadro de grandes constrangimentos financeiros e orçamentais, as Câmaras ver-se-ão impossibilitadas de realizar importantes investimentos, podendo pôr em causa a vida económica e social dos nossos Concelhos e respetivas populações.

Sem possibilidade de recurso ao crédito e sem disponibilidades de tesouraria, ser-lhes-á muito difícil executar projetos de relevo, comparticipados por fundos comunitários, já que, em grande parte dos casos, nem terão possibilidades de assegurar os 15% da componente de autofinanciamento correspondente.

Deste modo, corre-se o risco das Câmaras Municipais nem terem capacidade de aproveitar os fundos comunitários que têm disponíveis neste quadro comunitário de apoio, o que poderá traduzir-se num prejuízo para a Região e para as populações açorianas que vivem nas nove ilhas dos Açores.

Passados 5 anos de execução do Programa Proconvergência, apenas foram executados pelas 19 Câmaras Municipais da Região, 40% dos 191 milhões de euros disponíveis. Faltando apenas 2 anos para terminar a vigência deste Programa faltam executar 60% desses 191 milhões de euros. Ou seja, estão por executar 115 milhões de euros de fundos do FEDER que podem originar uma despesa pública correspondente a 135 milhões de euros.

Esta despesa pública, a concretizar-se, será repartida pelos dezanove Concelhos da nossa Região e muito pode contribuir para a revitalização das empresas de construção civil e do comércio ao nível local, contribuindo assim para a manutenção de milhares de postos de trabalho e suportando o rendimento de milhares de famílias açorianas.

Não aproveitar integralmente estes fundos por via das autarquias, e com eles promover os efeitos positivos na economia local e na preservação da estabilidade socio-financeira das famílias açorianas, será um erro grave que se poderá vir a pagar muito caro, no futuro.

Deputados João Costa e António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, em coerência com o que sempre tem defendido em relação às famílias, às empresas e ao emprego, propõe que por via da Cooperação Técnico-Financeira Direta, o Governo Regional intensifique a solidariedade institucional, com as 19 Câmaras Municipais dos Açores, num quadro de transparência, clareza e equidade, participando em 50%, a componente de autofinanciamento das Câmaras Municipais (15%) em projetos de investimento, aprovados no Proconvergência.

Esta medida deverá manter-se até ao final do atual quadro comunitário de apoio, por forma a assegurar o integral aproveitamento dos fundos comunitários disponibilizados aos Açores, nomeadamente os afetos ao Poder Local da Região.

Propomos um reforço financeiro de 3,1 milhões de euros no projeto 21.4.2 do Plano – Cooperação Financeira com os Municípios.

Com esta medida será possível, no próximo ano, realizar mais de 40 milhões de euros de despesa pública, distribuída pelos 19 Concelhos da nossa Região.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma proposta séria, credível, responsável e exequível.

Ela tem enquadramento legal. Tem enquadramento político. Aqui propomos enquadramento orçamental, restará apenas a ela juntar a vontade política. E essa dependerá do sentido de voto que os diferentes grupos e representações Parlamentares que compõem este Parlamento lhe queiram atribuir.

Esta proposta foi aliás muito bem recebida pelo Presidente da Associação dos Municípios dos Açores, um ilustre autarca socialista. Ele, conhecedor do difícil

quadro financeiro das autarquias, melhor do que qualquer um de nós, entende bem a importância e o alcance positivo da proposta que o PSD aqui traz, em matéria do desenvolvimento regional e do quanto ela pode ajudar as empresas e as famílias dos Açores neste tempo especial de crise que se vive na Região e que tende a agravar-se. Concordou com ela e até nos incentivou a levá-la por diante!

Deputados Duarte Freitas e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O projeto de desenvolvimento regional e a crise em que estão mergulhadas as famílias e as empresas regionais e locais, precisam de um Poder Local e de um Governo Regional fortes e com recursos suficientes para enfrentar os tempos difíceis que aí vêm!

Estes dois Poderes juntos serão mais fortes e poderão assim dar melhores e mais eficazes respostas, às dificuldades dos açorianos.

Estes dois poderes juntos podem unir esforços e de congregar energias!

Este é o tempo de provar que o interesse da Região deve estar acima de qualquer interesse político-partidário!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é o tempo de valorizar a solidariedade institucional e dar primazia à subsidiariedade!

Este é o tempo de superar dificuldades e de ganhar oportunidades!

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD cumpre aqui, com esta proposta, a sua responsabilidade política. Espera, no entanto, que todas as forças políticas representadas neste Parlamento entendam a sua dimensão e importância e lhe deem o melhor acolhimento.

Perder esta oportunidade, equivalerá a hipotecar o nosso futuro!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos. Tenho inscrito o Vice-Presidente do Governo e o Sr. Deputado José San-Bento.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta aqui trazida pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes surgiu-me uma dúvida e gostaria de lhe colocar uma questão.

Deputado José San-Bento (PS): E a mim também!

O Orador: Não tenho dúvidas de que o Sr. Deputado é uma pessoa séria, credível, mas permita-me que lhe pergunte como é que enquadra esta proposta actualmente, face às declarações recentes do Comissário Europeu responsável pelos fundos comunitários, Johannes Hahn, que após uma audiência com o Presidente do Governo Regional dos Açores e com o Primeiro-Ministro, anunciou uma reformulação profunda na regulamentação do financiamento de fundos comunitários.

Gostaria que me respondesse a essa questão e depois voltarei ao debate.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já está aprovada?

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Cláudio Lopes traz aqui um tema que é muito importante, que nos preocupa e para o qual este Grupo Parlamentar está particularmente atento.

Apresentamos neste Parlamento um Orçamento que consideramos ser, na minha interpretação pelo menos, de solidariedade, investimento e emprego. Aliás, um orçamento que não tem absolutamente nada a ver com aquilo que disse a

Deputada Zuraida Soares. Aliás, Sra. Deputada, a vossa intransigência doutrinária limita a vossa compreensão da realidade.

Deputada Zuraida Soares (BE): O Sr. Deputado não se inscreveu para debater a minha intervenção? Parece-me que não! Perdeu a oportunidade!

O Orador: É preciso gerir o tempo, Sra. Deputada.

É evidente que para nós atingirmos esses objectivos da solidariedade, do investimento e do emprego é óbvio que é fundamental o contributo de outras entidades públicas, nomeadamente o poder local.

Achamos muito importante criarmos condições para que a Região tenha a possibilidade de mobilizar os 195 milhões que estão adstritos às autarquias no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

Achamos que é da maior importância trabalharmos nesse sentido.

Agora há um aspecto, referido pelo Sr. Vice-Presidente, que é da maior importância.

Sabemos que da parte da Comissão Europeia vai haver um aumento do co-financiamento dos 85% para os 95%, ou seja, as autarquias vão ter uma redução de 10% no co-financiamento global, na prática uma redução de 66% desse esforço.

O PSD propõe aqui 50%. Portanto, fica um pouco desactualizada a vossa proposta. Mas também queremos saber o que é que os senhores responderão a isso.

Mas é preciso que se diga, com todo o rigor, que achamos que é muito importante a mobilização desses recursos, até porque poderão garantir a activação de reservas de eficiência. Nós temos este grande objetivo de não deixar em repouso, mobilizar esses milhões para podermos também reforçar o investimento e sobretudo termos um cuidado para gerar os maiores impactos possíveis ao nível da criação de emprego.

Deputado João Costa (PSD): Criação de emprego é o que temos aí na primeira fila!

O Orador: É bom que se diga que o Governo Regional tem feito um grande esforço de apoio às autarquias, em várias áreas.

Também é bom que se diga que há – e isso já foi aqui alertado – a necessidade das autarquias terem um contributo e terem uma revisão das suas prioridades. Isso também tem que ser aqui dito.

É verdade que a banca tem tido dificuldades, estão a ser praticados SPREAD altíssimos. O senhor referiu isso, mas também, Sr. Deputado, é necessário maior lucidez na análise da situação por parte das autarquias. É necessário uma revisão das prioridades como já referi e é necessário uma ponderação muito séria dos investimentos, a maximização do emprego e é preciso também rigor, Sr. Deputado, muito rigor.

Aqui, deixe-me que lhe diga, as coisas começam a complicar-se.

Sr. Deputado, não é possível haver autarquias que façam estradas de 2 km que deveriam custar um financiamento previsto de 2 milhões e que acabam por custar 5 milhões. Não é possível haver grande sucesso no poder local a mobilizar esses milhões com exemplos desses.

Não é possível prever uma renda de 12 mil euros por mês e depois quando a obra está concluída haver uma derrapagem de 108%.

Também não é possível anunciar-se que se vai fazer um parque subterrâneo por 8,7 milhões de euros e depois ele custar 15,17.

Também não é possível, Sr. Deputado, haver autarquias que anunciam um parque urbano com um pavilhão multiusos e um complexo de piscinas por 15 milhões de euros, que se transforma, imagine, num parque urbano, num *drive range*, num *club house* custando 28,85 milhões.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): Onde é que isso está no Plano?

Deputado João Costa (PSD): Isso é que é falar de saneamento básico!

O Orador: Sr. Deputado, a questão é esta:

As autarquias também têm que fazer um grande esforço, as autarquias têm de se ajudar a si próprias...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas isso é algum debate?

O Orador: ... e têm que dar um exemplo que infelizmente não está a ser dado, particularmente no concelho de Ponta Delgada.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, é bom que se diga uma outra questão, para terminar. Eu teria mais para dizer, mas a pressão do tempo é imperdoável.

É bom que se diga, Sras. e Srs. Deputados, (achei muito estranho, o Sr. Deputado faz praticamente a mesma intervenção do ano passado,...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Espero que tenha reconsiderado este ano!

O Orador: ... não actualizou a parte que é referida em relação ao Governo da República), que em matéria da reforma autárquica, é obsessão do Governo da República ir além da Troika.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Apresentar proposta significa coerência!

O Orador: Vai criar inúmeras dificuldades e será o pior factor durante o ano de 2012.

O Governo está a ir longe de mais. A Troika impõe cortes, por exemplo, de pessoal dirigente, de 15%. O Governo vai aplicar cortes de 25% e impõe às autarquias cortes de 45%.

Sr. Deputado, com 45% vai haver situações de paralisia e de desorganização nas autarquias e não será possível aproveitar os fundos comunitários da forma que eu aqui referi.

Este Governo é insensível ao poder local, não respeita a autonomia do poder local. Achamos que esses objectivos devem ser impostos, negociados e deve caber às autarquias a implementação desses cortes, tal como defendemos em relação aos cortes para as autonomias regionais.

Nós mantemos a mesma opinião e isso é que é importante ser dito aqui.

Deputado João Costa (PSD): Isso é teimosia, não é coerência!

O Orador: Estamos perante um Governo que está a exportar o défice quer para as Regiões Autónomas, quer para o poder local e isso tem de ser aqui denunciado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Achamos que este é o Governo mais centralista e mais anti-poder local da democracia portuguesa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ó José, gastaste do teu tempo para dizer isso?

Deputado Berto Messias (PS): Já vimos que o registo do PSD é igual ao do ano passado!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para registar a intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes, naturalmente a defender sempre o seu poder local, o que é perfeitamente legítimo, já que exerceu essas funções durante muitos anos.

Queria também registar a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento. Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que concordo com grande parte das suas observações relativamente às câmaras municipais, na qualidade dos seus investimentos e como os devem fazer. Nessa parte estamos plenamente de acordo, como V. Exa. também estará plenamente de acordo comigo, quando uma câmara municipal...

Deputado Berto Messias (PS): Não se estique!

O Orador: ... resolve construir uma escola num terreno sem acessibilidades, depois tem de gastar quase um milhão de euros a fazer acessibilidades, a fazer uma estrada para acesso à escola, a comprar e a expropriar garagens para fazer o acesso, a fazer outro acesso, também não é boa administração dos dinheiros públicos.

Quando se escolhe um local para se fazer uma escola e não tem acessibilidades isto é de se abrir o chão Sr. Deputado José San-Bento. Há também quem tenha feito isso.

Depois, quando se adquirem terrenos e são necessários gastar 300 mil euros em muros de suporte e de sustentação para garantir a segurança das escolas, é de se abrir o chão, Sr. Deputado José San-Bento.

Depois, quando se constrói uma escola ao pé de uma pocilga, estamos conversados, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Francisco César (PS): Essa da pocilga é baixo demais, Sr. Deputado! Não era necessário!

O Orador: Aliás, é proibido por lei fazer uma escola paredes meios com uma pocilga e quando se compra servidões para isso, Sr. Deputado José San-Bento. Portanto, estamos a falar da boa administração dos dinheiros públicos, da boa administração do poder local, de políticas eficazes, de políticas a favor das pessoas.

Ainda bem que este Governo, e aqui tenho que elogiar a Sra. Secretária da Educação, relativamente à escola de Santa Bárbara foi capaz de pôr ordem na Câmara de Angra, que é a câmara que eu me estou a referir, e não fez uma escola absolutamente desnecessária na freguesia de Santa Bárbara, Sr. Deputado José San-Bento.

Portanto, basicamente para lhe dizer que estou de acordo consigo, como o senhor também, naturalmente estará de acordo comigo nesta exigente aplicação de dinheiros públicos.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): E os critérios dos privados?

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de responder com maior tranquilidade e mais tempo, mas não vou poder fazê-lo de forma muito desenvolvida, infelizmente porque o PSD tem pouco tempo.

Deputado José San-Bento (PS): Ainda agora começou o debate!

O Orador: De qualquer forma gostaria de reiterar aqui aquilo que acho que são os valores mais importantes da nossa proposta, aquilo que deve ser sublinhado e realçado.

Essas reuniões, Sr. Vice-Presidente, naturalmente são reuniões que já têm em vista a preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Portanto, não se trata propriamente de resolver os problemas que atravessamos na execução deste Quadro Comunitário de Apoio que, como bem sabe, faltam dois anos para terminar a sua vigência.

A realidade actual é esta, Sr. Vice-Presidente, que aqui acabei de referir. É que em 5 anos, na vigência do PROCONVERGENCIA, apenas foram executados 40% dos fundos comunitários destinados às 19 autarquias dos Açores, ou seja, nos próximos dois anos temos todos, na Região, o grande desafio de aproveitar 60% desses fundos, ou seja, 115 milhões de euros que darão origem a uma despesa pública de 135 milhões de euros...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com a mais-valia desta despesa pública ser repartida pelos 19 concelhos da nossa Região.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E com a mais-valia ainda – e é talvez de sublinhar – que esta despesa pública permitirá revitalizar o tecido empresarial dos nossos concelhos que estão neste momento em situação de quase paralisia, estão despedindo diariamente pessoas e isto está a contribuir para que o desemprego aumente galopantemente, como bem se sabe, na nossa Região. Cada vez mais as nossas famílias estão caindo numa situação social gravosa, o que nos preocupa. Pelo menos, a nós, PSD, preocupa-nos sobremaneira.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): E a sobretaxa do IRS, Sr. Deputado?

O Orador: Por isso compete aos políticos e aos governantes fazer tudo o que estiver ao seu alcance – aliás, hoje de manhã foi sublinhado pelo Sr. Vice-presidente na sua intervenção – para travar este desemprego galopante que vai avassalando as nossas famílias açorianas.

Esta proposta do PSD vem exactamente ao encontro desse grande objectivo que é travar o desemprego na nossa Região e pôr a nossa economia local em

funcionamento, nomeadamente as nossas micro e pequenas empresas ao nível local.

Sr. Vice-Presidente, o que estamos a propor com esta proposta, passe o termo, é uma ínfima parte do orçamento da região que pode provocar no próximo ano uma despesa pública de 40 milhões de euros em toda a Região.

É por isso tempo do Governo deixar-se de boas palavras, de boas intenções e passar a actos concretos,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... fazer com que as famílias e as empresas açorianas possam viver uma nova esperança, uma nova revitalização da economia, para o bem-estar das nossas famílias, nomeadamente com a manutenção e preservação de postos de trabalho.

Eu faria um desafio também à bancada do Partido Socialista. O Sr. Vice-Presidente, José San-Bento, acusou esta proposta de ser repetitiva.

Na verdade, é. Isso só representa a coerência do PSD.

O ano passado já apresentámos esta proposta. Os senhores foram a única bancada deste Parlamento a chumbá-la.

Se o ano passado tínhamos razão, este ano temos razões acrescidas,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ainda mais gravosas, mais preocupantes...

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para voltar a insistir nela.

Como já foi hoje aqui reconhecido pelo Sr. Vice-Presidente, é uma proposta séria, exequível, realista e só se torna exequível se houver vontade política da vossa bancada.

Os senhores ficam aqui desafiados para o provar durante este plenário...

Deputado José San-Bento (PS): Eu já expliquei!

O Orador: ... se têm essa vontade política de tornar esta proposta concretizável a bem das famílias açorianas e das empresas açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, retire essa proposta!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lamento, Sr. Deputado Cláudio Lopes, porque como disse, tenho uma grande consideração e estima por si, que o tenham colocado neste papel.

Eu reparei quem é que lhe enviou para trás a informação que isto só se aplicava no próximo Quadro Comunitário de Apoio. Aqui é que está o grande erro.

O PSD mais uma vez apresenta uma proposta não sabendo e não conhecendo a realidade.

No dia 18 de Novembro, o Comissário Europeu responsável pelos fundos estruturais confirmou em Portugal que está e será aprovado este ano uma alteração de regulamento do FEDER que assegura a comparticipação de 95% de todas as despesas efectuadas em termos de obras comparticipadas pelos fundos comunitários das autarquias da Administração Regional e da Administração Central, tendo essa proposta efeito à despesa executada a partir do dia 17 de Maio de 2010.

Aquilo que o Sr. Deputado Cláudio Lopes disse é completamente falso.

Deputada Aida Santos (PSD): É tudo falso, sempre falso!

Só o Governo fala a verdade!

O Orador: O aumento da comparticipação de 85 para 95% tem efeitos a 17 de Maio de 2010, o que quer dizer que com a sua proposta as Câmaras passariam a pagar 7,5% de comparticipação, quando na realidade, neste momento, as despesas efectuadas em investimentos pelas câmaras apenas pagam 5%.

Os senhores estão desactualizados. Os senhores mais uma vez deram um pontapé completo na estrutura das vossas propostas e só vos resta efectivamente uma solução que é, a bem deste debate e da credibilidade do mesmo, retirar a proposta, porque o que os senhores vão propor é que as câmaras tenham uma

comparticipação superior àquela que efectivamente terão com esta alteração do regulamento, anunciada em 18 de Novembro passado, ou então terão uma participação superior aos 100%. Penso que também não é o que os senhores queriam.

Neste contexto, mais uma vez demonstra-se que as propostas do PSD não correspondem à realidade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eles que aprovem! Se se confirmar, não precisam executar!

O Orador: Neste contexto não têm qualquer sentido de ser.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Muito rapidamente, sabe que também nutro por si o maior respeito e consideração, mas independentemente disso gostava de lhe dizer o seguinte:

Oxalá que isso se concretize!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Tenho pena!

O Orador: Faço fé que isso se venha a concretizar, Sr. Vice-Presidente, porque isso só significa que em vez de todos fazerem um esforço financeiro maior, poderão fazer um esforço financeiro menor para resolver este grande problema e este grande desiderato açoriano, quer as câmaras, quer o Governo.

Agora aquilo que o ano passado aqui se passou e aquilo que este ano estamos de novo a presenciar...

Deputado João Costa (PSD): Este ano está pior!

O Orador: ... resume-se a uma ideia incontornável, é que este Governo Regional não tem apetência nenhuma para ser parceiro do poder local nesta região. É esta a realidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores o ano passado arranjam uma série de argumentos para não aprovar esta proposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Desculpas!

O Orador: Este ano estão de novo arranjanando argumentos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Os senhores é que não arranjam um único argumento para aprovarmos!

O Orador: Então, Sr. Presidente do Governo, digo-lhe o seguinte:

O auto-financiamento, os 15% que são necessários para cumprir a utilização destes fundos comunitários, é de 20 milhões de euros.

Se for aprovada uma taxa de comparticipação de 5% falamos não de 20 milhões de euros, mas de 7 milhões de euros sensivelmente.

Então, esta proposta continua a ter razão,...

Deputado José San-Bento (PS): Não tem razão nenhuma!

O Orador: ... continua a ter sustentabilidade, porque metade de 7 milhões são 3 milhões e meio, seria a vossa taxa de esforço, mas nem isso os senhores estão revelando querer fazer.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso os senhores não querem colaborar com um problema grave que existe na Região que é a paralisia da nossa economia. As nossas empresas estão paradas, estão a despedir pessoal, as famílias estão cada vez mais preocupadas com o desemprego e com a falta de rendimentos, por isso cada vez mais estamos a entrar numa crise social da qual os senhores não querem nesta proposta, em concreto, ajudar a sair.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria muito rapidamente, num minuto, dizer, Sr. Presidente, que estamos a assistir aqui a uma discussão inacreditável.

O ano passado percebemos, e hoje de manhã voltámos a compreender, que o PSD não sabe justificar as suas propostas.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sabe! Está muito bem justificado!

O Orador: Sr. Deputado Cláudio Lopes, falámos nisso na Comissão.

Eu referi esta questão que está aqui a ser explicada, e muito bem, pelo Sr. Vice-Presidente.

Eu começo a pensar que o problema não é só o PSD não saber justificar as suas propostas.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Está muito bem justificado!

O Orador: O PSD não compreende as suas próprias propostas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, eu peço-lho um favor, faça-lhe um apelo: os senhores retirem esta proposta. Os senhores evitem o embaraço...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Os senhores vão ficar com a responsabilidade se a chumbarem!

O Orador: ... de discutirmos esta proposta em termos que são profundamente embaraçosos para o PSD. Façam esse favor a si próprios.

Tenho dito!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): O senhor terá o prazer se votar contra!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Vamos fazer contas.

O PSD apresentou uma proposta que visa financiar as câmaras em 3,1 milhões de euros para participar 50% do montante não participado, ou seja, 3,1 milhões de euros para participar 7,5% do investimento. Certo?

Ao manter as propostas e tendo em conta que as câmaras a partir de 17 de Maio passado apenas vão participar 5%, quer dizer que se esta proposta for

aprovada, as câmaras irão obter 102,5% do investimento de 100. Ou seja, o Governo vai pagar mais do que o total do investimento.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Não! Como é que é isso?

O Orador: Isto é, as câmaras não só não pagam nada como o Governo ainda paga por aquilo que as câmaras não vão pagar. É essa a grande falácia das vossas contas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é nada disso!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Os senhores façam contas!

O Orador: Os senhores apresentaram aqui uma proposta que, partindo de um pressuposto errado, não conhecendo a realidade e a regulamentação que está neste momento a ser aprovada, se fosse aprovada, iria fazer com que as câmaras iriam receber do Governo mais do que aquilo que vai custar ao Governo os investimentos que as câmaras irão executar ao abrigo dos fundos comunitários. É esta a realidade concreta das propostas.

Deputado João Costa (PSD): O senhor não leu a proposta! Leia a proposta!

O Orador: Para concluir, reafirmo aquilo que foi dito: Sr. Deputado Cláudio Lopes, eu estou a citar o Comissário Europeu:

“A taxa de 95% irá abranger todos os projectos aprovados desde a assinatura do Memorando de Entendimento com a Troika, em Maio passado”.

Deputado João Costa (PSD): Leia a proposta! Às vezes não dá jeito ler o que está aqui!

O Orador: Ou seja, fica aqui claro que ao contrário do que o senhor disse, é uma medida com efeito neste Quadro Comunitário e aplica-se a toda a despesa feita pelas autarquias a partir de 17 de Maio passado.

Esta proposta que os senhores apresentam aos açorianos, que disseram que era uma proposta séria, credível e exequível, a ser aprovada, as autarquias vão receber mais do que aquilo que vão gastar nos seus próprios investimentos.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): O senhor sabe o que é 50%?

São 50% do auto-financiamento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membro do Governo:

Julgava não ter que intervir mais, mas vou intervir mais uma vez para deixar bem clara a proposta do PSD.

Se o Governo, Sr. Presidente do Governo, tiver vontade política de o fazer, participe 50% do auto-financiamento dos projectos aprovados no PROCONVERGENCIA, seja à taxa de participação 15, 10 ou 5.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é 50% desse auto-financiamento.

É essa a nossa proposta.

Deputado João Costa (PSD): É essa a proposta, não é a vossa malabarice!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não é no próximo Quadro Comunitário?

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PSD, PS e os Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, é sempre bom ver esta câmara animada, mas temos que prosseguir o nosso debate.

Não havendo mais nenhum pedido de esclarecimento, vou passar para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(Neste momento, Deputado Cláudio Lopes reocupou o seu lugar na Mesa)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de Plano e Orçamento para 2012 consagra, no essencial, as orientações políticas troikistas de austeridade, com a assunção dos cortes do 13.º e 14.º meses, com a redução do investimento público e com o corte na

despesa social. Medidas que, inevitavelmente redundarão no agravamento da recessão, no empobrecimento e no aumento do desemprego.

O Governo Regional, contrariando inexplicavelmente as opções políticas que adotou em sede de orçamento para 2011 – quem não se lembra da remuneração compensatória que este ano desapareceu do proposta de orçamento; o Governo Regional assume no orçamento para 2012, em antecipação à aprovação final do Orçamento de Estado, os cortes no rendimento dos funcionários da administração pública numa demonstração clara de concordância e sintonia com as medidas preconizadas pelo governo do PSD/CDS.

A defesa do adquirido autonómico, no atual contexto político de resistência à política recessiva e de austeridade imposta pela troyka e agravada pelo governo do PSD/CDS; a defesa do adquirido autonómico, como dizia e tenho vindo a afirmar com veemência, passa por utilizar todos os mecanismos postos à disposição da autonomia regional mas, o Governo, vá-se lá saber porquê, teima em deixar cair a defesa da autonomia ao subservientemente seguir as instruções de Lisboa que impõem uma dupla penalização ao Povo Açoriano e põem em causa décadas de luta e construção coletiva do projeto autonómico açoriano.

Só encontro uma explicação para esta posição do Governo Regional e essa justificação só pode resultar de um tal “acordo” que fez com o Governo da República. Acordo que como sabemos, e é do domínio público, o Governo Regional e o PS Açores nunca tiveram a coragem de divulgar nem de discutir publicamente!

Sras. e Srs. Deputados:

Nos Açores como na República, os procuradores dos interesses da troika, dos mercados e das agência de rating são, o PS, o PSD e o CDS-PP. É o Governo do PS ao deixar cair a remuneração compensatória aos funcionários públicos, que viram parte do seu vencimento cortado, o que é injustificável e inaceitável no que certamente terão o apoio incondicional do PSD e do CDS/PP.

E são-no, por exemplo, na consagração do roubo dos subsídios de Natal e de Férias, que garantem um acréscimo de receita na ordem dos 35 milhões de

euros, à custa dos trabalhadores açorianos e que pretendem aplicar no apoio às empresas.

Para o PCP Açores o melhor apoio que o Governo Regional poderia dar às empresas, para além dos programas já instituídos, seria pagar os 13.º e 14.º meses aos funcionários da administração regional contribuindo, assim, para manter níveis de consumo que não coloquem em risco muitas pequenas e médias empresas, aliás como o próprio líder parlamentar do PS Açores reconheceu recentemente ao pronunciar-se sobre os cerca de 20 milhões de euros que o imposto extraordinário sobre o subsídio de Natal subtraiu à economia regional e cujos efeitos negativos estão a ser duramente sentidos pelo comércio regional.

O melhor apoio que o Governo Regional pode disponibilizar à economia regional e aos seus agentes é promover e dinamizar a produção regional e o comércio interno.

Mas,

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar do dramático crescimento do desemprego, que superou 11% no terceiro trimestre deste ano, o Governo Regional corta a direito nos Programas de Emprego, nos Programas de Estágios Profissionais, na Inspeção Regional do Trabalho e no combate ao trabalho precário, enquanto mantém intocáveis os apoios às grandes empresas ou a bonificação dos seus juros bancários, demonstrando assim claramente que a sua opção não é pelos trabalhadores açorianos, a sua opção não é pelas famílias açorianas, a opção do Governo Regional não é pela garantia do bem-estar e qualidade de vida do Povo Açoriano, a opção do Governo Regional, como a opção do Governo do PSD/CDS é pelo capital financeiro.

Sras. e Srs. Deputados:

Este não é o Orçamento e o Plano que a Região necessita, este é o Plano e o Orçamento que traduz a assimilação do Governo do PS Açores de todas as perversões políticas decorrentes do pacto de agressão e do Orçamento de Estado plasmando-as no Plano e Orçamento regional para 2012, numa demonstração

clara do seu alinhamento e conivência com as opções do Governo do PSD e do CDS/PP, que só acrescentam austeridade à austeridade, recessão à recessão, crise à crise e que só pode ter como resultado final o aumento da dependência e da fragilidade da economia regional. Ao contrário do que afirmou o Vice-Presidente do Governo Regional, este Plano e este Orçamento não só não vão minorar os impactos desastrosos da política do Governo PSD/CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor está a falar na Região ou na República?

O Orador: Estes documentos irão, pelo contrário, ser agentes ativos da recessão, da destruição de empregos e do empobrecimento do Povo Açoriano. O PCP Açores não pode sancionar nem estas posturas, nem este conjunto de opções políticas socialmente injustas e economicamente erradas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é novidade!

O Orador: ... e que só contribuirão para acentuar desigualdades, aumentar o desemprego e a pobreza.

Por isso apresentamos mais de 80 propostas de alteração ao Plano, num valor superior a 19 milhões de Euros, para corrigir algumas das principais injustiças.

Por isso desafiamos o Governo Regional e a maioria que o suporta a repor os subsídios de Férias e de Natal aos funcionários da administração pública regional.

Por isso propomos em sede de Orçamento a remuneração compensatória estendida a todos os funcionários, independentemente do seu nível salarial.

Por isso propomos aumentos superiores aos propostos pelo Governo Regional para abono de família, para o complemento regional de reforma e para a remuneração complementar.

Por isso iremos propor que seja devolvido a este Parlamento o poder para decidir sobre a alienação das participações da Região com uma nova redação ao artigo 12.º.

O PCP Açores, assumindo-se como uma oposição consequente e com consequência, pretende sinalizar uma alternativa, um novo rumo político.

O PCP Açores pretende contribuir para uma mudança de paradigma que aposte efetivamente no crescimento, na produção regional, na dinamização do comércio interno, na criação de emprego, e na justiça social, como as principais alavancas sustentáveis para o nosso desenvolvimento.

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vou comprar-lhe um GPS!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por acaso gostava de ter!

Presidente: Está aberto o período de pedidos de esclarecimento.

Creio não haver.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos para a intervenção seguinte.

Para tal dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É uma verdade de reconhecimento fácil que os factores de contexto relacionados com o período histórico, difícil e incomparável, que a Europa e o País atravessam – marcado por uma certa incapacidade política na acção, por uma evidente instabilidade financeira e por uma grave retracção económica do país, com severas repercussões sociais – influenciam, também ao nível da Região e no que aos meios e recursos financeiros diz respeito, as opções de investimento ao dispor dos agentes governativos

É por isso que as propostas de Plano e Orçamento para 2012 agora apresentadas a esta Assembleia são necessariamente marcadas pelo duplo imperativo de, por um lado, promover, responsável e equilibradamente, a consolidação orçamental e financeira que os tempos reclamam e de, por outro, fazê-lo em articulação com as necessidades de apoio ao investimento e com as expectativas de estímulo ao desenvolvimento que constituem a razão de ser última da acção governativa e que são ainda mais decisivas quando as alavancas tradicionais da economia de mercado se mostram incapazes de cumprir o seu papel.

É esta, pois, a base de partida para a definição das prioridades de investimento para 2012 nos domínios das Políticas de Juventude, Migrações e Informação e Comunicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação à área das Políticas de Juventude, e apesar da ligeira redução prevista no montante global face ao ano em curso, terminaremos esta legislatura a investir mais do que quando a iniciámos, mantendo uma média anual superior a cinco milhões de euros, valor próximo do previsto nas Orientações de Médio Prazo.

No global, e no final dos quatro anos de legislatura, a nossa aposta específica em políticas direccionadas para a Juventude – sem considerarmos a influência transversal de áreas conexas de governação, como a Educação, a Formação Profissional, por exemplo – representará um total superior a 20 milhões de euros, o que dá bem nota não só da vontade política deste Governo em apoiar os jovens açorianos, como também – e esse facto é ainda mais relevante – da capacidade de iniciativa e de execução dos próprios jovens e das suas associações representativas.

É por isso que, neste contexto, nos cumpre privilegiar a estabilidade dos apoios públicos a conceder durante o próximo ano às entidades e instituições parceiras, de modo a que possam manter as suas actividades num quadro de relativa previsibilidade e sustentabilidade, mesmo que para isso seja necessário (e vai ser necessário) reprogramar alguns investimentos ou até mesmo prescindir da concretização de outros de carácter menos emergente e de impacto menos directo na capacidade de adaptação dos agentes associativos ao clima económico-financeiro actual.

Assim, ao mesmo tempo que incrementamos significativamente as verbas de incentivo à iniciativa dos Jovens, na certeza de que, deste modo, estaremos a manter a aposta na sua capacidade criativa e empreendedora e no seu contributo para a superação dos tempos que vivemos, fazemos diferir no tempo outros investimentos menos relevantes na actual conjuntura, porque governar é isso mesmo – optar e decidir com responsabilidade.

Orgulhamo-nos de, fruto do apoio constante do Governo e do dinamismo próprio do tecido social açoriano, trabalharmos hoje em parceria com quase seis dezenas de associações juvenis, das nove ilhas dos Açores, que movimentam cerca de 10.000 jovens, duas vezes mais do que quando o PS assumiu o Governo em 1995, e é sobretudo para estes destinatários que devemos direccionar os nossos esforços de investimento.

Garantiremos também a continuidade dos programas OTLJ, INTERJOVEM e LABJOVEM, marcas da Governação socialista, que são hoje uma referência para a Juventude açoriana e que se tornaram instrumentos essenciais de fomento da sua emancipação, mobilidade e realização criativa. Em todos estes casos, o esforço de contenção de verbas não prejudicará os objectivos e a abrangência dos mesmos, dado que, nos últimos dois anos, devido a opções precaucionarias de gestão, adaptámos a regulamentação e gestão dos mesmos às necessidades de financiamento, reforçando a sua sustentabilidade.

Quanto à componente infra-estrutural, o próximo ano ficará essencialmente marcado pela concretização do projecto do Centro de Formação do Belo Jardim, equipamento inovador, que pretendemos se torne um novo marco nas políticas de fomento ao associativismo jovem, enquanto “casa mãe” da formação de dirigentes e na qualificação das estruturas de gestão das associações de jovens de toda a Região.

Concluiremos também o processo de consolidação da Rede de Pousadas da Juventude. Com a abertura da Pousada de S. Jorge e a inauguração da de Santa Maria, no segundo trimestre de 2012, incrementaremos a oferta existente de três para cinco unidades e de 211 para 357 camas, sempre privilegiando o equilíbrio de exploração e apostando na captação de novos mercados externos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No domínio das Migrações, a rota seguida ao longo desta legislatura permitiu consolidar uma Agenda Comum para as Casas dos Açores, instrumento estratégico da relação do Governo dos Açores com a diáspora e da acção daquelas instituições junto dos países de acolhimento.

Este importante ponto de partida, assente na uniformização de objectivos e na partilha de meios entre as Casas dos Açores, permitirá melhorar a eficácia enquanto agentes de preservação da memória e promoção do património cultural, mas também na promoção da notoriedade da Região no exterior e da sua atractividade económica e comercial, cabendo-nos agora aproveitar este impulso de forma dinâmica e direccionada para resultados mais concretos, como acontecerá, estamos em crer, no próximo ano em relação ao Brasil.

Aproveitando a coincidência das efemérides históricas que se assinalarão em 2012, como sejam a comemoração dos 260 anos de povoamento açoriano do Rio Grande do Sul e dos 60 anos da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, mas também o reconhecimento da Associação Cultural *Los Azoreños*, de San Carlos, do Uruguai, como Casa dos Açores do Uruguai, cumpre-nos direccionar a nossa acção externa para o reforço da nossa dimensão atlântica a Sul, sem descurar a tradicional proximidade afectiva e institucional que mantemos com os países da América do Norte.

No que diz respeito ao panorama da Comunicação Social regional, privada e pública, impõe-se ao Governo Regional uma acção complementar intensificada e um acompanhamento permanente das condições de exercício da respectiva actividade, num caso porque as principais fontes de receita sofreram impactos negativos do próprio abrandamento económico geral, noutro porque há quem, sem perceber a verdadeira missão estrutural do serviço público de rádio e televisão na Região, pretenda continuar a decidir como se os Açores fossem o Mogadouro ou uma qualquer região remota do Alentejo profundo, e os Açorianos uns “habitantes locais” altamente privilegiados por poderem suplantar os 600 quilómetros de mar que os separam uns dos outros e os 1500 que os afastam de Lisboa com recurso a um serviço público legalmente instituído e constitucionalmente protegido.

É por isso que, por um lado, a proposta de Plano agora em debate alarga, no âmbito do PROMEDIA, os apoios aos custos operacionais da actividade da comunicação social privada a um novo espectro de beneficiários, procurando aumentar a liquidez das empresas do sector (tal como aprovado recentemente

nesta Assembleia), e, por outro, prevê um reforço significativo do montante de apoio complementar ao serviço público de rádio e televisão, por uma questão de justiça, na medida em que se trata de conceder à RTP Açores um tratamento idêntico àquele que é conferido à Universidade dos Açores, enquanto instituições fundamentais da Autonomia de tutela externa, mas também por uma questão de afirmação da nossa vontade política em não vergar perante aqueles que consideram a existência de um centro regional dos Açores da rádio e televisão públicas como um anacronismo romântico.

A esses que na República perfilham essa visão e aos que aqui, por acção e por omissão, culposamente com ela colaboram, dizemos, deste modo, que a missão da RTP Açores não cessa por relatório de grupo de trabalho e que o seu futuro começa todos os dias, basta querermos, basta não cedermos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o período de inscrições para pedidos de esclarecimento.

Creio não existir qualquer pedido nesse sentido.

Deputado Berto Messias (PS): A JSD não diz nada?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quando a JS falar, diremos!

Presidente: Passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A identidade dos povos alicerça-se em capacidades e em valores, no que somos capazes de compreender do Mundo e no significado que damos às coisas e às nossas vidas.

Essa consciência coletiva encontra fundamento naquilo que podemos designar de identidade cultural, já que a cultura, em todos os seus aspetos e

manifestações, tem como resultado fortalecer a identidade pessoal e social do indivíduo, integrando-o na comunidade e construindo a sua personalidade.

O Plano de Investimentos que apreciamos neste debate reconhece esse papel e prossegue a estratégia de qualificação da atividade e do património culturais, como fatores basilares e de valorização da sociedade açoriana, mantendo, para 2012, o nível dos apoios públicos ao desenvolvimento de projetos da área cultural.

E este é um caminho acertado, pois quem não viva as próprias raízes e não se projete no conhecimento, não terá sentido de vida.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem toda a razão!

O Orador: Para que a humanidade possa progredir, não podemos viver somente no respeito pelas normas herdadas, cabendo-nos questioná-las e, sobretudo, construir algo de novo através dos nossos feitos.

É nesta dialética que a cultura produz identidade e coesão,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem toda a razão!

O Orador: ... abrindo também novas oportunidades para a crítica, para o progresso e até para a política. A solução cultural é uma das principais armas de que dispomos para combater os problemas socioeconómicos da atualidade, pois atribui valor, identidade e motivação para a mudança, ao mesmo tempo que se constitui como fator de preservação de valores e padrões democráticos e forte obstáculo à afirmação de correntes totalitárias.

No momento presente, a cultura poderá ser a salvação da alma dos povos, evitando o apagamento da sua identidade e contribuindo para o efetivo resgate da cidadania.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A vontade de transcender o espaço e o tempo, que identificamos nas manifestações culturais, é atávica e decorre da incessante necessidade que o ser humano tem de comunicar.

Neste contexto, a existência de símbolos e meios de comunicação é, em si mesma, o alicerce da cultura e da identidade de qualquer sociedade.

Desde a Idade Média que se vulgarizaram as folhas escritas com notícias e a invenção da tipografia veio facilitar a edição de títulos de imprensa que, ao longo dos séculos, funcionaram como elementos difusores de diversas correntes do pensamento.

Também nos Açores, os jornais surgidos a partir do segundo quartel do século XIX não podem ser dissociados das posições políticas e preocupações sociais dos seus fundadores, embora, na generalidade, se tenham tornado importantes veículos das principais reivindicações da terra e do seu povo, e determinantes para a conquista da “livre administração dos Açores pelos açorianos”, encetada com o Decreto de 2 de Março de 1895.

E se a imprensa regional assumiu um papel de relevo na conquista da autonomia administrativa e política, o serviço público de rádio e televisão tem sido determinante na sua consolidação, contribuindo, de forma ímpar, para a coesão regional.

Os Açores do presente, com a nossa cultura – esse produto de cinco séculos de vivência, indelevelmente marcada pelo mar e pela geografia, a que Nemésio designou por *açorianidade* – e com a autonomia política que, em grande parte, se fundamenta nessa identidade cultural, seriam muito diferentes sem a rádio e a televisão públicas, que têm unido aquilo que o mar separa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, estamos confrontados com um ataque sem precedentes às autonomias regionais, por via do decretado fim do serviço público de comunicação social nas Regiões Autónomas e, conseqüente, desmantelamento dos respetivos centros regionais da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., no mais absoluto desrespeito pela Constituição, pela Lei e pelas especificidades dos povos insulares.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Nos termos constitucionais, incumbe ao Estado assegurar a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão,

enquanto a Lei e os contratos de concessão estabelecem que o serviço público inclui o acesso das Regiões Autónomas às emissoras incumbidas de tal serviço, para além da obrigação da concessionária em manter dois canais de televisão de cobertura regional, abrangendo, respetivamente, os Açores e a Madeira, e assegurar que um dos canais de cobertura geral seja difundido para as Regiões Autónomas.

Ainda de acordo com a Lei e os Estatutos da RTP, os serviços públicos de rádio e de televisão, incluindo os centros regionais dos Açores e da Madeira, funcionam com plena autonomia editorial no que respeita à sua programação e informação, caindo no campo da ilegalidade grosseira qualquer deliberação, do Governo ou do Conselho de Administração da RTP, que imponha, unilateralmente, o condicionamento desses conteúdos, dado que a responsabilidade pela sua seleção pertence aos diretores dos centros regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São, no mínimo, levianas e, eventualmente, indiciadoras de reserva mental as insistentes declarações do Ministro Miguel Relvas de que a RTP-Açores tem uma audiência “residual”, quando um estudo realizado em 2010, por encomenda da própria RTP, S.A., mostra precisamente o contrário.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Será totalmente absurda, por resultar da mera teimosia política e do confessado objetivo de desonerar a RTP dos encargos com os serviços de programas regionais, a concentração da emissão da produção própria destes num único e predeterminado horário, sem se procurar conhecer, em concreto, as implicações, as perdas ou, até, os eventuais ganhos de uma opção desse tipo, aplicada às realidades geográfica e sociocultural açorianas.

São, totalmente, irresponsáveis ou, então, reveladoras de uma preocupante tentação de controlo político da comunicação social, as intenções da líder do PSD, Berta Cabral, de regionalizar a RTP-Açores, quando se sabe – porque afirmado por dois membros do Conselho de Administração, sendo um o respetivo presidente – que tal opção poderia custar, por ano, cerca de 40 milhões de euros ao Orçamento regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Comité de Cultura, Ciência e Educação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa tem afirmado que o serviço público de difusão de rádio e televisão é essencial, no que se refere às necessidades de informação, educação e cultura dos povos e constitui, conseqüentemente, uma responsabilidade dos Estados que, na definição da sua missão específica, estrutura e financiamento, devem atender às especificidades regionais do seu território.

É, pois, justo e acertado – acompanhando as mais avançadas posições neste domínio – prosseguir com a defesa do serviço público de rádio e televisão nos Açores, enfatizando o sinal dado pelo Governo Regional com o substancial incremento da dotação do Plano destinada ao apoio àquele serviço, bem como a importância que reveste a clarificação do conceito e objeto desse serviço público.

Definido o serviço público de âmbito regional, deverá este Parlamento tomar as iniciativas adequadas à sua consagração em letra de lei, assegurando a respetiva autonomia editorial, de produção e de gestão, bem como o adequado financiamento por parte do Estado, até porque a missão histórica da RTP-Açores está longe de ter terminado, diversamente do que – por encomenda ministerial, sem fundamento e com total desconhecimento de causa – foi afirmado pelo Grupo de Trabalho para a definição do conceito de serviço público de comunicação social, coordenado pelo doutor João Duque.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Os habitantes destas nove ilhas sentem isso mesmo e não se deixarão abater por aqueles que, neste momento, usando o lavor da esperteza, pisam a alma do povo açoriano, no lagar da política centralista.

Disse!

Deputado José Lima (*PS*) e **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o período de inscrições para pedidos de esclarecimento. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito sinteticamente, devido à falta de tempo, para lhe dizer o seguinte:

O caminho que o Governo Regional e o Partido Socialista estão a tomar em relação à questão da RTP/Açores está errado. Não conduz a lado nenhum.

Os senhores sabem isso. Sabem que já tiveram condições políticas para poderem desenvolver um projecto como aquele que agora estão a desenvolver. Não o fizeram nessa altura e sabem que não têm futuro com essa proposta. O que os senhores devem estabelecer é um diálogo sério.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos disponíveis para isso!

O Orador: O que eu defendo aqui, e os senhores sabem que o PPM tem vindo a defender ao longo desta legislatura, é um caminho sério e correcto. É o caminho da co-tutela com a responsabilidade partilhada do Estado e da Região em relação à RTP/Açores.

Tudo o resto é promover a agonia da RTP/Açores. É o que os senhores estão a defender.

Deputada Zuraída Soares (BE): O resto é esperar pelo Governo da República!

O Orador: Mais um pormenor. Eu não defendo, ao contrário do que o PSD defende, a entrada de privados numa RTP que queremos que continue a ser integralmente pública.

O vosso caminho está errado, é o caminho à intransigência e vai levar a que a RTP/Açores corra o grave perigo de desaparecer.

Deputada Zuraída Soares (BE): Deviam defender a Autonomia!

O Orador: Por isso estão a prestar um mau serviço à Autonomia dos Açores nessa matéria.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é sucumbir!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Essa intervenção é para a bancada do lado!

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão: Lamento desiludi-lo, mas o nosso caminho não é manifestamente esse. O nosso caminho é o caminho da defesa dos direitos do povo açoriano, dos direitos constitucionalmente consagrados contra o preconceito centralista daqueles que querem efectivamente acabar com as autonomias e neste caso concreto acabar com o serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Creio não existir mais nenhum pedido de esclarecimento, Sras. e Srs. Deputados.

Assim sendo passamos para a intervenção seguinte. Dou a palavra para tal ao Sr. Deputado Luís Silveira.

Deputado Luís Silveira (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é o último Plano e Orçamento na presente Legislatura. É, pois, a hora de se fazer um balanço à postura do Governo Regional para com a ilha de São Jorge, mas também de olhar o futuro.

Assim sendo recuo àquela que foi a minha primeira intervenção sobre Plano e Orçamento, nesta Casa. Em 2009 elogiei o Governo pelo facto de São Jorge ser a terceira ilha com maior investimento previsto. Apelei, na altura, para que tais investimentos fossem concretizados, pois já bastava de prometer aos Jorgenses e não cumprir.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: Infelizmente não foi o que aconteceu. Muito se prometeu, vários milhões se inscreveram nos Planos, mas muito ficou por executar. Apesar disso, o CDS-PP reconhece alguns investimentos importantes realizados: o aumento da pista do Aeroporto de São Jorge; o Lar Idosos da Calheta; a Sede Clube Naval das Velas; a Pousada da Juventude... Obras de qualidade.

Todavia, nem tudo são rosas e obras houve de que já não se pode dizer o mesmo, como por exemplo, as obras no porto de pescas de Velas e no porto da Urzelina ou a obra de requalificação da Estrada Regional entre a Rotunda de São Pedro e a Vila das Velas.

Não posso também deixar de elogiar aquele que foi o melhoramento do serviço público de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Triângulo, embora – e isto tem que se dizer – ainda apresente graves lacunas na ligação às restantes ilhas do Grupo Central, já para não falar que continuamos a “navegar” nos velhinhos Cruzeiros do Canal e das Ilhas, barcos que, apesar de características fantásticas, não oferecem hoje condições de conforto e qualidade. E continuamos com os velhinhos Cruzeiros porque, em relação aos novos barcos, e apesar de ter passado mais uma Legislatura, continuamos a não ver navios!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Analisando em concreto o Plano e Orçamento para 2012, relativamente a São Jorge, constatamos muito projecto e pouca obra. Retirando as obras que já vêm de anteriores Planos e as novas intenções de recuperar a Casa dos Tiagos (no Topo) e o Centro de Dia da Urzelina, tudo o resto são apenas projectos:

- É o projecto para a Escola Básica e Secundária das Velas;
- É o projecto para o reordenamento do Porto das Velas;
- É o projecto para o melhoramento do Matadouro de São Jorge;
- É o projecto para o Museu Francisco Lacerda;
- É o projecto para a requalificação da baía João Câncio (e, esta última, até parece uma brincadeira!).

Para onde terão ido todos os milhões de euros inúmeras e sucessivamente inscritos nos Planos e Orçamentos, nesta Legislatura, para a realização de obras em São Jorge que nunca foram executadas?

Não peço mais do que aquilo que o Partido Socialista prometeu aos Jorgenses.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Pergunto apenas porque não foram concretizadas:

- a construção do Lar Idosos de apoio ao Topo e Santo Antão;

- a ampliação do Porto Comercial de São Jorge;
- a construção do Núcleo de Recreio Náutico da Calheta;
- a construção do Parque de Campismo da Caldeira do Santo Cristo;
- a construção do Museu Francisco Lacerda;
- a requalificação das Escolas Básicas de Velas e Calheta;
- a construção do Heliporto da Calheta;
- a conclusão das obras do Matadouro de São Jorge;
- a requalificação do Porto do Topo etc., etc.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com tanta promessa por cumprir surge-nos a dúvida: onde ficou a tal “*NOVA AMBIÇÃO PARA SÃO JORGE*” que foi slogan de campanha do Partido Socialista?

Com o actual Plano e Orçamento podemos sempre adoptar outro slogan: São Jorge em projecto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Resta-nos a esperança e a convicção de que, depois de Outubro de 2012, possamos todos ouvir falar de São Jorge em Obra!

Deputados Artur Lima e Abel Moreira (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luis Silveira:

Nos tempos que correm o PS já assumiu que apesar de ter um manifesto eleitoral em que tem um grande grau de execução não conseguirá cumprir com tudo aquilo que colocou no seu manifesto eleitoral.

Há obras que vamos ter que adiar. Vamos ter que adiar pelas razões que todos nós conhecemos.

A grande diferença que aqui existe é que nos Açores estamos a adiar algumas obras, mas mantemos investimento, ao contrário daquilo que acontece no país onde não há investimento. Essa é uma realidade e é um facto que nos separa em relação a outras regiões e àquilo que podemos contar que é fruto da boa governação socialista ao longo destes anos na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está fraquinho!

O Orador: Sr. Deputado, os milhões que foram investidos em São Jorge não estão só nas obras que o senhor enumerou.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ele não enumerou. O senhor vai enumerar!

O Orador: Estão também noutras obras: no acesso à Vila das Velas que está a ser executado, está nos investimentos que foram feitos no apoio à formação, à juventude, nas cooperativas em que participámos ainda nesta legislatura em muitos milhões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não se pode ter tudo!

O Orador: Aconteceu que ao longo dos últimos anos São Jorge foi de ano em ano crescendo no investimento público.

Acontece que atingimos patamares de investimento muito elevados.

Neste momento, é verdade que temos uma diminuição do investimento em São Jorge, mas temos muito investimento feito ao longo da ilha.

O senhor não numerou, por exemplo, o investimento que foi feito nos últimos anos no apoio aos nossos agricultores e à nossa agricultura, não só nas cooperativas como na pavimentação de caminhos, no reforço do abastecimento de água à lavoura e isso, sim, traduz-se em investimento público gerador de riqueza e de aumento de produtividade, naquilo que é o que de melhor temos na Ilha de São Jorge, a produção de um produto de excelência e de um sector cooperativo e competitivo para os desafios que iremos ter em breve no domínio da agricultura.

Temos investimentos que têm a ver com a salvação da Santa Catarina que representa o equilíbrio de muitas famílias nos momentos que vivemos. Esse também é um investimento de muita coragem da parte do Governo Regional.

Além da Santa Catarina, de outros sectores da nossa economia, o Governo ainda tem um longo trabalho para fazer e continuará a fazê-lo na defesa dos interesses dos jorgenses.

Como o senhor poderá ver, no nosso grupo parlamentar iremos ainda trabalhar sobre esta matéria ao longo destes dias.

Gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que a verdade é que temos que assumir que o lar de idosos para o Topo é uma questão que terá que ser adiada.

Iremos pôr em funcionamento o novo lar de idosos da Calheta, que é um investimento muito bom e de muita qualidade ao serviço da população de um concelho que era carenciado dessa matéria.

O Núcleo de Recreio Náutico terá que ser adiado, temos que o assumir com frontalidade e com toda a transparência perante o eleitorado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a ligação marítima à Calheta?

O Orador: Não temos vergonha de o dizer.

Deputado João Costa (PSD): Mas devia ter!

O Orador: Relativamente à conclusão dos projectos, é bom que tenhamos projectos,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a Escola Secundária da Calheta?

O Orador: ... projectos feitos e bem-feitos.

Em relação às escolas assumimos aqui que, nos dias que hoje correm, ninguém no seu perfeito juízo pode defender que se construa uma escola com o dobro da capacidade dos alunos que lá existe.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A questão não é construir!

O Orador: O que estava a acontecer é que no tempo em que a escola foi programada as estimativas e o número de alunos para o qual o projecto foi feito era em muito superior àquilo que hoje estamos a assistir.

Deputado João Costa (PSD): Já viu aos anos que os senhores andam para fazer a escola?

O Orador: Por isso, com coragem, com determinação, assumimos que temos que reformular esse projecto de acordo com aquilo que é a realidade, isto é, governar bem, gerir bem os impostos dos açorianos a bem de São Jorge e dos Açores.

É à custa dessa boa gestão que conseguimos estar aqui hoje a discutir um orçamento com investimento, ao contrário de outras regiões como a Madeira e o Continente onde o investimento já é nulo.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques tem a palavra.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rogério Veiros:

Eu agora queria falar-lhe de São Jorge. O senhor esteve a falar não sei de onde, nem de que ilha.

Vamos falar de São Jorge.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Deputado Luís Silveira falou de São Jorge na perspectiva dele. O senhor falou de uma ilha qualquer, não sei qual foi. Eu vou voltar a falar de São Jorge.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, a Ilha de São Jorge...

Deputado João Costa (PSD): É um paraíso!

O Orador: ... com este último plano do reinado socialista, fica marcada pela desertificação.

Dezasseis anos de políticas deste Governo levaram a que ilhas, como São Jorge, se desertificassem.

Há 10 anos eramos 10 mil. Hoje somos apenas 9.

Foram as políticas deste Governo que encerraram as cooperativas do sector leiteiro, as escolas, os serviços de segurança social das Casas do Povo...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e os postos médicos.

As freguesias desmoronaram-se! A ilha desmoronou-se!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores criaram uma coisa chamada Ilhas de Coesão.

O PSD sempre usou no seu discurso o desenvolvimento harmónico.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sociedades de desenvolvimento!

O Orador: O PS nunca usou.

Como eu dizia, inventaram o desenvolvimento harmónico de uma forma diferente, pelas Ilhas de Coesão, que nunca chegou a existir.

O Sr. Presidente do Governo está a gesticular, mas em matéria de transportes o senhor passou 16 anos (Sr. Presidente do Governo, 16 anos!) a falar da política de transportes marítimos, que ia ser uma grande revolução.

Queria dizer-lhe, com muita mágoa minha, que não terei oportunidade de navegar em barco nenhum do seu tempo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Eu já fui e voltei num barco do meu tempo!

O Orador: Sr. Presidente do Governo, com muita pena minha, quero informar-lhe que ainda esta semana vim de São Jorge para a Ilha do Faial nos velhinhos Cruzeiros das Ilhas e do Canal, do tempo do PSD, do Dr. Mota Amaral.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

São esses os barcos que hoje fazem a ligação entre o triângulo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais importante do que estar aqui a discutir este Plano e Orçamento de 2012, é fazer o balanço destes 16 anos do Partido Socialista.

É que as pessoas hoje vivem ou sentem o conforto ou o desconforto daquilo que foi feito e não do que será no futuro.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): No tempo do Dr. Mota Amaral andava na Espalamaca!

O Orador: Pois, no tempo do Mota Amaral andava-se na Espalamaca, no Santo Amaro, no Terralta, no Cruzeiro do Canal e no Cruzeiro das Ilhas, Sr. Presidente.

Do seu tempo, o senhor não se pode levantar e dizer o nome de barco nenhum. Esse é que é o problema. Sabe?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Não pode, porque são todos alugados. Foram todos alugados com o dinheiro dos contribuintes. Está a perceber?

Deputado Duarte Freitas (PSD): 125 milhões!

O Orador: O Sr. Presidente vai passar 16 anos sem se levantar e dizer o nome de um barco que seja do seu tempo.

Eu sei que incomoda, mas esta é a verdade. Não é discutir números.

O que interesse ao povo é qualidade de vida.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Claro que está!

O Orador: Dezasseis anos depois os jorgenses sentem maior diferença, entre outras ilhas, do que existia há 16 anos.

Digo isso, Sr. Presidente, pela idade biológica que tenho e digo isso pela idade parlamentar que tenho. A diferença é muita, Sr. Presidente.

Este é o verdadeiro sentimento dos jorgenses.

Dezasseis anos depois falou-se em muitos milhões, mais obra aqui, mais obra ali. É verdade que se fez algum investimento, não reprodutivo, mas fez-se.

O aeroporto de São Jorge ficou melhor, apesar de ser uma exigência mínima do INAC e o vento norte vai continuar a existir, porque o Governo não fez, nem pode fazer, investimento no vento, só fez investimento na pista, por conseguinte quando o vento está norte o avião não vai, mas a culpa não é de ninguém. É assim mesmo. Vivemos em arquipélagos. Neste caso, a ilha de São Jorge tem esse problema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para terminar a minha intervenção (para não gastar tempo aos meus colegas) a verdade é que há aqui um balanço francamente negativo ao fim de 16 anos.

A pergunta é muito simples. É ir a São Jorge e perguntar relativamente a todas as áreas: o senhor está melhor hoje do que estava há 16 anos ou não?

Pode perguntar.

Sou Presidente de uma Instituição de Solidariedade Social e convido o Sr. Presidente do Governo a passar uma semana em São Jorge e eu explico-lhe.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Tem que explicar melhor!

O Orador: Explico-lhe, mas é no terreno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Ele fala!

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção de uma forma muito rápida apenas para acrescentar alguma coisa em relação a um aspecto que o Sr. Deputado Luís Silveira referiu na sua intervenção e que tem a ver com a questão das ligações marítimas.

A primeira entidade que ainda não está satisfeita com o estado em que estão os transportes marítimos na nossa Região é o Governo.

Deputado João Costa (*PSD*): Não leu o manifesto de Mário Soares!

O Orador: É por isso que o Governo está a trabalhar no sentido de melhorar estes circuitos. Isso acontece, quer do ponto de vista de investimentos em infraestruturas físicas, em obras que vão permitir melhorar os circuitos logísticos de transporte marítimo na nossa Região, quer em investimento na aquisição de novos navios, tendo neste caso o transporte marítimo das ilhas do triângulo assumido uma preponderância.

Está a decorrer o concurso público para a construção de dois navios que vão servir exactamente essas ilhas do triângulo.

Deputado João Costa (PSD): Se houver dinheiro!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Disse isso há 1 ano atrás!

Deputado Rui Ramos (PSD): Onde já ouvi isso?

O Orador: Sr. Deputado, gostava também, com a mesma frontalidade com que V. Exa. se referiu a este assunto daquela tribuna, de lhe dizer que a intervenção de qualquer entidade tem limites. Não é possível, por vezes, dar resposta àquelas que são as solicitações em termos de transporte marítimo de passageiros, sobretudo na nossa operação sazonal.

Gostava de dar um exemplo à câmara, para que a câmara fique consciente do que estamos a falar.

Por exemplo, entre os dias 13 e 14 de Agosto do próximo ano temos, aproximadamente, 6 grandes festas a decorrer aqui no triângulo.

É impossível, é física e humanamente impossível, dar resposta a tal concentração de festividades que acabam por mobilizar muita gente. Mesmo assim o Governo não desiste.

Os horários neste momento, segundo a informação que tenho estão a consulta de diversas entidades (câmaras municipais, câmaras de comércio, um conjunto de entidades que relevam para este efeito) e vamos esperar conseguir o melhor possível, mas contingências como esta acabam por efectivamente dificultar aquela que é a resposta satisfatória a toda esta questão na qual o Governo é o primeiro interessado.

Sr. Deputado Mark Marques, uma intervenção que claramente se pautou por um tom de partidarite aguda, porque se não fosse assim o Sr. Deputado teria reconhecido aquele que é o investimento que o Governo ao longo destes 16 anos fez nas acessibilidades marítimas...

Deputado João Costa (PSD): Investimento? Qual investimento?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual investimento?

O Orador: ... e áreas à Ilha de São Jorge.

Aquilo que São Jorge tem hoje do ponto de vista de acessibilidades marítimas e áreas é completamente diferente em termos de condições daquilo que tinha há 16 anos.

Deputado Ricardo Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: A sua intervenção peca exactamente pelo sectarismo que introduziu neste assunto.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Fica-lhe bem defender os 16 anos!

O Orador: Quanto à questão de navios, o Sr. Deputado Mark Marques quando deixar de ser deputado, o que acontecerá a partir do próximo ano, terá certamente oportunidade de andar em barcos do Governo, como é aliás público. Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

Deputado Rogério Veiros (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rogério Veiros:

Como sempre, eu fiz aqui uma intervenção que me parece positiva, construtiva e sobretudo realista. É realista, porquê? Porque eu tive a oportunidade de elogiar aquilo que entendo que está bem e tive a oportunidade de criticar e chamar a atenção para aquilo que entendo que está mal.

Por isso, quero dizer-lhe que quem disse nesta casa há relativamente pouco tempo (sensivelmente há um ano, posso considerar que seja pouco tempo) que o manifesto eleitoral do Partido Socialista por São Jorge ia ser cumprido na íntegra, foi o senhor.

Tenho pena que hoje, passado um ano, venha dizer que afinal não vão conseguir cumprir na íntegra esses que são os compromissos do Partido Socialista para São Jorge.

Depois teve a infelicidade, na minha opinião, de relembrar aquela que foi a intervenção do Governo Regional no sector cooperativo da ilha que, quanto a mim, foi o pior investimento deste Governo na Ilha de São Jorge. Foi encerrar as cooperativas, foi encerrar o sistema de produção do queijo de São Jorge e passar a criar uma produção industrializada que, como sabe e bem, infelizmente, não se tem traduzido numa mais-valia para São Jorge. Esse dinheiro tinha sido muito bem empregue em outras obras necessárias em São Jorge e se calhar até tinha feito com que tivesse cumprido melhor o seu programa eleitoral.

Depois, para lamentar a situação de São Jorge, no Plano e Orçamento em relação a 2012. Faltou-lhe claramente, Sr. Deputado Rogério Veiros, capacidade de influência junto do Governo que permitisse que a Ilha de São Jorge fosse a ilha com maior decréscimo desta Região, 11 milhões de euros, 20,5%.

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe por que é que isso aconteceu! Isso é demagogia!

O Orador: Isso comprova a falta de influência junto do Governo para que fizesse cumprir pelo menos um bocadinho mais do manifesto eleitoral do Partido Socialista em São Jorge.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques tem a palavra.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Muito rapidamente só para não o deixar sem resposta.

Não se trata de partidaria aguda. Não se trata disso, Sr. Secretário.

Na próxima legislatura eu não sei se serei Deputado, se não. O senhor de certo será.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Com mandato suspenso!

O Orador: E eu hei-de ter a honra, se for deputado, de estar desse lado; se não for, de estar na bancada e o presidente que estiver em gestão irá dizer: temos entre nós o ex-Deputado Mark Marques.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Daqui aplaudirei!

O Orador: O senhor vai estar sentado nesta bancada, onde eu estou, como deputado.

Sr. Secretário, tirando este aparte que espero que seja realidade, a verdade é que em São Jorge (o senhor fala nas infraestruturas) fomos marcados por obras tacanhas.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Estranho seria se dissesse o contrário!

O Orador: Olhe, a marina é uma obra tacanha. É ou não é, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não é!

O Orador: O senhor não tem noção da dimensão.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O porto de abrigo e de pescas das Velas é uma obra espectacular! Quando faz mau tempo, os barcos estão todos em terra. Sempre! Não acontece vez nenhuma!

O acesso à Vila das Velas – ali para o Sr. Secretário Contente – é uma entrada da vila uma coisa fenomenal, uma obra colossal, excelente!

Sr. Secretário, o senhor sabe que nem de acordo com o projecto está.

O que eu quero dizer é que não há aqui partidarite aguda nenhuma. O que existe aqui é que os 16 anos do Partido Socialista marcaram os jorgenses pelas obras tacanhas e pelas obras mínimas. É essa a questão.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar um esclarecimento e uma resposta muito clara àquilo que há pouco o Sr. Deputado Luís Silveira ali referiu sobre o sector Cooperativo de São Jorge e sobre as queijeiras de São Jorge.

Só para lhe dizer que há uns anos atrás, no tempo do PSD...

Deputado João Costa (*PSD*): Há muitos anos atrás!

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Há quantos anos, Sr. Secretário?

O Orador: ... tínhamos em São Jorge várias pequenas unidades de produção, todas elas falidas, todas elas com atrasos de pagamento à produção, nenhuma com condições de produzir queijo para colocar no mercado, observando as regras de salubridade, de higiene e de segurança alimentar.

Sr. Deputado, o que foi feito em São Jorge clamava há anos por ter sido feito e nunca foi feito.

Houve coragem e orientação, definição de política estratégica para São Jorge no sentido de se produzir queijo com condições de colocar no mercado, preservando os princípios da higiene, da salubridade e da saúde pública, que antes não havia;

Recuperou-se de uma forma significativa as dívidas que as cooperativas tinham perante credores;

Recuperou-se o pagamento do leite aos produtores;

Regenerou-se todo o sector e hoje até já se faz promoção do queijo de São Jorge, que é um queijo de qualidade, que já ganha prémios, já ganha referências a nível nacional e teve-se mais eficiência no sector da comercialização do queijo de São Jorge.

Não fazer o que foi feito nos últimos anos em São Jorge teria sido votar ao abandono e ao fracasso toda a agricultura da Ilha de São Jorge e aquele produto magnífico que é o queijo da Ilha de São Jorge.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rápida e telegraficamente para dizer ao Sr. Deputado Luís Silveira que orgulhamo-nos do trabalho que estamos a fazer em São Jorge. A obra está feita e os jorgenses continuarão a confiar no trabalho dos socialistas em São Jorge.

Não temos qualquer vergonha em chegar ao pé dos jorgenses e dizer: este é um orçamento a pensar nas famílias e nas empresas. Se tivermos de colocar de parte algum investimento, colocá-lo-emos, mas primeiro estão as famílias e as empresas e o equilíbrio da nossa ilha.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso é que investimos e ajudamos a investir no sector cooperativo, na Santa Catarina e em outras instituições que precisam da nossa ajuda, para conseguirmos salvar a nossa economia, salvar os Açores daquilo que são as influências que vêm de fora, e os mercados. Não podemos estar completamente isentos em relação a essa matéria.

Sr. Deputado Mark Marques, eu não considero as obras do Governo do PS tacanhas. Eu considero as obras do Governo do PS de qualidade.

Aliás, quando fazemos uma estrada regional que cumpre as regras de segurança, que tem o passeio com uma largura de acordo com as regras de segurança, vem os senhores do PSD falar mal.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A questão é saber o que se passa com os transportes públicos!

Deputado João Costa (PSD): Neste caso não cumpre!

O Orador: Quando fazemos qualquer obra, os senhores do PSD arranjam sempre um argumento para pura e simplesmente falar mal.

O que lhe quero dizer é que tacanha era uma estrada às escuras que tínhamos em São Jorge para aterrar os aviões. Agora passámos a ter um aeroporto que cumpre todas as normas de segurança...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que dá segurança e conforto para quem quer ir a São Jorge. Esse tipo de obra é que era tacanhez.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O que é que o senhor tem a dizer em relação ao transporte marítimo para a Calheta?

O Orador: Sr. Deputado, relativamente às preocupações de São Jorge e com os jorgenses, nós, socialistas, estamos preocupados com as famílias, estamos preocupados com as empresas e com o bem-estar das pessoas.

Deputado João Costa (PSD): Com as vossas famílias!

O Orador: É na defesa das pessoas que estamos ao lado delas, coisa que os senhores não sabem fazer. Se os senhores estivessem preocupados com as pessoas, quando estava em risco os ordenados dos funcionários das Casas do Povo, o senhor não estava a fazer um email como este, com coisas que não correspondem à verdade, assustando as pessoas e assustando as famílias que têm filhos para sustentar, que vieram bater à porta dos Deputados do Partido Socialista para esclarecer estas falsidades que aqui estão, Sr. Deputado. Isso é fazer política da pior forma, é da forma como o PSD sabe fazer e não é dessa forma que os senhores defendem São Jorge e os jorgenses.

Por essa razão eu compreendo que o senhor se assuma como candidato e ex-deputado, porque assim o PSD nem um deputado vai eleger em São Jorge, certamente...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e irá vir aqui aplaudir o futuro Presidente do Governo, Vasco Cordeiro.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

De facto, todas as mais-valias que o senhor aqui enumerou e os investimentos feitos no sector cooperativo de São Jorge, são conhecidos por todos nós.

Queria era que o senhor nos dissesse quais são os resultados, hoje, para o produtor, em termos de preço a receber pelo seu leite. É melhor do que aquele que era antes desses investimentos feitos pelo Governo Regional?

Deputado José Rego (PS): Sem dúvidas!

O Orador: O senhor sabe que não é e é isso que se traduz numa economia pobre e fraca para São Jorge.

O senhor disse e bem, nós temos um dos melhores produtos da Região e até do país.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Agora!

O Orador: Agora e antes, porque o queijo de São Jorge é famoso há muitos anos e tem qualidade há muitos anos.

A questão é que hoje recebem o mesmo que recebiam há 20 anos atrás, pelo seu leite. Aí é que está o problema, Sr. Secretário. Foi aí que o Governo Regional falhou.

Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Deputado há regras de mercado!

O Orador: Depois, há um outro investimento que o Governo Regional falhou redondamente em matéria de agricultura, o matadouro de São Jorge.

Em 2008 ia começar a obra. Estamos no último ano da legislatura e ainda se fala em projecto. É uma grande falha para o sector da carne de São Jorge e para o desenvolvimento da certificação agrícola na ilha.

Outra questão, Sr. Deputado Rogério Veiros:

De facto concordamos consigo. Temos que trabalhar e o Governo tem que trabalhar a favor das famílias e das empresas, mas aquilo que temos hoje em São Jorge é cada vez mais desemprego, é empresas a mandar gente para o desemprego, porque têm falta de investimento público. Os municípios não têm capacidade de o fazer e o Governo está a recuar naquele que era o seu compromisso em termos de investimento público e em termos de obra, nomeadamente no sector da construção civil. Essa é a verdade.

A nossa preocupação também são as empresas e as famílias, mas o orçamento que temos este ano para São Jorge não vai de encontro àquele que foi o seu discurso.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais nenhum pedido de esclarecimento, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Luís Silveira.

Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos num mundo cada vez mais competitivo, cosmopolita e globalizado. Num mundo que, a cada dia que passa, confronta a sociedade açoriana, e os jovens em particular, com uma maior necessidade de ultrapassar novos obstáculos ao mesmo tempo que lhes é exigido apresentar novas ideias para conseguir alcançar novos desafios.

O Partido Socialista ao longo do seu período de governação, que se iniciou em 1996, por vontade dos Açorianos, sempre se pautou pela, inovação, irreverência, inconformismo e pela capacidade de adaptação, qualidades, muitas das vezes, associadas aos jovens. É neste sentido que no ano de 2012 levar-se-á a cabo a construção do Centro de Formação do Belo Jardim, como polo dinamizador e qualificador do movimento associativo juvenil, a instalação, no âmbito do projeto Incube, da incubadora de empresas de base tecnológica na Universidade dos Açores, o reforço do programa de educação para o empreendedorismo que tem como base os conceitos de iniciativa e do empowerment junto da Juventude açoriana.

Ser jovem açoriano, no contexto atual, é muito diferente do que era há apenas 10 anos. Os desafios desta década são claramente globais. Competir na qualificação, no emprego e no acesso à informação são hoje desafios comuns a milhões de jovens europeus que em nada diferem dos jovens açorianos. Isto porque, estes últimos integram uma geração que é o resultado de práticas assertivas e eficazes de desenvolvimento sustentável, implementadas pelos sucessivos Governos do Partido Socialista.

Demonstração disso é:

- A política de mobilidade juvenil que registou um aumento de beneficiários na ordem de 55% relativamente ao ano anterior, no Programa Bento de Gois;
- O Projeto de empreendedorismo nas escolas denominado “Educação Empreendedora o Caminho do Sucesso”, que no presente ano letivo, envolve 1400 alunos e 65 professores desde o 2º Ciclo até ao Ensino Secundário e Profissional;
- Os projetos de ocupação dos tempos livres, tais como, o Programa OTLJ que colocou 2.677 jovens nas mais distintas entidades e coletividades açorianas e os projetos Campos de Férias que neste ano abrangeram 2.073 jovens.

Contudo, as políticas de Juventude são amplamente transversais e, como tal, vão muito para além da ação do Orçamento que assume a denominação Juventude. Políticas para a Juventude são todas as medidas implementadas pelo Governo que, direta ou indiretamente, têm impacto na vida dos jovens açorianos.

Assim, o Plano e Orçamento agora em análise consolida, uma vez mais, o empenho da Região na defesa dos jovens enquanto motor de potencialidades, porque materializa uma linha de rumo de políticas públicas, coerentes e positivas nas ações orientadas para a Juventude açoriana, dando-nos importantes garantias de resposta aos novos desafios e às adversidades que o mundo de hoje apresenta.

Ações no plano, como a ocupação dos tempos livres que visa incrementar nos jovens o espírito de iniciativa e a assimilação de normas e valores para uma cidadania responsável, algo que é determinante para a inserção no atual mercado de trabalho; o apoio e incentivo à mobilidade dos jovens quer dentro da Região, através do cartão Inter-Jovem, quer através do programa Bento de Góis que permite uma maior mobilidade entre as ilhas dos Açores, com o Continente Português e Madeira, com a Europa, com as comunidades açorianas na diáspora e com o resto do mundo; iniciativas como o apoio e incentivo ao associativismo jovem, algo que é fundamental para a participação e exercício de cidadania das novas gerações; o sistema de informação ao jovem dos Açores; as iniciativas que visam a cidadania e o incentivo ao voluntariado; o

desenvolvimento das competências tecnológicas; o incentivo à criatividade e empreendedorismo nas oficinas de criação; a promoção de hábitos de vida saudáveis; a aposta estruturante e fundamental na beneficiação e ampliação da rede de Pousadas de Juventude dos Açores e o novo paradigma das Academias de Juventude que assenta na centralização de serviços e valências que são uma mais-valia para os jovens.

Assim, será justo reconhecer que o Governo dos Açores tem desenvolvido, em parceria estreita com o movimento associativo juvenil, um bom trabalho na área da Juventude. Tal facto ocorre porque, o Partido Socialista é verdadeiramente o partido dos jovens, isto porque, é o único que percebe genuinamente as mais-valias e a importância das novas gerações na construção do futuro de qualquer sociedade.

Outro pilar fundamental quando se fala em Juventude é, sem dúvida, a formação profissional e os planos de transição para a vida ativa. Programas como Empreende Jovem, o Reactivar, o Estagiar L, o Estagiar T, o Estagiar U, o programa de Iniciativa Comunitária Leonardo Da Vinci, o Eurodisseia, e o Programa L+, através do qual se procede a uma monitorização da situação dos jovens licenciados e mestres bem como se estrutura um sistema de reconversão para áreas de competências de maior empregabilidade.

Esta aposta orgulha em muito a nossa Região e os açorianos em particular, que vêm aqui, uma vez mais, o reflexo das políticas de qualificação profissional e juventude implementadas ao longo dos últimos anos na Região Autónoma dos Açores sob a orientação do Partido Socialista. Também é notório que estes resultados advêm de um conjunto de medidas e programas em desenvolvimento que marcam de forma inquestionável a vida dos jovens açorianos no seu dia-a-dia. A melhoria significativa do parque escolar, em todas as ilhas do arquipélago, e a implementação de uma rede de escolas profissionais foi sem dúvida uma aposta consistente e assertiva no ensino profissional nos Açores, que nos últimos anos formou milhares de jovens altamente qualificados nas mais diversas áreas de formação tornando esta saída profissional viável e fundamental para a Região com proveitos evidentes, reconhecidos além-

fronteiras como foi o caso do jovem açoriano que obteve recentemente, em Londres, a medalha de excelência no campeonato mundial das profissões 2011. Em suma, pode-se afirmar que a aposta neste sector estratégico tem sido cada vez mais consistente nos últimos anos, apesar dos constrangimentos financeiros e à contenção conjuntural necessária, no seguimento das medidas de austeridade nacionais, observamos que, no ano em que termina a presente legislatura teremos um investimento superior ao do ano de início da mesma, e se somarmos o investimento de cada ano, superior sempre aos 5 milhões de euros, apercebemo-nos que, no sector da Juventude, nesta legislatura, haverá um investimento recorde de aproximadamente 21 milhões de euros. Desta forma podemos afirmar que no que diz respeito à Juventude estamos perante um Plano capaz de dar resposta à vontade constante de fazer sempre mais e melhor em prol da Região Autónoma dos Açores e dos jovens em particular.

Disse.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Cláudio Almeida. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Ricardo:

Parece que os Açores são um paraíso para a juventude!

Parece que os Açores são um oásis no meio do Atlântico para a juventude.

Queria perguntar ao Sr. Deputado Ricardo Ramalho se sabe quantos jovens saíram da sua ilha, a Graciosa, à procura de melhores condições de vida?

Sabe quantos jovens nos Açores é que estão hoje em dia no desemprego?

Sabe quantos jovens terminam os seus cursos universitários, querem encontrar emprego e não encontram nas suas áreas profissionais?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga lá quantos são?

O Orador: Sabe quantos jovens terminam os cursos profissionais, procuram emprego e não conseguem porque as áreas profissionais leccionadas nas escolas profissionais não são as mais adequadas à nossa Região?

Também quero perguntar ao Sr. Deputado Ricardo Ramalho se sabe quantos jovens querem comprar ou arrendar casa e não conseguem, porque têm dificuldades financeiras, ou porque a vida não lhes permite isso?

Sabe quantos jovens entram no mundo da toxicodependência?

O Sr. Deputado Ricardo Ramalho falou aqui em ocupação de tempos livres para os jovens e dos Programas OTL Jovem. Com a alteração das regras do Programa OTL Jovem, quantos jovens ficaram de fora nos últimos dois anos por não poderem entrar para o Programa OTL Jovem?

É este o cenário da juventude açoriana. É o drama das famílias, é o drama dos jovens que deixam as suas ilhas à procura de melhores condições no exterior.

Querem emprego e não conseguem encontrar nos Açores; querem comprar casa e não conseguem. É este o drama, é o cenário que este Governo do Partido Socialista, nos últimos 16 anos, tem pintado para os jovens dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tem um legado ao nível das políticas de juventude, governando para os jovens e com os jovens, renovando-se constantemente, consciente de que sangue novo é sinónimo de novas ideias, de novas políticas, de inovação e de proximidade aos cidadãos.

Deixa-me muito triste, enquanto jovem, a intervenção do Sr. Deputado Cláudio Almeida, que é simultaneamente líder da JSD, pois as suas intervenções não trazem nada de novo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Não trazem nem uma medida, nem uma política orientada para a juventude.

Mas sabe, Sr. Deputado, eu não posso levar a mal. O Sr. Deputado é bom aluno e é bom aluno porque as suas intervenções são como as da sua líder, a líder do seu partido, que também não nos trazem nada de novo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ohhh!

Deputado Mark Marques (PSD): Está a fazer em mandarete? Não me diga!

A Oradora: A líder do seu partido alegadamente também tem soluções, mas não as pode apresentar.

Para já o Sr. Deputado também deve ter muitas soluções, mas também não as pode apresentar. Só espero, Sr. Deputado, é que quando o senhor as puder finalmente apresentar, a sua juventude já não tenha passado.

Voltando às políticas de juventude do Partido Socialista, o Partido Socialista tem prova dada com programas como o Famílias com Futuro, os Programas Estagiar L, Estagiar T, Estagiar U, Programa L+, Empreende Jovem, Eurodisseia;...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... a aposta na formação profissional, na qualificação e no acesso à informação; ao nível da mobilidade jovem com o Cartão Interjovem, o Programa Bento Góis e a Rede de Pousadas da Juventude dos Açores.

Sr. Deputado, parece-me que ouvi mal há bocadinho quando o senhor disse que este era um cenário muito negro.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada não disse nada de novo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, basta irmos ao *site* do Governo e é isso que encontramos.

Eu tenho pena daqueles jovens que neste momento têm 20, 21, 22 anos e que estão a terminar os seus cursos universitários que só conhecem este Governo do Partido Socialista, porque já está há 16 anos. É um governo gasto! Tenho pena destes jovens, porque eles querem conseguir vingar na vida e não conseguem, porque nos Açores não respiramos nem temos clima para que esses jovens vinguem.

Deputado João Costa (PSD): Pergunta como é que são os concursos no Governo!

O Orador: Aliás, muito me admira o silêncio do líder da Juventude Socialista. Vamos ver se percebemos aqui uma coisa:

Temos um líder da Juventude Socialista e líder do Grupo Parlamentar. Como é que se situa o líder do Grupo Parlamentar? É líder da Juventude Socialista? Ou é Líder do Grupo Parlamentar?

Acho que é preciso perceber aqui um pouco o panorama, o cenário.

O Sr. Deputado Berto Messias há mais de dois anos que anda a falar em prioridades para a juventude açoriana, em emprego jovem,...

Deputado Berto Messias (PS): E a propor propostas concretas!

O Orador: ... que vão apresentar um plano de emprego para os jovens. Todos os anos anunciam que vão apresentar um plano de emprego para os jovens para combater a crise.

O que é certo é que:

Primeiro, admite as falhas deste Governo do Partido Socialista liderado por Carlos César, no que respeita ao desemprego jovem. Tem vindo a aumentar. Hoje em dia o desemprego jovem ronda os 30%. É esta a realidade que os jovens se deparam no dia-a-dia e tenho pena que estes Srs. Deputados que falaram nesta casa sobre juventude não tenham tido essa percepção.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O drama que as famílias e os jovens sentem no dia-a-dia na construção da procura de emprego é um drama que atinge a nossa sociedade, em todas as ilhas dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Falta dizer o que é que os senhores propõem!

O Orador: O Partido Socialista e a bancada que o Sr. Deputado lidera, há mais de 3 anos que andam a falar em políticas de emprego para os jovens e até agora zero. Nenhuma proposta sua entrou nesta casa para combater o desemprego jovem.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Deputado João Costa (PSD): Isso deve ser o emprego para os amigos jovens!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores só trazem propostas isotéricas, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

(*) **Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tem plena consciência que a conjuntura actual é difícil, mas justamente é o Partido Socialista que trabalha no sentido de defender os jovens açorianos nesta casa.

Exemplo disso temos o Programa Estagiar, em que 48% dos jovens conseguem um contrato de trabalho...

Deputado João Costa (PSD): Nem sequer metade, Sr. Deputado!

O Orador: ... no dia seguinte ao fim do estágio.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E 68,5% dos jovens conseguem um contrato de trabalho seis meses...

Deputado Rui Ramos (PSD): Trabalho ou estágio?

O Orador: Trabalho! Conseguem um contrato de trabalho.
... após o estágio.

Também podia dar o exemplo do Empreende Jovem, que tem um reforço significativo este ano.

Aqui há um padrão. É que justamente na intervenção que o Sr. Deputado Cláudio fez não refere uma única proposta para a juventude nos Açores.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já apresentámos várias propostas aqui!

Deputado Berto Messias (PS): Zero!

O Orador: Uma única proposta! Nada! Zero!

Consecutivamente, ouvimos sempre este discurso. Quando fala bota abaixo, bota abaixo, mas no que diz respeito a apresentar propostas, zero!

Tenho dito.

Deputado João Costa (PSD): Já as vossas propostas não contribuem nada para resolver a situação!

Presidente: Creio que não há mais nenhuma intervenção para esclarecimentos.

Vamos passar à intervenção seguinte. Dou a palavra para tal à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cabe-me hoje apresentar as propostas do Plano e do Orçamento para 2012 nas áreas da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Formação. A solenidade da apresentação destes documentos é parte da liturgia parlamentar e coincide com o final da legislatura, fechando assim o percurso traçado a partir de dois documentos estruturantes: o Programa de Governo e as Orientações a Médio Prazo.

Como é reconhecido por todos a educação e a qualificação profissional assumem-se como pilares da economia do conhecimento, e como meios capazes de assegurar o desenvolvimento dum país ou, no caso, duma Região. Nas circunstâncias peculiares em que vivemos o Plano para 2012 permite manter os níveis de investimento na área da educação, da formação e do desporto, fazendo escolhas determinantes para assegurar o desenvolvimento regional.

Os tempos que correm obrigam-nos a fazer escolhas e estas correspondem sempre à elencagem de prioridades. O ORAA de 2012 para as áreas da educação e do desporto espelha por isso as opções que preconizamos como determinantes para o desenvolvimento sustentável dos Açores.

O Plano de Investimentos para 2012 assenta na reestruturação orgânica do sistema educativo determinada pela Carta Escolar e nos objectivos estratégicos traçados para a Legislatura definidos no Programa do Governo. Com o presente investimento no plano e no orçamento, significa que terão sido aplicados ao longo da legislatura cerca de 213 milhões de euros no desenvolvimento das infraestruturas educacionais e do sistema educativo.

Com mais de 253 milhões de euros de despesa total, representando aproximadamente 18% do investimento global da Região Autónoma dos Açores, a Secretaria Regional da Educação e Formação desenvolve um conjunto de acções centradas na qualificação dos açorianos que implicam um investimento muito significativo. Subjaz às escolhas que fazemos uma profunda confiança nas capacidades dos açorianos e está enformada por um princípio essencial: a aposta no desenvolvimento educativo e desportivo dos Açores que fazem de nós hoje uma referência nacional. Em circunstâncias tais que o que agora o Governo da República anuncia como medidas estruturantes são já de há muito realidade nos Açores: a reorganização da rede escolar, a aposta no ensino profissional como verdadeira alternativa ao ensino regular, a avaliação da carreira docente, a autonomia das escolas, a atenção ao ensino especial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento global no objectivo Melhorar as Qualificações e as competências dos açorianos é de 86 milhões de euros, correspondendo a 18% do total do Plano, o que equivale a 20% do valor previsto nas Orientações a Médio Prazo. Este objectivo compreende 6 programas, sendo que o primeiro, Desenvolvimento das infraestruturas educacionais e do sistema educativo, é um dos programas mais avultados do Plano, num montante que ascende a 45,3

milhões de euros, o que revela a intenção de continuar a dotar todos os concelhos da Região com infraestruturas educativas de qualidade.

O projecto Construções escolares dispõe de uma dotação na ordem dos 32 milhões de euros e contempla diversos investimentos significativos como são as acções de conclusão da construção da nova Escola de Água de Pau, com 6,3 milhões de euros; a conclusão da construção da Escola Básica da Ponta da Ilha na Piedade, com 3.057.440 milhões de euros; a construção das novas instalações para a EBI Gaspar Frutuoso, na Ribeira Grande, com o valor de 7.6 milhões de euros; a requalificação das instalações para os 2º e 3º ciclos da EB 1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho, em Rabo de Peixe, com 2.4 milhões de euros; a isto se soma a grande reparação da EBI da Horta com 5.1 milhões de euros e também a requalificação da ES Domingos Rebelo e a ampliação da EBI de Angra do Heroísmo.

O objectivo deste investimento é a aposta na melhoria continuada da rede escolar regional, que levou a que possamos todos, hoje, governo e oposição, orgulharmo-nos de ter nos Açores a melhor rede escolar do país, e algumas das melhores escolas existentes em território nacional.

Este investimento visou dois objectivos claros: a obtenção de padrões de qualidade e a necessidade imperiosa de racionalização da rede. Da conjugação destes objectivos temos conseguido (julgamos nós) ganhos consideráveis na qualidade do serviço público de educação que prestamos e temos assegurado a sustentabilidade do investimento feito na reestruturação dos edifícios escolares existentes a par da construção sistemática de novos edifícios escolares por vários concelhos dos Açores.

Ao longo dos últimos anos temos vindo a melhorar significativamente os níveis de escolarização nos Açores, estando a média da taxa de progressão ao nível do ensino básico acima dos 85%, e no ensino secundário na ordem dos 70%, fazendo com que na última década o aproveitamento escolar tenha subido cerca de 14%.

No mesmo programa contemplamos outros projectos, tais como os equipamentos escolares, a formação profissional, o desenvolvimento do ensino

profissional e projectos pedagógicos. De entre estes destaco a implementação do Plano Regional de Leitura, a introdução do Currículo Regional nas escolas da Região, e o novo modelo de avaliação interna do sistema educativo regional. O ensino profissional constitui uma das áreas património dos governos do Partido Socialista. Em 1997 a sua reabilitação sofreu um grande incremento, espalhando-se praticamente por todas as ilhas e assumindo-se como uma alternativa fiável ao ensino regular. Dum caminho absolutamente monolítico que existia no sistema educativo regional conseguimos assegurar uma diversidade de percursos educativos e formativos que nos orgulha.

Temos hoje na Região cerca de 2700 alunos a frequentar as 16 escolas de ensino profissional, distribuídos por 170 cursos distintos. E foi possível concretizar a implementação do ensino profissional nas escolas do ensino regular, através do Programa Profij, indo ao encontro dos interesses e das apetências dos alunos, e garantindo taxas de progressão na ordem dos 85%. A par disso, criámos outros percursos alternativos como é o caso do Programa Oportunidade, que permitiu recuperar alunos que, de outra forma, estariam condenados ao insucesso e ao abandono escolar precoce.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estão sempre condenados!

A Oradora: Lançámos também o Programa Reactivar que aposta na formação de adultos e que tem tido efeitos surpreendentes, com taxas de progressão que se situam na ordem dos 76%.

Da análise atenta do Plano para 2012 nas áreas da educação e do desporto infere-se que nas circunstâncias de convulsão em que vivemos o Governo Regional assegura o investimento público em construções escolares. Enquanto no país se suspendem mesmo as obras já iniciadas pela Parque Escolar, nos Açores, o governo do Partido Socialista mantém as obras em curso e arranca mesmo com 4 novas obras, aumentando o investimento em casos pontuais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No que concerne ao Programa 5 “Desenvolvimento Desportivo” este Plano e Orçamento concretizam o estipulado no Programa de Governo e nas Orientações a Médio Prazo, nomeadamente no que ao aumento da prática desportiva e ao desporto federado dizem respeito. Aumentámos também a oferta e a qualidade das instalações para a prática desportiva, e reforçámos, com particular ênfase nesta última época desportiva, a posição do desporto açoriano no contexto nacional e internacional. Com o investimento de 12.8 milhões de euros previsto para 2012 terão sido aplicados ao longo desta legislatura mais de 58 milhões na promoção e no desenvolvimento do desporto açoriano.

O Projecto 2 “Actividades Desportivas” é o mais bem dotado dos 3 projectos, contando com 6.2 milhões de euros. Porém, o Projecto 1 “Instalações e Equipamentos” apresenta relativamente ao plano de 2011 um reforço na ordem do 56%, que corresponde a um investimento na qualidade e na operacionalidade das instalações desportivas, e à necessidade de assegurar a sua disponibilização descentralizada.

De entre estas destacam-se a requalificação do Polidesportivo do Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Finalmente!

A Oradora: ... e a construção de pavilhões simples e operacionais nos concelhos de Nordeste (Achada) e de Angra do Heroísmo (Santa Bárbara) bem como a requalificação dos complexos desportivos das Laranjeiras, da Ribeira Grande e do Lajedo.

Destaca-se ainda o reforço da acção “Actividade Física e Desportiva Adaptada” que assegura o crescimento numa área em que os Açores tem sido um exemplo, concretizando o lema do desporto para todos e promovendo a efectiva inclusão social dos cidadãos portadores de deficiência, na qual a actividade desportiva pode ter um papel determinante, e cuja dotação reflecte a organização pela Região no próximo ano do Campeonato do Mundo de Atletismo Adaptado para portadores de síndrome de Down.

Ao nível da participação em quadros competitivos nacionais, internacionais e Série Açores serão apoiadas 59 equipas de 7 modalidades, correspondentes a 15 participações em divisões principais, 3 divisões intermédias, 7 divisões

inferiores e 34 Séries Açores. Do total de equipas apoiadas, 12 são femininas, o que constitui o maior número de participações de sempre e concretiza um dos objectivos a que o governo se havia proposto.

A acção 5.2.6 “Apoio às Actividades das Associações Desportivas” destaca-se no Programa de Desenvolvimento Desportivo, e dela beneficiam para as actividades desenvolvidas ao nível de todas as ilhas 48 Associações de modalidade ou de desportos que movimentam competições que envolvem mais de 250 clubes e quase 22.000 atletas federados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

O Orçamento total da SREF corresponde a 253,7 milhões de euros, representando cerca de 18% do total do orçamento regional, e neste destacam-se os 183,5 milhões de euros destinados à DREF, representando a parcela mais significativa deste departamento do governo.

Seguramente não atingimos todos os objectivos a que nos propusemos e reconhecemos com humildade o que correu menos bem, mas temos a exacta noção da evolução que nos separa do ponto de partida e do património legislativo e infraestrutural que erguemos nas áreas do desporto e da educação. Estamos num patamar que nos distingue para melhor do restante território nacional, que hoje insiste em replicar o nosso exemplo e nos secunda nas medidas tomadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vemos em termos de resultado!

A Oradora: Não é coisa de pouca monta. Estamos por isso orgulhosos das conquistas, mas não embevecidos com elas. Preferimos antes, sempre e mais uma vez, arregaçar as mangas para continuar o bom trabalho que temos sabido desenvolver a bem dos açorianos e para proveito dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não sei se há pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não posso obviamente responder a todo o discurso que aqui foi realizado pela Sra. Secretária da Educação. Apenas para lhe dizer o seguinte:

Reconheço que foram realizados em termos de meios materiais, de edifícios, um esforço significativo por parte do Governo, isso é verdade, mas há um dado evidente na área da educação, é que os resultados continuam péssimos.

Nos exames nacionais, estamos na cauda dos resultados que se obtêm em termos de exames do ensino secundário; os resultados em termos do país e comparando quer no 3º ciclo, quer no ensino secundário, são maus. Portanto, temos resultados muito fracos que nada têm a ver ou pouco têm a ver com o investimento realizado.

É necessário renovar as políticas, é necessária uma estratégia diferente e aumentar o esforço nesta área.

O esforço do Governo na área da educação diminui e não vejo nada que altere a falta de qualidade do sistema para melhoria dos resultados obtidos.

É esta a mensagem. Penso que isto reflecte bem aquela que é a realidade no âmbito do sistema educativo açoriano.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação:

Três breves questões:

Primeira – a defesa entusiasta com que a direita mais radical, no continente, assumiu como um bom exemplo a seguir o Estatuto do Aluno, apresentado pelo Governo do Partido Socialista e apoiado pela direita parlamentar nesta casa, não oferece à Sra. Secretária motivo de reflexão e, quiçá, a sua rectificação? Tanto mais que para além de beliscar a democracia é certo nas penalizações, sobretudo às crianças e jovens com menos recursos.

Segunda questão: numa altura de crise social profunda e com a promessa do seu agravamento, é precisamente na Secretaria Regional da Educação e Formação que há os maiores cortes orçamentais.

Numa Região com o atraso estrutural inegável neste domínio, com os índices mais baixos do país, não acha a Sra. Secretária Regional este facto um crime contra o presente e contra o futuro desta Região?

Finalmente, em contraponto com esta situação, não acha a Sra. Secretária Regional da Educação uma imensa ofensa continuar a financiar colégios privados com fins lucrativos?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):**
Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim, pelas questões levantadas pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Relativamente à questão do financiamento dos colégios privados, como sabe, durante vários anos e ainda hoje, nós temos uma rede escolar que beneficia da oferta que a rede privada faz, ou seja, há lugares onde, durante vários anos, não tivesse sido esta rede a complementar a regional teríamos tido problemas em assegurar a oferta educativa.

Nós não vemos, nem excomungamos, como o Bloco de Esquerda faz, essa parceria, esse auxílio e esse complemento. Aliás, no que diz respeito à educação apenas é fornecido, como sabe, o pagamento por criança devido à componente educativa e nada mais a estas instituições.

Portanto, entendemos que há lugar a essa complementaridade e que ela existe nos Açores de forma muito circunscrita.

Depois diria que relativamente ao que acusa a secretaria regional de ter um orçamento com um dos maiores cortes isso não corresponde efectivamente à verdade.

A Secretaria Regional da Educação e Formação é, em termos das secretarias do Governo Regional, das mais bem dotadas. Está no terceiro lugar. Mesmo o próprio programa das construções escolares é o segundo maior programa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Diminuiu ou não?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diminuiu mais que os outros ou não?

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Veja-se São Jorge!

A Oradora: O que lhe quero dizer, Sra. Deputada, é que é evidente que a Secretaria Regional da Educação não fugiu à necessidade de realocar o investimento. Agora, também é evidente que não comprometeu com esta redistribuição nenhuma das suas intervenções nem nenhuma das suas acções, nem o poderia fazer.

Aliás, se verificar o próprio orçamento mantém níveis muito semelhantes aos dos anos anteriores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A formação está a zero!

A Oradora: E aquela diferença que existe é apenas em casos onde evidentemente se trata de fim de projectos, de fecho financeiro de obras, de projectos que deixam de existir e que não há necessidade de alocar um volume de investimento tão grande como houve noutros anos.

Havia mais uma questão relativa ao Estatuto do Aluno.

Sra. Deputada, o Estatuto do Aluno é, para o Governo Regional, um bom instrumento. Aliás, penso que todos tiveram oportunidade de ver que houve presidentes de órgãos de gestão de escolas que disseram publicamente não compreender como é que alguns partidos não tinham compreendido o alcance daquele instrumento.

Aquele instrumento é e vai ser um instrumento útil para as escolas. É preciso que tenhamos a noção da realidade do que se passa nas nossas escolas. Não basta encher os discursos com palavras bonitas de precisar e inverter a situação e depois nada fazer, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): A pergunta não era essa!

A Oradora: Da nossa parte, estou de consciência absolutamente tranquila. Fiz o que achava que deveria ser feito e julgo que dará bons frutos no futuro.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, a evolução dos nossos dados, como sabe, ao longo dos anos, tem vindo sempre a melhorar.

É bem verdade, e nisso estamos de acordo, que não temos os resultados que gostaríamos, que todos gostariam que o sistema educativo regional tivesse. Mas também é verdade, por exemplo, ao nível do PISA, que referiu, que não somos a Região com piores resultados. Como sabe é a Madeira que tem os piores resultados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Madeira é pior em tudo!

A Oradora: Temos, inclusivamente progredido num tipo da nossa prestação.

Há alterações que vamos fazer já no próximo ano, como sabe. As PASE passarão a ser as PASE feitas a nível nacional. Não serão as PASE regionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Vamos adoptar os testes intermédios...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... que é outra das medidas e tornar obrigatório e transversal a todas as escolas, embora, como sabe, algumas escolas já os adoptavam.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Concordo!

A Oradora: Portanto, vamos fazer com que essa avaliação tenha também um efeito na melhoria dos resultados dos nossos alunos.

É bem verdade que não são o que gostaríamos, mas há aqui uma evolução, que é preciso não subestimar sob pena de também estarmos a ter uma atitude sectária e errada nessa matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, para uma interpelação, solicitando que a Mesa nos desse conta dos tempos restantes relativamente a cada um dos grupos parlamentares e representações parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Secretário da Mesa vai fazer essas contas e logo que possível eu dou conta dos tempos.

Entretanto vamos prosseguindo o debate, pode ser, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, é que, conforme o tempo disponível, queria fazer algumas perguntas à Sra. Secretária Regional.

Presidente: Então vamos esperar um bocadinho.

(Pausa)

Sr. Deputado Aníbal Pires, a sua Representação Parlamentar tem um minuto. Quer usá-lo?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, ainda!

Presidente: Então vamos prosseguir o debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas, Sr. Presidente, depois agradecia, logo que seja possível, que informasse a Câmara dos restantes tempos.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado.

Presidente: Creio não haver mais pedidos de esclarecimento sobre a intervenção da Sra. Secretária Regional.

Assim sendo passamos à intervenção seguinte.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo para 2012 encerrará a atual legislatura, culminando os quatro anos do X Governo dos Açores.

Na área da Educação, quatro anos e duas Secretárias regionais depois, este plano enquadra-se num ciclo governativo claramente de transição e, de alguma forma, de procura de identidade, após os doze anos em que a titularidade da Educação esteve entregue a Álvaro de Meneses, que nela deixou um discutível mas forte cunho pessoal.

Impõe-se, por isso, um balanço à política educativa e aos seus resultados, limitado pelo tempo e pelas características deste debate, tendo em conta aquelas

que foram as grandes linhas programáticas que o Governo apresentou a esta Assembleia.

De entre as considerações corretas e consensuais que o Programa do X Governo Regional assumiu, destaco o reconhecimento do dinamismo próprio dos desafios na área da Educação, considerando-se que “qualquer governação responsável terá necessariamente consciência de que os grandes problemas da Educação serão sempre problemas sem uma solução definitiva: todas as vezes que se julga atingido o objetivo pretendido (...) novos desafios (...) se perfilam no horizonte.”

Neste contexto, com verdade, o Programa do Governo reconhecia que “subsistem ainda na Região alguns problemas estruturais que urge resolver”, como por exemplo, o das baixas competências científicas e de literacia revelados pelos nossos alunos.

Para ajudar a combater tais problemas, o Governo assumia a necessidade de se definirem novos objetivos específicos que se materializavam, por exemplo, na construção de “uma rede de informação em linha que integre todas as escolas da Região”, ou em “possibilitar o acesso direto, por via informática, de todas as escolas aos fundos bibliográficos e aos catálogos de todas as bibliotecas e arquivos e museus regionais”.

Quatro anos depois, onde estão os objetivos específicos de uma política de combate à iliteracia?

Onde está a operar a rede de informação que ligaria “todas as escolas da Região, públicas, privadas e cooperativas em permanente atualização e manutenção pelas próprias escolas, e que envolva professores e educadores, alunos e funcionários, bem como as organizações de pais e encarregados de educação, as comissões de proteção de menores, e todas as entidades que de algum modo intervenham na vida de cada escola”?

Onde está a concretização do prometido “acesso direto, por via informática, de todas as escolas aos fundos bibliográficos e aos catálogos de todas as bibliotecas e arquivos e museus regionais, bem como às principais bibliotecas, arquivos e museus nacionais”?

Embora se reconheça a bondade destas medidas, não se pode, porém, deixar de as considerar benévolas aspirinas face à gravidade do diagnóstico. Mas, mesmo assim, a verdade é que nem essas medidas estão operativas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E por isso, o desiderato do combate aos problemas estruturais identificados ficou exatamente no mesmo ponto: até hoje não passou de promessas e de boas intenções!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Cai, assim, infelizmente, um dos grandes objetivos da política educativa e que se assumia com sendo um daqueles novos desafios que se perfilava no horizonte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este ciclo de transição na Secretaria Regional da Educação tem-se caracterizado essencialmente pela errância das orientações políticas e pelo improvisado. Os exemplos não faltam.

Em Novembro de 2010, a titular da Secretaria dizia aqui, referindo-se à bondade do Programa Oportunidade, que ele permitia “um par pedagógico, ou seja, dois professores para um número mais reduzido de alunos” e concluía que isso era uma assinalável melhoria e uma vantagem comparativa com o modelo anterior pois “permite um acompanhamento mais próximo por parte dos docentes junto dos seus alunos.”

Isto foi dito no início do ano letivo de 2010-2011. Ter dois professores a trabalhar em par pedagógico, em cada turma do Programa Oportunidade, era uma mais-valia implementada nas escolas dos Açores.

Pois isso, o que em 2010-2011 era tão bom, tão positivo e que era uma vantagem, simplesmente foi banido do Programa Oportunidade no ano letivo 2011-2012!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Outro exemplo. No ano letivo 2009-2010, defendia-se a realização das Provas de Avaliação Sumativa Externa (as conhecidas PASE). Não só se defendia a sua aplicação nas escolas do Açores, como se exponenciou a sua

importância, tendo-se decidido o seu alargamento: assim, para além do Português e da Matemática, nesse ano letivo, as PASE foram alargadas a outras disciplinas – ao Estudo do Meio, no 4º ano; às Ciências Naturais, no 6º ano; e às Ciências Físicas e Químicas, no 9º ano, prometendo-se a sua eventual extensão a outras disciplinas.

A verdade, porém, é que logo no ano letivo seguinte (2010-2011) se voltou às PASE apenas a Português e Matemática.

E já se anunciou para este ano letivo de 2011-2012 o fim das PASE e a realização em todas as escolas da Região dos exames nacionais, solução de que nunca nos devíamos ter afastado!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda outro exemplo. Anunciou-se a necessidade de adoção de medidas de combate à burocracia nas nossas escolas. Criou-se até um grupo de trabalho e em Março de 2010, a Secretária Regional da Educação anunciava que “os projetos de desburocratização do ensino (...) estão a ser preparados para que no final de Abril (...) possa haver a apresentação de propostas. Tão altas expectativas apenas geraram uma decisão anunciada agora em Setembro passado – mais de um ano depois – e que se resume ao anúncio de que “os Professores vão deixar de elaborar relatórios nas situações de retenção de alunos”. Apesar do simbolismo desta única medida anunciada neste domínio, a verdade é que politicamente se assumiu com prioridade o combate à burocracia nas escolas e à necessidade de se libertar os docentes dessa praga que os atingiu. Mas, se nuns dias a prioridade anunciada é de combate à burocracia nas escolas, noutros, é o inverso que se concretiza: veja-se o caso do novo Estatuto do Aluno que implicará novas práticas da mais requintada burocracia, como, aliás, aqui denunciámos.

Errância, pois, nas opções da política educativa. Mas também improvisado disfarçado de autoridade e desse eufemismo chamado “razões pedagógicas”.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Realizar integrações de unidades orgânicas sem nelas envolver os seus órgãos, encerrar escolas sem discussão nem prévio envolvimento das

comunidades afetadas ou suas instituições, decidir encerrar escolas sem atender às realidades e especificidades locais, decidir encerrar escolas de um dia para o outro, como aconteceu nos últimos meses, só prova improviso e um detestável autoritarismo na forma de decidir.

Deputados Rui Ramos e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foram legítimas as esperanças dos docentes neste novo ciclo da Educação nos Açores. E se é certo que as duas revisões já feitas do Estatuto da Carreira Docente nesta legislatura permitiram retirar algumas perversidades e anacronismos, a verdade é que alguns permanecem e aguardamos com expectativa a terceira revisão que está em curso e que naturalmente subirá a esta Assembleia no decurso do próximo ano. Mas, seguramente, a decisão de realizar concursos docentes de quatro em quatro anos não ajudará em nada a reganhar a motivação e a esperança de muitos dos docentes dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O próximo ano letivo de 2012-2013 será o primeiro em que todos os alunos que este ano estão no 9º ano de escolaridade pela primeira vez, serão obrigados ao cumprimento de 12 anos de escolaridade obrigatória. Com a sua implementação são expetáveis dificuldades acrescidas nas escolas, sobretudo devido ao prolongamento da permanência de alunos que se recusam simplesmente a aprender. Por isso, já tardam as orientações para as escolas sobre o alargamento da escolaridade obrigatória, já tarda a prometida e sucessivamente adiada nova carta escolar e já tarda o famoso estudo que se dizia que se estava a fazer sobre as implicações do alargamento da escolaridade obrigatória nas escolas dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma legislatura caminha para o seu fim. Infelizmente, não podemos dela dizer que, na educação, os resultados conseguidos dão-nos o conforto de termos

gerações melhor preparadas para enfrentar com êxito as dificuldades dos tempos de hoje. A revelação hoje feita pelo INE das estatísticas da educação em muitas ilhas dos Açores, por comparação com o todo nacional, aponta para números preocupantes. E nem as soluções específicas propostas para combater o nosso persistente mau desempenho nos vários estudos internacionais foram concretizadas.

No resto fica-nos a errância de medidas voluntaristas, que se implementam hoje e amanhã se cancelam, num setor que claramente perdeu consistência e coerência política.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os tempos.

Secretário: Governo – 167 minutos

PS – 191 minutos

PSD – 87,5 minutos

CDS/PP – 38,5 minutos

BE – 12, 5 minutos

PPM – 2,5 minutos

PCP – 1 minuto

Presidente: Vamos voltar ao nosso debate.

Tem palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Gostaria, em primeiro lugar, de lhe dizer que na sua intervenção há uma série de afirmações que pecam eventualmente por pouco esclarecimento ou por défice de informação, digamos assim.

Desde logo, as questões que levanta que estão determinadas como grandes objectivos do Programa do Governo, as duas únicas que levantou e que acusava o Governo de não as ter implementado:

- a rede de ligação para ligar todas as escolas;

Devo dizer-lhe que no decorrer deste ano foi aberto um concurso público neste sentido, foi adjudicado a uma empresa e neste momento temos escolas piloto a experimentar o novo Sistema Integrado de Gestão Escolar, ou seja, um sistema que vai permitir que as escolas falem todas a mesma linguagem em toda a Região.

Como é evidente, tínhamos duas possibilidades: arrancar automaticamente em todas com o risco que isso teria se eventualmente alguma coisa corresse menos bem, estar disseminado por 40 unidades orgânicas do sistema educativo regional e a opção, julgamos nós a mais acertada, de arrancar de forma experimental em algumas delas. Está constituído o grupo de trabalho que faz o acompanhamento deste processo, ou seja, que detecta os lapsos, as lacunas, as melhorias que podem ser feitas ao sistema para que ele funcione de forma integrada.

Portanto, foi adjudicado durante este ano. Chama-se SIGE – Sistema Integrado de Gestão Escolar.

- as bibliotecas escolares;

Este é também um dos objectivos que o Governo Regional está determinado a cumprir.

Como sabe será cumprido no âmbito do desenvolvimento do Plano Regional de Leitura que se iniciou no decurso deste ano e é um dos objectivos primordiais desse plano que haja esta articulação em rede com as bibliotecas regionais.

Vai ser dada formação quer a bibliotecários, quer a professores que estão nas bibliotecas das escolas para poderem também eles operacionalizar esse sistema.

Portanto, este também não é, ao contrário do que disse, um objectivo descorado.

Por outro lado, quanto ao Programa Oportunidade, eu tive a oportunidade de dizer daquela tribuna que este efectivamente é um dos programas que o Governo teve a coragem de criar, porque se percebeu muito cedo que não

bastava colocar os alunos todos no mesmo percurso escolar e depois exigir que todos tivessem sucesso.

Portanto, com o Oportunidade e com outros programas, damos vias alternativas que têm permitido taxas de progressão significativas como eu dali disse.

Qual é a situação do Programa Oportunidade?

Foi decidido incluir um par pedagógico no Programa Oportunidade e, passados dois anos da sua implementação, foi feito o estudo e a análise dos dados que daí resultaram.

O que percebemos é que nalgumas situações este acréscimo de recursos humanos não trazia o correspondente acréscimo de resultado.

O que é que se pretende com o Programa Oportunidade?

Por um lado, que os alunos tenham taxas de progressão, progressivamente, passo a redundância, maiores e por outro lado que transitem do programa específico em questão para um programa do ensino regular. Ora, isto não se verificou da forma que entendemos que deveria ser feito.

Alterámos então o enquadramento do Programa Oportunidade com outras circunstâncias que entendemos que são mais benéficas do que o simples facto de ter dois docentes por turma.

Vou citar alguém que é absolutamente insuspeito para o Sr. Deputado Costa Pereira, um senhor que escreveu um livro que se chama “Difícil é educá-los” e chama-se David Justino. Diz esta coisa límpida:

“A ideia pré-concebida de que menos alunos por professor é favorável a melhores aprendizagens, está hoje absolutamente demonstrada que não tem qualquer fundamento”.

Deputado João Costa (PSD): Os ratings que o digam!

A Oradora: Sr. Deputado, eu também partilho desta ideia e também partilho que, no caso, o Programa Oportunidade não serviu, não trouxe melhorias.

Os números que temos indicam o contrário. Portanto, não faz sentido.

Era de uma absoluta irracionalidade, persistir na dupla pedagógica quando os resultados até pioraram.

Quanto à questão da desburocratização do ensino, estamos em fase final de alteração do Regulamento de Gestão Administrativa de Alunos que sairá em muito breve trecho, não só com esta, mas com muitas mais alterações que do nosso ponto de vista beneficiam, desburocratizam e tornam o sistema educativo regional mais eficaz.

Em suma, o que lhe quero dizer é que quando se fazem algumas afirmações é sempre útil estar-se bem informado e de nada serve acusar o Governo de não fazer algo que ele até obviamente já está fazendo.

A educação é efectivamente um dos sectores, Sr. Deputado, onde temos conseguido resultados significativos, uma melhoria constante desses resultados. Não temos os resultados que gostaríamos de ter, mas temos melhorado sistemática e continuamente e isso é também muito importante.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Costa Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária Regional da Educação:

A Sra. Secretária, sob a aparência de me contradizer, confirmou tudo o que eu tinha dito. De facto, ao fim de quatro anos, sobre a implementação do Programa de Gestão Informática, acabou de dizer que ele está em experiência, logo a rede não está a funcionar nas escolas dos Açores. Era isso que estava proposto no Programa do Governo.

Relativamente ao Programa de Acesso às Bibliotecas e Museus disse que isso era um dos objectivos a cumprir. Portanto, neste momento, não está a funcionar. O que eu disse era verdade, aquilo que eu descrevi é rigorosamente a situação actual.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Não, não é!

O Orador: E esses eram objetivos cruciais que o Governo Regional apontava para esta legislatura. Vamos entrar no último ano de exercício do atual Governo e eles não estão cumpridos.

Quanto à questão do Programa Oportunidade, a Sra. Secretária referiu que tinha feito um estudo e uma análise à situação e verificou que os resultados desse programa pioraram.

Eu faço um desafio à Sra. Secretária: divulgue publicamente quantos alunos estão no Programa Oportunidade...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): É público! Vá ao portal da educação!

O Orador: ... e quantos, até hoje, cumpriram o objectivo primordial do programa que é recuperar a sua escolaridade e regressar ao currículo normal. Quantos?

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Muito bem!

O Orador: Diga-me quantos, porque a senhora diz que eles fazem progressões, mas a progressão que eles fazem é apenas cumprir a escolaridade obrigatória e manterem-se absolutamente iletrados.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Está a ser injusto, Sr. Deputado!

O Orador: Há alunos nas escolas do 3º ciclo, no Programa Oportunidade II e no Programa Oportunidade III que nem ler sabem, Sra. Secretária.

Pergunte aos professores que estão no terreno.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): É verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Não sei se há mais algum pedido de esclarecimento. Creio que não. Assim sendo passamos para a intervenção seguinte. Para tal dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Início esta minha intervenção com uma frase de Jorge Luís Borges: “Estas coisas estão tão fundas em nós que só podem exprimir-se mediante esses símbolos vulgares que partilhamos.”

A Educação é uma dessas coisas que estão tão fundas em nós, Partido Socialista e os seus governos nos Açores. E os símbolos vulgares são as palavras que aqui

utilizamos para tentar definir o que é para nós Educação, mas nenhuma palavra ou nenhum número definem Educação para os socialistas açorianos tão bem como a acção e a obra dos seus governos nos anos que levam de comando na melhoria da qualificação de TODOS os Açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Os Açores dispõem, hoje, da geração mais bem preparada de sempre. Uma geração que, talvez pela primeira vez na História, não se sente isolada do mundo, mas, sim, como parte integrante de um mundo global, através do acesso às novas tecnologias.

Este é o capital mais valioso dos Açores. Este Governo nunca teve um discurso resignado na Educação. Podia ter considerado como o PSD/Açores, que acha que os males dos Açores são uma inevitabilidade.

Mas não. Na Educação, como em vários outros sectores, o Governo Regional foi arrojado, competente e mesmo inovador ao nível do país.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: São vários os exemplos em que liderámos, como no caso dos estatutos, em que o resto do país veio aos Açores beber os princípios e replicar as soluções.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uiii!

A Oradora: Nós não somos melhores do que os outros, mas trabalhamos muito melhor do que outros. Disso não há dúvida.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): Presunção e água benta cada um toma a que quer!

A Oradora: Mas mais do que isso. Não segmentámos a Educação. O Ensino regular e o profissional não são, como já foram, antagónicos. Não são, como já foram, um para os bons alunos e o outro para quem não queria estudar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Recusámos estes estigmas, valorizámos o ensino profissional, descentralizando-o e elevando-o ao patamar que os jovens formandos merecem

e ao qual responderam com competência e prémios nacionais e internacionais nos concursos mais exigentes das profissões.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Construímos escolas em todas as ilhas, renovámos currículos, estabilizámos o corpo docente, contratámos profissionais para as escolas, equipámos ginásios, laboratórios e refeitórios e valorizámos cada aluno como ele é.

Não o construímos sozinhos. Fizemo-lo em diálogo permanente com os professores, através dos seus representantes e com os pais e encarregados de educação e demais instituições envolvidas na comunidade educativa.

As escolas deixaram de ser armazéns de alunos, entregues de manhã pelos encarregados de educação e levantados ao final do dia.

Passaram a ser espaços de vivências múltiplas, quer ao nível dos conteúdos formais quer ao nível dos conteúdos informais que vão desde a prática desportiva às experiências artísticas,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): A Sra. Deputada já não dá aulas há muito tempo!

A Oradora: ... passando pelos ousados projectos de inovação, criatividade e solidariedade que têm granjeado prémios e reconhecimento nacional e internacional como os recentes casos do reconhecimento da Escola Secundária de Lagoa como *escola mentora* pela Microsoft ou o aluno da Escola Vitorino Nemésio que representando Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Física e Informática na Tailândia, em Julho passado, ganhou uma medalha de bronze ou, ainda,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Se calhar isso é mérito do Governo, não é do aluno!

A Oradora: ... a obtenção do 3º lugar no projecto nacional “*Se eu fosse cientista*” pela equipa da Escola Secundária da Ribeira Grande no passado mês de Maio e ainda a parceria que a Escola Básica e Secundária de Vila do Porto tem com a ESA para o desenvolvimento do projecto de construção de um mini satélite que representará Portugal em competição breve na Noruega.

A Educação foi e é uma prioridade nos Açores, ao contrário do que acontece noutras paragens ao abrigo do guarda-chuva da Crise e da Troika, onde os cortes são de tal ordem que só podem ser sinónimo de desorientação e falta de estima e cuidado para com a educação e o ensino público.

Estamos, como de resto sempre estivemos, convictos de que a Educação nunca é uma despesa mas sim um investimento, assumido com orgulho pelos governos do PS/A, como aliás, já foi referido hoje neste debate.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: E é por isso que este plano continua a investir em todas as áreas que à educação dizem respeito com o mesmo enlevo, quer estejamos a falar da permanente renovação e requalificação do nosso parque escolar, da formação dos nossos docentes,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E no Plano? Não têm formação!

A Oradora: ... do apoio social aos nossos alunos, ou da manutenção da estabilidade do nosso quadro de pessoal docente.

Tudo isto a par da contínua melhoria dos instrumentos legislativos que permitem uma maior envolvência da comunidade educativa em toda a dinâmica do processo que qualifica, capacita e habilita as nossas crianças e jovens para os constantes novos desafios que a sociedade, cada vez mais global, nos coloca diariamente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Discurso completamente irrealista!

A Oradora: Não podemos deixar de registar com agrado que o (ainda) maior partido da oposição nesta região está em plena sintonia com as políticas educativas implementadas pelos governos do PS/A.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diz bem... Ainda!

A Oradora: Essa presunção, de acordo, está consubstanciada no facto de que nos três anos que agora se completam desta legislatura, o PSD apenas apresentou um projecto de resolução na área da educação, ao recomendar um estudo sobre o *bullying* nas nossas escolas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Ora, perante isto é lícito depreendermos que estrutural e operacionalmente estão totalmente de acordo com as políticas educativas e mais, sem nenhum contributo que permita melhorias no sistema educativo regional. De lamentar, é que tanta preocupação transmitida pelo Sr. Deputado Costa Pereira, que me antecedeu, seja feita agora e não ao longo da legislatura, quer pelo uso da palavra na tribuna, quer pelo uso da iniciativa legislativa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso não corresponde à verdade, Sra. Deputada!

Deputado Costa Pereira (PSD): Não conhece! Tem que ir aos diários!

A Oradora: Assim é fácil, criticar sem alternativas e sem base.

Mas é o mesmo PSD que no Governo da República mal chegou ao poder cortou a torto e a direito na Educação. Parou a requalificação do parque escolar, cortou drasticamente no número de professores...

Deputado Luís Garcia (PSD): Por que será que o Governo teve que cortar isso tudo?

Deputado Costa Pereira (PSD): Teve que cortar para o Sócrates poder ir estudar para Paris!

A Oradora: ... mesmo que para isso esteja a equacionar a extinção de disciplinas, fusão de outras, diminuição de carga lectiva de outras ainda, fazendo um retrocesso que só encontra paralelo na reforma feita durante o Estado Novo, onde todos sabemos que relativamente à educação bastava saber ler e escrever.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Secretária Regional da Educação prepara-se para fazer isso!

A Oradora: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PS/A coerente consigo próprio reitera aqui o que afirmou e se comprometeu no seu programa eleitoral de 2008, que a Educação é uma história sem fim: se, por um lado, a passagem do tempo, a mudança dos paradigmas educacionais, e sobretudo as características do público alvo – todos os anos com as mesmas

idades, mas sempre com indivíduos diferentes – obrigam a uma constante revisão dos objectivos políticos e das medidas concretas, o grande objectivo de medida educativa permanece o mesmo. Qualquer governação responsável terá necessariamente consciência de que os grandes problemas da educação serão sempre problemas sem uma solução definitiva: todas as vezes que se julga atingir o objectivo pretendido e anteriormente definido, novos desafios, que é necessário avaliar, enquadrar e definir como novos objectivos, se perfilam no horizonte. A realidade *mudança* é, também ela, determinante.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberta a inscrição para pedidos de esclarecimento.

Creio não existirem. Assim sendo, vamos fazer um intervalo de meia hora.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 25 minutos.

Até já.

Eram 17 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecia muito que reocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 33 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com uma intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça, ao qual dou a palavra.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No Programa do Governo Regional, apresentado no início desta legislatura, foram estabelecidos sete grandes objetivos no âmbito do desporto regional:

aumentar a prática desportiva e desporto federado; aumentar a oferta e melhorar a qualidade das instalações desportivas; aumentar o número de agentes desportivos não praticantes e melhorar a qualidade da sua intervenção; reforçar a posição do desporto açoriano no contexto nacional e internacional; promover a melhoria da organização e gestão do movimento associativo; promover o aumento dos índices globais de prática de atividades físicas e desportivas não codificadas da população em geral e por último promover e aumentar a prática do desporto escolar.

O valor global apresentado no Plano ascende a 12 milhões de euros, totalizando, ao longo da legislatura, quase 58 milhões e meio de euros na promoção e desenvolvimento do desporto açoriano.

No Projeto de Instalações e Equipamentos, salienta-se a evolução que esta rubrica teve em comparação com 2011, com uma variação positiva de 56,13%. Corresponde a uma aposta direcionada ao reforço das instalações desportivas, quer ao nível da sua qualidade e operacionalidade, quer ao nível da disponibilização em locais mais carenciados e descentralizados, como é o caso do Polidesportivo do Corvo, e a construção de Pavilhões no concelho de Nordeste e em Angra do Heroísmo.

Sobre as Atividades Desportivas importa referenciar o reforço ao nível da atividade física e desportiva adaptada, aumentando em 103,81% comparativamente com o ano de 2011, devido à realização do próximo campeonato do mundo de atletismo adaptado para portadores de síndrome de Down que irá decorrer na Região.

Esta é uma área que merece particular atenção numa perspetiva de plena inclusão social dos cidadãos portadores de deficiência, da qual a atividade física e desportiva pode ser um elemento chave na sua afirmação pessoal e na comunidade envolvente.

O Plano para o ano 2012 pretende, manter a facilidade de acesso às instalações ou às atividades desportivas sem qualquer tipo de discriminação, incluindo os açorianos que apresentam potencialidades, assim como às pessoas com

deficiência, com vista a combater as assimetrias regionais e contribuindo para a inserção social e coesão nacional.

A Secretaria Regional da Educação e Formação e Direção Regional do Desporto podem assumir, sem qualquer receio, a visão de serem uma referência nacional em termos de organização, relação de proximidade e colaboração com as entidades do movimento associativo desportivo e da criteriação e transparência de procedimentos de concessão dos apoios.

Podemos nos orgulhar das políticas desportivas que este governo ao longo dos anos tem colocado em prática, e os números comprovam claramente este sucesso. 40% dos atletas federados na região são de escalões de formação. Em comparação com os 22% do Continente e os 28% da Madeira.

A Taxa de Participação Absoluta na região é de 9,04%, o que corresponde a 21.844 atletas federados. Possuímos a mais alta Taxa de Participação Absoluta do País, em comparação com a Taxa da Madeira que se situa em 6,8% e no território continental em 4,8%.

Existem 257 clubes com atividade repartida por 8 ilhas, dos quais 190 celebram Contratos Programa com os serviços de desporto relativos a apoios à atividade de treino e competição dos escalões de formação, correspondendo a mais de 850 equipas.

A prática por parte do sexo feminino, fruto da orientação e medidas implementadas, no sentido de promover a igualdade de oportunidades de prática entre os géneros, apresenta, em 2010/2011, 6.353 atletas, o que corresponde a cerca de 30% da prática. Valor superior aos 24% do continente e da Madeira. Importa aumentar a adesão de atletas femininas no quadro federado regional, sendo este um desafio que se coloca não só na Região mas em todo o território nacional.

A atividade competitiva nacional de regularidade anual movimentou durante a época 2010/2011, um total de 51 equipas. O grande objetivo de afirmar o desporto açoriano no contexto nacional e internacional está a ser plenamente alcançado como o demonstra as classificações em 2010/2011 (a melhor época de sempre para as equipas açorianas). Estas participações nacionais e as provas

regionais terão originado 21.257 desembarques de passageiros, ou seja, 3,95% do total de desembarques numa época desportiva.

O Projeto “Escolinhas do Desporto”, que visa contribuir para a prática generalizada das atividades físicas e desportivas a crianças de ambos os sexos entre os 6 e os 10 anos nas escolas do 1º ciclo do ensino básico. Na época 2010/2011 atingiu-se um valor único de 5.500 crianças. Este projeto não tem qualquer paralelo no todo nacional.

O Projeto de apoio à atividade de treino e competição dos escalões de formação beneficia mais de 850 clubes com um investimento que ultrapassa os 1,8 milhões de euros, tornando os Açores únicos neste apoio direto aos Escalões de Formação.

Com o objetivo de disponibilizar as infraestruturas existentes na região para todos, o Programa Desporto para Todos, para a promoção da atividade física e desportiva generalizada pela população, procurando aumentar a qualidade de vida e de promoção da saúde. Dentro deste programa, o Desporto Escolar, projeto que se dirige e se desenvolve dentro do sistema educativo abrangendo os alunos do 2º, 3º ciclo, secundário e os alunos do Regime Educativo Especial do 2º ciclo, as iniciativas pontuais Megasprinter/Mega Salto e Corta Mato Escolar mobilizam por ano em média 30 unidades orgânicas de todas as ilhas e registam mais de 5.000 participações de alunos.

Em relação ao índice de participação no Desporto Escolar na sua globalidade, os dados do ano 2009/2010 revelam que a percentagem de participação no continente se fica pelos 16%, enquanto que na Região ultrapassa os 41%.

Visando a promoção de atividade física e/ou desportivas de carácter regular, sem enquadramento competitivo formal e oficial, junto da população adulta de ambos os sexos, o projeto “Açores Activos” apresenta 87 entidades inscritas movimentando mais de 3500 adultos.

O Projeto “Atividades Física e Desportiva Adaptada” com a participação de pessoas com incapacidades/deficiências em atividades físicas e desportivas verificam um crescimento da atividade, com a participação de cerca de 750 cidadãos portadores de deficiência. Em 2011 conseguiu-se o seu expoente

máximo na vertente desportiva com vários êxitos a nível nacional e até internacional pela obtenção de um primeiro título de recordista e campeã mundial no atletismo adaptado para o Síndrome de Down.

As condições para a prática desportiva são enormes, não esquecendo que um pouco por toda a região as instalações desportivas escolares são agora de qualidade muito assinalável e cumprindo o desígnio de estarem ao serviço da comunidade em geral, após a atividade letiva, promovendo assim de uma forma única a nível nacional a possibilidade de combate ao sedentarismo da população em geral e de otimização e rentabilização de recursos.

No entanto, parece oportuno mencionar que ainda é preciso fazer mais, de forma a reequilibrar a localização geográfica destas infraestruturas, uma vez que em muitos concelhos existe esta necessidade, como é o caso de Ponta Delgada e Nordeste, onde o poder local pouco faz para apoiar realmente o desporto e a atividade física continuada ao longo do ano, e onde o Governo Regional tem atuado isoladamente para combater essas lacunas do poder local. Em alguns casos, o poder local constrói mas não os abre ao público.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo criou condições para a atividade física e o desporto chegarem a mais açorianos.

Nos Açores, os jovens e as crianças são o foco principal da política desportiva. Esta é uma linha orientadora que este Governo tem apostado na região e que merece continuidade de modo a que a nossa juventude adquira o hábito da prática desportiva continuada a nível do alto rendimento ou apenas na prática continuada ao longo da sua vida combatendo o sedentarismo.

Hoje, temos mais e melhor desporto, temos atletas mais qualificados, técnicos mais acreditados e mais e melhores instalações desportivas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: O desenvolvimento que tem ocorrido na Região no que concerne o desporto federado e a prática da atividade física continuada deve-se não só ao Governo e seus incentivos, mas também aos clubes, associações desportivas e

seus dirigentes. Com um papel preponderante pois são eles os mais próximos das populações.

No Programa da Juventude “Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis”, está envolvido apoios para o combate ao sedentarismo, através de programas desenvolvidos por diversas associações juvenis da região, como foi durante o ano 2011, o Campo de Férias “Aprenda Hábitos de Vida Saudáveis” direcionado só para crianças e jovens com excesso de peso e obesidade.

Através da resolução do Concelho do Governo Regional, foi criado o projeto para prevenção e tratamento da obesidade infantil da região, contratando 9 nutricionistas para os centros de saúde e unidades de saúde de ilha, criando condições para promover o hábito de alimentação equilibrada na nossa sociedade.

Com os resultados de 2011 e aquilo que aqui é apresentado como proposta para 2012, o Governo claramente cumpriu os seus objetivos pretendidos...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quais objetivos?

O Orador: ... no início desta Legislatura, criando assim uma sociedade mais desenvolvida no âmbito da atividade física e desportiva, mas também uma Região com melhores hábitos de vida.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Tem a certeza?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimentos, Sras. e Srs. Deputados.

Creio não haver pedidos de esclarecimento. Assim sendo passamos para a intervenção seguinte. Para tal dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O secretário mais activo do executivo!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O percurso muito positivo em matéria de Ciência, Tecnologia e Comunicações comprova-se por vários indicadores estatísticos e pelos projectos executados. Não vamos recuar ao tempo em que era governante a líder do PSD, ...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O senhor estava a trabalhar tão bem! Porquê se meter por aí?

O Orador: ... ou seja, a 1995, onde nem havia um sistema de incentivos nas áreas da ciência e tecnologia, ou só pontuavam apoios avulsos à Universidade dos Açores e a projectos de investigação científica, ou mesmo ao tempo em que não existia uma rede de centros de divulgação científica (existem agora seis, visitados por mais de 62.000 pessoas entre 2009 e Junho do corrente ano), nem uma rede de espaços de tecnologias de informação e comunicação (mais de 80 Espaços TIC), ou, do tempo em que só 7,6% de açorianos tinham computadores pessoais,...

Deputado João Costa (*PSD*): Telemóveis, nem se fala!

O Orador: ... enquanto que a média do país já se situava nos 20%.

Falamos de uma outra caminhada, em que trabalhamos com o Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação (PICTI) e, em breve, com um novo diploma relativo ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, que será discutido nesta Assembleia. Quer dizer, renovámos e mudámos o que, entretanto, criámos, justamente aquilo que o maior partido da oposição nunca soube fazer, acantonado que tem estado atrás de sucessivas lideranças...

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Isso deve ser para o Sr. Secretário da Economia!

O Orador: ... e muito centrado no pânico fundado nos veredictos inquestionáveis dos açorianos resultantes da ausência de um projecto para os Açores.

Temos hoje uma Região a par do Algarve e só Lisboa apresenta melhores indicadores em matéria de Tecnologias de Informação e Comunicação. Isto

verifica-se por exemplo, ao nível da posse de computadores pessoais (61,2%), na utilização de comércio electrónico para fins privados, no número de agregados domésticos com computador em casa e ainda naqueles que têm acesso à Internet em banda larga. Estes dados são tão mais significativos quando partimos de patamares em que estávamos no ano 2002 atrás da maioria das Regiões do País.

Além disso, os Açores são a Região do País em que tem havido uma aposta clara nas tecnologias espaciais, em particular no que se refere a infraestruturas no âmbito do segmento terrestre. Temos, em Santa Maria, a única estação da ESA em Portugal e o Centro de Vigilância Marítima do Atlântico Norte. Iremos integrar, também, a Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, com uma estação VLBI em Santa Maria e outra nas Flores. Em Santa Maria caminhamos, com humildade mas segurança, para aquilo que no futuro pensamos que poderá ser um “cluster espacial”. A Região Açores é, ainda, a única Região do País que integra a Associação Europeia das Regiões da Europa que utilizam Tecnologia Espacial (NEREUS), fazendo parte integrante do seu Conselho Directivo.

Deputado João Costa (PSD): E tirando a Madeira, é o único arquipélago!

O Orador: Em 2009, apresentámos 22 medidas na área da Ciência, Tecnologia e Comunicações para desenvolver nesta legislatura. Hoje podemos afirmar que 20 já estão concretizadas e duas ainda não executadas.

Queremos, dentro dessas medidas, destacar os diversos concursos lançados para apoio à aquisição de equipamentos e de *software* na área das tecnologias da informação e comunicação para cidadãos portadores de deficiência e para instituições com infraestruturas para o seu apoio, bem como para apoio a acções de formação na área das TIC, especialmente dirigidas a cidadãos portadores de deficiência.

Deputado João Costa (PSD): Ao contrário da Secretaria da Economia, a sua secretaria tem sido um sucesso!

O Orador: No que respeita ao apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na sociedade do conhecimento, foram apoiados inúmeros projectos

(aquisição de equipamentos informáticos e *software*), num valor superior a 1 M€. Continuamos a reforçar o investimento no âmbito das medidas de apoio aos cidadãos portadores de deficiência e criámos, paralelamente, regulamentos, até agora inexistentes, destinados a aprofundar as suas competências na área das TIC e abrangendo a componente de formação.

Entretanto, desenvolvemos outras medidas e acções no decorrer desta legislatura que não estavam previstas como:

a) a Comissão Interdepartamental para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CICTI) – para poderemos aferir de todos os apoios em vários departamentos do Governo;

b) um novo Regime jurídico relativo ao acesso a recursos naturais, para fins científicos, (um diploma trazido a esta casa e que já está nesta casa para ser debatido), para a partilha justa e equitativa dos recursos naturais e genéticos dos Açores, no âmbito daquilo que foi designado por Protocolo de Nagoya em Novembro de 2010, onde 190 países concordaram e acordaram, sobre os auspícios da ONU, haver partilha de recursos com benefícios para os países donde eles eram originários;

c) aprovámos um Novo Regulamento Geral de Bolsas de Investigação Científica e de Apoio à Gestão do FRCT, adequando-o à actual envolvente da investigação e desenvolvimento, tendo por base a experiência acumulada ao longo dos últimos anos e o diálogo com outras instituições de referência, como sejam a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT);

d) Criámos uma Fototeca - um projecto que consistiu no desenvolvimento de uma plataforma de disponibilização do Arquivo Fotográfico Online;

e) Criámos a Rede Prestige Azores - uma ferramenta de trabalho, de auscultação de opiniões especializadas, interligando açorianos espalhados pelo mundo que ocupam posições de destaque em áreas cruciais para a ascensão dos Açores à sociedade do conhecimento e da inovação;

f) estamos a coordenar a elaboração de um Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores – projeto em curso, a concluir em 2012.

Vamos continuar o apoio à Universidade dos Açores, nomeadamente no que respeita à tripolaridade, onde só nesta legislatura investiremos mais de 1,6 milhões de euros através dos protocolos anuais.

Deputado Luís Garcia (PSD): São muitos milhões!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto cheira-me a campanha!

O Orador: Outrossim, são muito significativas as verbas transferidas pelo Governo dos Açores nos últimos cinco anos destinadas a apoiar diversos tipos de projectos num montante superior a 44 milhões de euros. Acreditamos, deste modo, que o investimento na Sociedade do Conhecimento trará, de modo crescente, sustentabilidade à autonomia regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à rede viária regional e aos transportes terrestres, refira-se que o número de veículos automóveis em circulação na RAA cresceu 31,5 % de 2003 para 2010 (97 mil veículos para mais de 127 mil) e simultaneamente a sinistralidade rodoviária tem decrescido para cifras que, sendo as mais baixas do país e das menores da Europa, impõem uma atenção redobrada e continuada à prevenção rodoviária.

É certo também que a nossa rede viária regional, muito depauperada há uma década, agora se apresenta maioritariamente renovada em todas e cada uma das nossas ilhas.

Deputado Luís Garcia (PSD): E a estrada do mato aqui no Faial também!

O Orador: Nesta legislatura continuaremos a modernizar a pequena parcela do sistema viário regional que ainda falta melhorar. Quanto à maior obra pública jamais realizada nos Açores, ela tem motivado satisfação e orgulho legítimos da grande maioria dos açorianos e os queixumes, ciúmes e rumores contraditórios do PSD, por vezes,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... que muitas vezes tem resvalado para o velho silogismo “para dizerem uma verdade já precisam de desmentir as suas próprias inverdades”.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: É assim que ficarão na história deste projecto.

Noutra dimensão, temos dado grande importância aos transportes colectivos de passageiros com reformas estruturais através do Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação de Frotas no Transporte Colectivo Regular de Passageiros (SIRIART), permitindo a aquisição de 185 novos autocarros de 2002 a 2010, o que corresponde a uma renovação da frota superior a 80% e num investimento público e privado de 29 milhões de euros (cabendo 17,3 milhões euros ao SIRIART). Como recentemente o Governo conseguiu prorrogar o programa SIRIART junto da Comunidade Europeia, até 2013. Em 2012, continuaremos a apoiar a renovação das frotas das concessionárias que neste momento já é superior, como dissemos, a 80%.

Os oito sub-sistemas de transporte coletivos de passageiros são agora todos geridos por privados e a reforma realizada passou igualmente pelo estabelecimento de novos horários, itinerários e tarifários mediante concursos públicos e apoios à prestação de serviços públicos. Melhoria da segurança, redução da factura energética, ganhos ambientais com redução da emissão de gases poluentes, atractividade do transporte colectivo de passageiros e direccionamento de medidas para estratos populacionais mais carenciados com políticas de preços baixos, têm garantido um justo equilíbrio no esforço das famílias com os transportes colectivos de passageiros.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da Protecção Civil, elegemos a formação de bombeiros e a emergência pré-hospitalar como prioridades nesta legislatura. Em 2010 já tínhamos ministrado 14 cursos diferentes aos bombeiros da Região quando há dez anos só havia 4 cursos.

Igualmente ao nível da Formação e sensibilização da população para os riscos, há muito que não nos circunscrevemos a panfletos temáticos e em 2010 avançámos para 8 cursos de segurança para crianças, idosos, pessoal docente e discente para além de seminários temáticos e cursos para jornalistas. Só o

projecto “Escola Segura”, para alunos do 1º ciclo, vão abranger em 2011 e 2012, 155 escolas e chegar a 11500 crianças; de igual modo, o projecto “Clubes de Protecção Civil” para os 2º e 3º ciclos abrangerão 15600 alunos em 2011 e 2012.

No quadro do apetrechamento dos corpos de bombeiros, em 2011, existem 191 viaturas de combate ao fogo, de comando e de apoio, e 7 embarcações de socorros a náufragos. Disponibilizadas gratuitamente aos corpos de bombeiros, completamente equipadas segundo o standard regional, mais atuais que a média do País, com idade média inferior às do País e com um rácio superior ao existente no restante do País.

Em infraestruturas físicas temos uma obra que corresponde a um investimento superior a 22M€, disponibilizadas gratuitamente às associações humanitárias de bombeiros, completamente equipadas, em média de maior qualidade e dimensão que o restante do País. Aliás, em matéria de financiamento aos bombeiros, a Região é impar no todo nacional. Por outro lado, é o Governo que suporta o pagamento dos custos de Infraestruturas, Viaturas, Combustíveis, Remunerações dos Tripulantes de Ambulância, Apoios em fardamento, equipamento diverso e equipamento de protecção individual, Formação gratuita, Consumíveis para as ambulâncias, Reparação de quartéis, Reparação de viaturas, Ligação à internet e Gratificação aos comandantes dos corpos de bombeiros voluntários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também é verdade que há muitos anos temos uma boa Rede de Comunicações de Emergência do SRPCBA, mas neste caso a Protecção Civil Açoriana utiliza agora um sistema de Informação Geográfico aplicado diariamente nos domínios do planeamento, de emergência, prevenção, previsão e socorro.

A outra prioridade desta legislatura, a emergência pré-hospitalar, sinaliza-se não só pelas 102 ambulâncias ao serviço como pelos 193 tripulantes que o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores paga anualmente, havendo já 78 tripulantes de ambulância de socorro com formação em Suporte Básico e Suporte Avançado de Vida nas Vitimas de Trauma no Pré-Hospitalar

(PHTLS) e 60 com este curso e com a valência de desfibrilação automática externa (DAE). Brevemente, entrará em funcionamento as ambulâncias SIV (Suporte Imediato de Vida) ainda este ano na Terceira e S. Miguel e em 2012 nas restantes cidades açorianas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos deste modo perante um Plano em 2012 que, mais do que continuar a implicar novos e bons resultados insofismáveis, define o aprofundamento de uma estratégia coerente e inovadora em matéria de Ciência, Tecnologia, Comunicações, Equipamentos, Transportes Terrestres e Protecção Civil, merecedora (acreditamos) da confiança renovada das açorianas e dos açorianos no próximo ano, contra velhos e velhas do Restelo,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que amiúde trocam os Açores pelo seu partido!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimentos, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos começou a sua intervenção numa versão nostálgica: ainda sou do tempo em que não havia nada e depois de eu chegar apareceu tudo! É essa visão providencial que o Sr. Secretário várias vezes aqui nos tem trazido.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já o senhor não podia fazer uma coisa dessas!

O Orador: Mas o senhor podia, porque tem exemplos para isso.

Mas vamos ao que interessa.

Todos reconhecerão que o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores é um serviço de vital importância na prevenção e no processo de socorro e salvamento das populações desta região.

Dentro dos vários agentes da protecção civil obviamente que as corporações de bombeiros são, diria eu, o elo mais forte em toda essa cadeia, que deve actuar de forma coesa e concertada.

Infelizmente várias são as notas e os registos, embora muitos em surdina (aliás isto não é de estranhar), de que reina um grande mal-estar dentro de muitas corporações, pois a sua situação ou a situação em que se encontram é muito, muito difícil.

Assim, importa perceber o fundamento das queixas e das denúncias. Por isso, Sr. Secretário, lhe pergunto:

Há quanto não são actualizados os subsídios aos bombeiros, relativos ao pessoal das ambulâncias?

É ou não verdade que já há corporações a vender viaturas, ambulâncias semi-novas, para pagar dívidas e resistir por mais algum tempo?

É ou não verdade que as chefias, o Comando Regional, já não responde às comunicações das corporações ou então leva meses a fazê-lo?

Como comenta a desarticulação entre as chefias e as várias corporações ao ponto de alguém dizer “são meia dúzia de generais sem exército”?

Como explica a mudança, agora as viaturas são cedidas às corporações e não cedidas definitivamente como acontecia no passado?

Como interpreta a saída de vários comandantes com elevada formação?

Deputados António Ventura e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Que critério tem presidido ao investimento em infraestruturas nesta Região no que respeita a instalações para as corporações de bombeiros?

Ao falarmos desta questão da protecção civil obviamente que num momento como este eu não poderia também deixar de o questionar porque este plenário irá aprovar o último Plano e Orçamento desta legislatura de quatro anos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E do PS!

O Orador: Mas antes desta legislatura já houve outra de igual período, ou seja, mais quatro anos.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Por essa ordem, também estou aqui porque já cá estive 3 anos antes!

(Risos da bancada do Governo)

O Orador: Sei que esse riso é para disfarçar o incómodo, prevendo já aquilo que aí vem.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Incómodo?

O Orador: O senhor se calhar também vai ficar incomodado.

Foi precisamente ao longo dessas duas legislaturas que, ou nos programas eleitorais do Partido Socialista ou pela boca do Sr. Secretário Regional que acabou de intervir, ou nos anúncios públicos provenientes da sua boca, como já referi, particularmente em momentos difíceis da vida dos povoacenses, foram assumidos vários compromissos públicos para melhorar a rede viária que serve o concelho, já não bastasse essa injustiça que ninguém percebe de deixar o concelho da Povoação fora do plano viário de São Miguel, ou seja, dentro do plano SCUT.

“A legislatura ainda não acabou”, dizia o Sr. Deputado José San-Bento o ano passado quando interpelei o Sr. Secretário sobre este mesmo tema. “Nós ainda vamos cumprir os objectivos e as promessas que fizemos aos povoacenses”.

Só que já não há tempo e as dotações não estão inscritas neste Plano. Por isso pergunto-lhe, Sr. Secretário, e este é pois o momento, como alguns diriam, do juízo final e de lhe voltar a perguntar:

Onde está a estrada alternativa à Ribeira Quente?

Onde está a estrada alternativa, à alternativa da Ribeira Quente pelo Agrião?

Onde está o famoso túnel, esse que o senhor um dia anunciou, que reunia estudos vindos de todas as proveniências? Ninguém chegou a ver a luz ao fundo dele.

Onde estão as intervenções no troço da estrada regional Furnas/Povoação que o senhor o ano passado aqui jurou a pés juntos que ia fazer?

Não venha dizer que é aquela intervenção no início da Vila, porque essa foi em consequência de uma calamidade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vai ser uma piscina!

O Orador: Onde está o Plano de Prevenção de Cheias, Sr. Secretário, da Povoação que incluía e implicava a construção da estrada dos Arrastadores para o qual o senhor anunciou sete pontes, várias bacias de retenção e a ligação entre a Lomba do Cavaleiro e a Lomba do Alcaide?

São estas as perguntas, para já, que tinha que lhe fazer.

Deputados António Ventura e João Costa (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rápido.

Em primeiro lugar, em matéria de protecção civil, o Sr. Deputado deve estar a fazer uma interpretação abusiva, porque deve conhecer provavelmente um quartel que tem algumas dificuldades.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Madalena, Povoação, Horta...

Há tantos quartéis!

O Orador: Devo só lembrar-lhe que os corpos de bombeiros são associações privadas de direito público. Gerem e são responsáveis pelo seu financiamento.

Cabe ao Governo aquilo que tem feito e bem, ter financiado todas aquelas acções que eu acabei no meu discurso de dizer. Aliás, as associações estão a fechar no país porque não têm o financiamento que nós temos aqui.

Mas mesmo o financiamento que damos aos tripulantes de ambulância é um financiamento muito alto. Há tripulantes de ambulância que ganham mais do que um licenciado em início em carreira.

Em relação à questão das viaturas, até há algum tempo tinham essa possibilidade de serem vendidas, viaturas que o Governo pagava e que as associações detinham. Para não acontecer esse tipo de vendas que nós não

conhecemos, todas agora são baseadas num contrato de comodato para que não haja essa posse da associação.

Em matéria de estradas o Governo tem feito uma grande obra de estradas, também em São Miguel.

O concelho da Povoação teve um grande investimento na estrada da Ribeira Quente, tem obras de conservação corrente e de manutenção na actual estrada das Furnas.

Não houve, nem há infelizmente recursos suficientes para fazer a obra estruturante entre as Furnas e a Povoação, mas estamos a intervir com seriedade nos pontos mais críticos, para além de uma pavimentação que fizemos mais rápida, há alguns anos a esta parte, e que deu outras características ao piso entre as Furnas e a Povoação.

Em relação à estrada dos Arrastadores, como sabe também, há um projecto conjunto. A Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia já fez e executou dois aquedutos no montante de 400 mil euros. Há um projecto que está a ser revisto pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e a seu tempo esse projecto será decidido quando se considerar que há recursos financeiros para que se resolva essa questão.

De resto, não fomos os autores da célebre visita, em Agosto de 2008, onde o senhor e mais alguns candidatos a Deputados pelo PSD apresentaram o maior projecto de sempre para os Arrastadores, exactamente um projecto que os senhores agora criticam porque vai destruir as árvores que naquela altura já lá estavam.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Não, não! Não diga isso!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não são 15 árvores?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não se preocupe!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez as respostas do Sr. Secretário foram elucidativas relativamente a estas questões.

O Sr. Secretário diz que não houve condições para cumprir estas promessas, mas elas já vêm sendo feitas aos povoacenses há cerca de 8 anos. Por isso essa é uma desculpa de mau pagador.

Não temos ciúmes, Sr. Secretário, do bem que o senhor fez. Temos ciúmes do mal...

Deputada Catarina Furtado (PS): Tem ciúmes do mal?

O Orador: ... daquilo que fez de mal, ou seja, daquilo que não fez.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa:

Chegam ao fim 8 anos de promessas, 8 anos de mentiras e 8 anos de razão das denúncias que aqui fizemos repetidas vezes.

Como se dizia na Povoação, nem com um amigo no Governo, que valia mais do que os outros secretários regionais todos, quando a câmara fosse do Partido Socialista. Afinal de contas continuou tudo na mesma.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Tudo na mesma não! A dívida já baixou!

O Orador: Um rol de promessas! Uma tonelada de mentiras!

Chegados a este momento, Sr. Secretário, os povoacenses e igualmente os açorianos podem constatar como o ilusionismo eleitoral lhes foi servido a frio.

Foi pena, Sr. Secretário!

Se o jogo tivesse sido feito no tabuleiro da democracia – coisa que o senhor nunca fez, ao contrário daquilo que disse num jornal de 9 de Novembro, que ninguém pediu para a Povoação, e isso o senhor sabe que não é verdade – e não no da demagogia, o senhor até era capaz de ficar na História, como há bocadinho ali deu a entender querer estar, quando disse que construiu a maior obra dos Açores.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (André Bradford): Não fui eu! Foi o Governo!

O Orador: O senhor corre o risco de ser lembrado não pelos bons, mas pelos maus motivos, porque, Sr. Secretário, um fracasso, e o senhor sabe, pode comprometer mil sucessos e mil vitórias.

O senhor já deve ter começado a perceber isso nesse hilariante episódio de habilitação de herdeiros, recentemente ocorrido dentro do seu partido.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quantas batalhas ganhou Napoleão?

E porque perdeu Waterloo foi exilado e morreu esquecido em Santa Helena. O pior foi o mal que ele causou aos outros, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (André Bradford): Que eu saiba quem perdeu eleições foi o senhor!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos:

A obra do regime, como sói dizer-se, a SCUT de São Miguel, foi concluída e declarada, com pompa e circunstância, isenta de derrapagens financeiras e os valores anuais a pagar pela obra são os inicialmente previstos.

Sendo uma circunstância que devia ser a regra e não a excepção, pelo inusitado seria motivo de regozijo.

Contudo, a dúvida instala-se após o conhecimento dos números finais.

Contrapondo estes números com as declarações do Sr. Secretário Regional directamente envolvido neste empreendimento, os números são radicalmente diferentes.

Não concebemos, como é evidente, que o responsável directo pelo empreendimento desconhecesse o detalhe da arquitectura financeira e muito menos que o não tornasse público.

Segundo julgamos saber, os contratos das obras públicas não são ainda abrangidos pelo segredo de Estado.

Por isso, Sr. Secretário Regional, lhe pergunto a bem da transparência, a bem da verdade e a bem do fim da polémica, por que é que o Sr. Secretário Regional não torna público o contrato, os eventuais aditamentos e as alterações a todo este processo da obra das SCUT's.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Benilde Oliveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Francisco Álvares, há um dito que diz, e que se aplica muito bem ao senhor: “Não digas o que sabes sem saber o que dizes”.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Começando pelo acesso à Ribeira Quente, gostaria de dizer o seguinte:

Se é certo que há algumas dificuldades também não deixa de ser verdade que estamos aqui para trabalhar em conjunto e ultrapassar as dificuldades resultantes da actual situação económica.

O Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional do Ambiente e Florestas, tem estado a estudar e a ponderar percursos alternativos ao actual caminho de acesso à freguesia da Ribeira Quente.

Porém, ainda não foi encontrada solução que garanta integrar a segurança dos utilizadores e a circulação normal de viaturas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Nós, Sr. Deputado, somos pessoas de boa-fé, sabemos esperar e temos a certeza que quando for possível o Governo estará mais uma vez connosco como esteve antes e nos dará uma mão para aquilo que for preciso...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque a principal preocupação deste Governo é gerir os interesses dos Açores e acautelar a posição dos açorianos neste contexto de dificuldade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): E os bombeiros da Povoação?

A Oradora: Sr. Deputado, eu diria “*your concern*”? A sua preocupação seria quase “*touching*”, era quase comovente.

Mas, vou dizer-lhe, Sr. Deputado, não me convence.

Basta recordar que hoje o município da Povoação está mais pobre porque o senhor, por razões que desconheço, não soube defender com sensatez, nem os interesses da câmara, nem os interesses da população do nosso concelho.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Deputado Francisco Álvares (PSD): Tenha vergonha!

A Oradora: *You have shame.*

Para fazermos aquilo que é adequado e oportuno neste momento só devemos avançar para aquilo que temos a certeza que podemos pagar.

O senhor não só não teve disciplina financeira, como também não pagava a quem devia. Isto é muito fácil.

Vou fazer aqui um resumo muito simples, para que, de uma vez por todas nesta Assembleia, as pessoas fiquem com a transparência e a nitidez que este assunto merece.

Começaria por fazer uma breve resenha sobre a situação da Câmara, quando nós entrámos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o que é isto, Sr. Presidente?

A Oradora: Quando o senhor entrou em 2001, a actual dívida da câmara era de 9 milhões...

Presidente: Sr. Deputada, agradecia, tanto quanto possível, que falássemos de protecção civil.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

A Oradora: Vou prosseguir o mais breve possível.

... quando o senhor saiu era de 37 milhões de euros.

Não vou dizer, ponto por ponto, porque não vale a pena.

Já agora, e já que o senhor está tanto preocupado com aquilo que não se faz na Povoação, gostaria de referir aqui as famosas piscinas, que o senhor foi exhibir.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é Assembleia Municipal!

A Oradora: As famosas piscinas que custaram seis milhões de euros e que o senhor teve o descaramento de exhibir-se no convívio povoacense que teve nos Estados Unidos, no *Portuguese Time* dizendo assim: “há um nível de qualificação de espaço. A Povoação vai passar a dispor de espaços que fazem inveja a qualquer outro sítio da ilha, incluindo Ponta Delgada (não sei se a sua líder vai gostar de ouvir isso). Posso acrescentar que vamos ter das melhores piscinas dos Açores. Vamos ter centros desportivos de grande qualidade”.

Presidente: Sra. Deputada...

Continuou a relatar os seus empreendimentos.

Deputado João Costa (PSD): A senhora tem um respeito pelo Sr. Presidente da Assembleia fundamental!

A Oradora: Voltando ao complexo das piscinas, não só não passou na vistoria, como também não passou o complexo desportivo.

Sr. Deputado, a Câmara da Povoação vai continuar, nós povoacenses vamos continuar com a nossa política de contenção, de despesa e pagamento.

Temos três objectivos que são: a diminuição dos custos de financiamento da autarquia, o pagamento da dívida e a redução do excesso de endividamento.

Deputados Luís Garcia e Rui Ramos (PSD): Isto não é a Assembleia Municipal!

A Oradora: Não interessa, nós fazemos como faz o Primeiro-Ministro. Foi dito pelo nosso Presidente e cito ...

Presidente: Sra. Deputada tem por acaso algum interesse o facto de não sermos a Assembleia Municipal da Povoação.

Agradecia que tanto quanto possível falássemos na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional, de protecção civil, rede viária e tudo o que é da competência do Sr. Secretário Regional

A Oradora: Já termino.

Só gostaria de deixar aqui o seguinte: o PS/Açores é, e continuará a ser cada vez mais, o cais de esperança onde aportam todos os que se prezam e se envolvem na realização do bem comum.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à pergunta que foi colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares, gostaria de dizer que, em primeiro lugar, não há qualquer derrapagem no âmbito do Processo das SCUT's. Os valores contratualizados, os valores a pagar são exactamente aqueles que resultam do contrato aprovado nesta Assembleia a 27 de Setembro de 2006, não havendo também por essa via qualquer adicional ao contrato, ou qualquer alteração em relação ao contrato aprovado nesta Assembleia em 2006.

Os valores a pagar resultam exclusivamente e na íntegra, nos termos contratuais que esta Assembleia aprovou a 27 de Setembro de 2006, não havendo por isso qualquer alteração a esse documento aprovado (penso que por unanimidade) por esta Assembleia.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

(* **Deputado Francisco Álvares** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um protesto pela intervenção da Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Obviamente que pela sua intervenção deu a ideia de que o PS não quer discutir as questões que estão em cima da mesa.

Efectivamente a Sra. Deputada veio aqui mais uma vez prestar um mau serviço ao concelho da Povoação, colocando-se ao lado dos interesses do Governo, ao contrário daquilo que deveria fazer, ou seja colocar-se ao lado dos interesses do concelho pelo qual aqui foi colocada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais nenhum pedido de esclarecimento.

Vamos passar à intervenção seguinte.

Dou a palavra à Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Cumpre a esta Assembleia, discutir e votar as duas propostas de Decreto Legislativo Regional relativas ao Plano Anual Regional e ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012.

Os documentos apresentados pelo Governo Regional dos Açores são reveladores de aprofundado trabalho, de preocupação com as necessidades dos açorianos e de grande lucidez na definição das prioridades, a saber: rigor na afetação de recursos, equilíbrio nas finanças públicas, aproveitamento de fundos estruturais, incremento da competitividade económica e reforço das políticas de solidariedade e coesão social.

O Plano em apreciação nesta Câmara completa as Orientações de Médio Prazo 2009-2012 não obstante a conjuntura atual desfavorável aos Açores. O referido documento antevia já medidas de antecipação aos efeitos do ambiente externo, que vieram a ser monitorizadas, acompanhadas e reforçadas através da ação competente, alicerçada na inigualável experiência e visão de futuro, deste Governo.

Em termos de políticas sectoriais, e mais concretamente na Prevenção de Riscos, Proteção Civil e Acessibilidades, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista analisa, nesta intervenção, os Programas 17 – Proteção Civil e 18 – Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Coletivos, áreas da tutela da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

De facto, esta Secretaria desempenha um importantíssimo papel no âmbito de setores-chave na vida das pessoas como a segurança e as acessibilidades, bem como nas dinâmicas intersectoriais dos Grandes Objetivos de Desenvolvimento do Governo Regional, plasmados nos citados documentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Programa 17, nunca como agora as Corporações de Bombeiros foram tão apoiadas e estiveram tão bem dotadas dos meios de auxílio rápido e eficaz às populações das nossas ilhas, quanto à melhoria de equipamentos, formação de recursos humanos, construção e beneficiação de quartéis, atribuição de ambulâncias de socorro de transporte, medicalizáveis e de suporte integrado de vida.

O progresso destas Associações passa também pelo cabal aproveitamento das funcionalidades já existentes. A remodelação do quartel da Associação de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo é um exemplo a seguir, num tempo em que se impõem a rentabilização de espaços e de recursos: toda a estrutura foi pensada no sentido de prestar um serviço de excelência aos trabalhadores e aos seus voluntários. Dispõe de camaratas femininas e masculinas; refeitório e ainda estruturas para servir a população como o posto de enfermagem, salas de formação, biblioteca com condições de implementação de espaços TIC e núcleo museológico.

Está inscrita no Plano a verba de 1.823.200 euros destinada essencialmente, e para além da finalização do quartel de Angra, à segunda fase do quartel da Ribeira Grande e à remodelação e ampliação dos quartéis de S. Roque do Pico e de Santa Cruz das Flores.

Para além da modernização, beneficiação e construção de infraestruturas e da atribuição de mais meios materiais e humanos às corporações de bombeiros, saudamos a incrementação da qualidade do socorro pré-hospitalar, a melhoria do serviço 112, pelo apetrechamento do Centro de Operações de Emergência, e o reforço do Programa Regional de Desfibrilhação Automática Externa, na sua ligação ao Sistema Regional de Saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De relevante importância são as ações de formação e informação, de modo a dotar os açorianos, agentes ativos e principais destinatários das políticas de

segurança e proteção de pessoas e bens, do conhecimento dos meios ao dispor e das boas práticas a levar a cabo sempre que necessário.

A consciencialização individual e coletiva, assente no vetor prevenção, é um investimento do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores nas dinâmicas de interação, envolvimento e cooperação das populações – desde as crianças até aos idosos – com as suas associações de bombeiros e proteção civil, reforçando laços de proximidade e capacitando as pessoas para a adequada resposta em situações de risco ou calamidade.

Assim, prevêm-se, entre outras ações, protocolos com diversas entidades; cooperação técnico-científica com a Universidade dos Açores; formação profissional para a proteção civil e bombeiros. De realçar a criação dos clubes de proteção civil nas nossas escolas, uma ação pedagógica que vai abranger cerca de 25.000 crianças.

O Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores é reconhecido nacional e internacionalmente, quer pela qualidade profissional de todos os seus agentes, quer pela permanente atenção do Governo à segurança e proteção das pessoas, numa Região como a nossa. A dotação global prevista para este Serviço é disso claro exemplo: 4.733.861 euros. Destacamos a verba atribuída às radiocomunicações e ao transporte terrestre de emergência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na política sectorial das Acessibilidades, o Programa 18 engloba obviamente a reabilitação, requalificação e conservação das vias existentes e a construção de novas estradas.

As estradas açorianas em geral, e as de São Miguel em particular, eram uma extensa rede viária, associada à orografia e ao tipo de povoamento. As vias SCUT encurtaram a distância e a insularidade dentro da ilha de São Miguel. A maior ilha do arquipélago era também a maior na lonjura. Quantas crianças e idosos calcorrearam canadas e caminhos para ir à escola ou ao médico!

Deputado João Costa (PSD): Não está a falar na estrada da Fajã do Calhau! Essa então...

A Oradora: Quantas pessoas do Nordeste morreram sem conhecer os Mosteiros e as Sete Cidades, e vice-versa!

De facto, o tempo e o longe foram inimigos, na ilha de São Miguel mais do que em qualquer outra, da aproximação de pessoas e de coisas, impedindo o convívio, o conhecimento e as trocas, dificultando o desenvolvimento.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O pior agora é dinheiro para pagar isso tudo!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Claro que valeu a pena construir as estradas SCUT. São Miguel tem hoje um novo rosto, uma nova posição estratégica e horizontes mais vastos no âmbito do seu progresso económico. As vias SCUT foram um investimento ímpar na abolição de constrangimentos, promovendo as empresas sediadas nos concelhos abrangidos e as dinâmicas de intercâmbio entre todos os concelhos da ilha.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Todos não!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Menos o da Povoação!

A Oradora: Muitos foram os ataques mesquinhos e irresponsáveis do maior partido da oposição ao Governo durante a construção destas vias, desde as dúvidas lançadas sobre a capacidade de vigilância e acompanhamento – as obras mais fiscalizadas pela respetiva Secretaria Regional – às insinuações sobre o cálculo das rendas, que apenas demonstram a impreparação do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Em termos do projeto de reabilitação de estradas, o Plano contempla também importantes ações na beneficiação e pavimentação das estradas regionais em todas as ilhas dos Açores, como aliás vem sendo feito, e a todos deve orgulhar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No Corvo não se nota isso!

A Oradora: Salientamos igualmente a importância das verbas para a requalificação viária e para eventuais calamidades. Os Açores apresentam, de facto, uma distinta configuração em termos de estradas, miradouros, proteção

de taludes, bem como a garantia de acesso rápido de máquinas e limpeza das vias em situações de derrocadas.

Para além dos ganhos em tempo e em eficiência, a nova realidade da rede viária regional pauta-se pelo decréscimo da sinistralidade. Esta tendência demonstra os efeitos positivos dos investimentos efetuados nas estradas dos Açores, de quase 3 centenas de milhões de euros desde 1996.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação de Frotas no Transporte Coletivo Regular de Passageiros (SIRIART), salientamos, para o período entre 1995 e 2010, um total de mais 230 veículos afetos ao transporte coletivo regular de passageiros na Região Autónoma dos Açores, 185 dos quais ao abrigo do SIRIART, com 80,4% da frota renovada entre 2002 e 2010.

Ainda neste projeto, salientamos o impacto da implementação do passe social, um apoio efetivo às famílias, através de descontos proporcionais às distâncias percorridas, e um incentivo à utilização dos transportes públicos e à qualidade ambiental. Só a ilha de S. Miguel regista um movimento anual de 6 milhões de passageiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os governos do Partido Socialista conferiram, nos últimos 15 anos, um novo rosto à Região Autónoma dos Açores, colocando-a na rota da modernidade e do desenvolvimento.

Vivemos um tempo em que muitos países questionam as receitas da *troika* e que destacadas individualidades do nosso país reconhecem a ineficácia das políticas de austeridade do Governo da República, porque não acompanhadas de medidas que alavanquem a economia.

Aqui, os açorianos sabem que podem contar com o Governo do Partido Socialista. É a única força política que reúne os mais capazes na defesa da autonomia, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Uiii!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Presunção e água benta!

A Oradora: ... na proteção e apoio das famílias e das empresas, ...

Deputado João Costa (PSD): Um em cada 3 açorianos são pobres, não conseguem pagar as contas até ao fim do mês! Tenha vergonha!

A Oradora: ... no desenvolvimento material e humano das nossas nove ilhas, em contraste com o maior partido da oposição que vacila entre o lado de cá e o lado de lá do mar, num perpétuo frenesim de contradições e ambiguidades, com uma total ausência de propostas credíveis.

O Governo Socialista já deu provas, inúmeras vezes, de que não muda de opinião quando muda o Governo em Lisboa, ...

Secretário Regional da Presidência (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... batendo-se pela defesa intransigente dos interesses dos Açores, do Estatuto Político-Administrativo e da Lei de Finanças Regionais, seja contra quem for.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!

A Oradora: Assim tem sido! E assim vai continuar a ser, a bem dos Açores e dos Açorianos.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento, Sras. e Srs. Deputados.

Creio não haver.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação. Pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Com certeza. É regimental.

Devo lembrar-lhe que atendendo à hora, creio não fazer sentido útil voltarmos hoje.

O Sr. Secretário vai anunciar de uma forma actualizada os tempos sobrantes.

Agradecia a vossa atenção.

Secretário: BE – 11 minutos e 30 segundos;

PPM – 2 minutos e 30 segundos;

CDS/PP – 38 minutos e 30 segundos;

PSD – 77 minutos;

Governo – 144 minutos

PS – 154 minutos e 50 segundos;

PCP – 1 minuto.

Presidente: Posto isto, retomamos os nossos trabalhos amanhã pelas 10 da manhã.

Muito boa noite.

Até amanhã.

(Eram 19 horas e 37 minutos)

(* **Texto não revisto pelo Orador**)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Garcia Lemos

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Listagem da correspondência

1 – Projecto de Proposta de Lei:

Assunto: Institui o Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO), com vista a permitir a desmaterialização dos certificados médicos de óbito e a sua emissão em suporte electrónico - PCM (M. Saúde) - (Reg. PL 36/2011) n.º 170/IX

Autor: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO –10

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 29.

2 – Projecto de Decreto-Lei:

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga a Directiva n.º 67/548/CEE e a Directiva n.º 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 - MAMAOT - (Reg. DL 188/2011) - n.º 171/IX

Autor: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO –25

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – DEZEMBRO – 05.

3 – Proposta de Lei:

Assunto: Institui o sistema de informação dos certificados de óbitos (SICO) com vista a permitir a desmaterialização dos certificados médicos de óbito e a sua emissão em suporte electrónico - n.º 170/IX - n.º 33/XII

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO –16

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – DEZEMBRO – 06;

Assunto: Propostas de Alteração à Proposta de Lei 27/XII/1 – (Orçamento de Estado 2012) - n.º 168/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 22

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 25.

4 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime Jurídico da Qualidade do Ar e da Protecção da Atmosfera](#) (N.º 33/2011)

Autor: Governo

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 20;

Assunto: [Orçamento da Região Autónoma dos Açores 2012](#) (N.º 34/2011)

Autor: Governo

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 23;

Assunto: [Plano Anual Regional para 2012](#) (N.º 35/2011)

Autor: Governo

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 23.

5 – Projecto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de Março - Estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efectuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg. \(N.º 14/2011\)](#)

Autor: PS

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – DEZEMBRO – 12.

6 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Primeira Revisão do Orçamento Ordinário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012 \(n.º 5/2011\)](#)

Autor: ALRAA

Data entrada: 2011– OUTUBRO – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 20.

7 – Projectos de Resolução:

Assunto: [Aplicação do novo Acordo Ortográfico na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#) (n.º 60/2011)

Autor: Grupo de Deputados

Data entrada: 2011– OUTUBRO – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 20;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas de compensação para atenuação do isolamento do\(a\)s enfermeiro\(a\)s das “Ilhas de Coesão”](#) (n.º 61/2011)

Autor: BE

Data entrada: 2011– OUTUBRO – 25

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 25;

Assunto: [Prorrogação para apresentação do Relatório Final por parte Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores - n.º 62/2011](#)

Autor: Um Grupo de Deputados

Data entrada: 2011– NOVEMBRO – 25.

8 – Petição:

Assunto: A favor da avifauna açoriana e contra a sua inclusão na lista de espécies de carácter cinegético (n.º 20/2011)

Autor: Pedro Miguel Reis Rodrigues

Data de Entrada: 2011.11.22

Comissão: Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de emissão de parecer: 2012.01.23.

9 – Requerimentos:

Assunto: [Porto na Freguesia do Salão](#)

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.10.21

Referência: 54.01.07 – N.º 84/IX;

Assunto: [CENTROVIA – Inspeções Periódicas Obrigatórias na Ilha das Flores](#)

Autor: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.10.21

Referência: 54.01.08 – N.º 543/IX;

Assunto: [Preço da farinha de trigo tipo 65 e do pão de trigo tipo 65](#)

Autores: Zuraida Soares e Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2011.10.21

Referência: 54.06.00 – N.º 544/IX;

Assunto: [Controlauto – Inspeções Periódicas Obrigatórias na Ilha de São Jorge](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.10.24

Referência: 54.01.05 – N.º 545/IX;

Assunto: [Garantias para o Financiamento da Obra de Saneamento Básico da Cidade da Horta](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Silveira (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.24

Referência: 54.03.07 – N.º 546/IX;

Assunto: [Lotinha](#)

Autora: Aida Santos (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.25

Referência: 54.03.01 – N.º 547/IX;

Assunto: [Porto do Topo - Ilha de São Jorge, continua caído no esquecimento...!!! As obras não começaram e a grua não funciona em pleno](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.27

Referência: 54.03.05 – N.º 548/IX;

Assunto: [Exploração do jogo fortuna ou azar na Região](#)

Autores: Duarte Freitas, António Marinho, Clélio Meneses, Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.27

Referência: 54.03.00 – N.º 549/IX;

Assunto: [Atraso na conclusão da empreitada de concepção/construção do reperfilamento do leito da ribeira da Aqualva](#)

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2011.10.27

Referência: 54.06.02 – N.º 550/IX;

Assunto: [Bolsas de Estudo](#)

Autores: Clélio Meneses, Costa Pereira, Luís Garcia, Cláudio Almeida, Mark Marques, Aida Santos e Paulo Ribeiro (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.28

Referência: 54.03.00 – N.º 551/IX;

Assunto: [Abastecimento de água à lavoura nos Fenais da Ajuda](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.10.28

Referência: 54.01.02 – N.º 552/IX;

Assunto: [Observatório Açoriano da Juventude](#)

Autores: Cláudio Almeida, Jorge Costa Pereira, Aida Santos, Mark Marques, António Ventura e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.28

Referência: 54.03.00 – N.º 553/IX;

Assunto: [Horários de Inverno - Santa Maria](#)

Autora: Aida Santos (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.31

Referência: 54.03.00 – N.º 554/IX;

Assunto: [Os trabalhadores das Casas do Povo não podem ser vítimas](#)

Autores: Pedro Gomes, Mark Marques, Jorge Costa Pereira, Luís Garcia, António Ventura, Cláudio Lopes, Aida Santos, João Bruto da Costa, Cláudio Almeida e José Francisco Fernandes (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.31

Referência: 54.03.00 – N.º 555/IX;

Assunto: [Cedência de terrenos das termas do Varadouro ao município da Horta](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.31

Referência: 54.03.07 – N.º 556/IX;

Assunto: [Eliminação de resíduos infestados por térmitas](#)

Autores: Paulo Ribeiro, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2011.11.02

Referência: 54.03.00 – N.º 557/IX;

Assunto: [Perdiz](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.11.04

Referência: 54.04.00 – N.º 558/IX;

Assunto: [Serviços de Apoio Administrativo aos Agricultores da Zona do Topo](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.11.04

Referência: 54.04.05 – N.º 559/IX;

Assunto: [Custos com Festas de Inauguração das SCUT](#)

Autores: António Marinho, António Pedro Costa, Cláudio Almeida, Francisco Álvares, Jorge Macedo, Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD)

Data de Entrada: 2011.11.07

Referência: 54.03.02 – N.º 560/IX;

Assunto: [Estudo Intitulado "Apoyo ao Desenvolvimento de Rotas Aéreas para o Arquipélago dos Açores"](#)

Autores: Jorge Macedo e Aida Santos (PSD)

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.03.00 – N.º 561/IX;

Assunto: [Doentes da diálise da Povoação transportados em condições desumanas](#)

Autor: Francisco Álvares (PSD)

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.03.02 – N.º 562/IX;

Assunto: [Recuperação da Casa e Redutos do Solar onde nasceu Manuel de Arriaga](#)

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.06.07 – N.º 563/IX;

Assunto: [Feira Agro-Comercial da Graciosa](#)

Autores: António Ventura, Jorge Macedo, Mark Marques, Aida Santos e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2011.11.10

Referência: 54.03.04 – N.º 564/IX;

Assunto: [Pagamento de bolsas A estudantes de medicina](#)

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.11.14

Referência: 54.01.00 – N.º 565/IX;

Assunto: [Bizex](#)

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.11.22

Referência: 54.01.00 – N.º 566/IX.

10 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Reestruturação da Segurança Social nos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.20

Referência: 54.03.00 – N.º 489/IX;

Assunto: [Relatórios e Contas do Sector Público Regional](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.20

Referência: 54.03.00 – N.º 491/IX;

Assunto: [Lotinha](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.04

Referência: 54.03.01 – N.º 547/IX;

Assunto: [Caminhos agrícolas de Santo Antão e Topo, em mau estado de conservação](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.03.05 – N.º 506/IX;

Assunto: [Para Quando a Requalificação das Termas do Varadouro?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.03.07 – N.º 508/IX;

Assunto: [Trilhos Pedestres - por inércia do Governo e Autarquia, Populares deitam mãos á obra](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.03.05 – N.º 510/IX;

Assunto: [Campanha de Vacinação Anti-Rábica e de Identificação de Cães de Caça](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.01.04 – N.º 515/IX;

Assunto: [Segurança do acesso ao Porto do Salão 13 anos após o Sismo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.03.07 – N.º 519/IX;

Assunto: [Condições oferecidas às crianças, pais e encarregados de educação transferidos para novas escolas devido à reestruturação da rede escolar](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.06.00 – N.º 521/IX;

Assunto: [Reuniões de avaliação nas interrupções lectivas - ataque à autonomia das escolas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.08

Referência: 54.01.00 – N.º 524/IX;

Assunto: [Ligações Pico – Lisboa pela SATA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.09

Referência: 54.03.06 – N.º 502/IX;

Assunto: [Bienal do Turismo Rural Atlântico](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.09

Referência: 54.01.00 – N.º 516/IX;

Assunto: [Bairro de Nossa Senhora de Fátima \(Joaquim Alves\)](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.09

Referência: 54.05.03 – N.º 536/IX;

Assunto: [Jardim das Laranjeiras](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.09

Referência: 54.01.02 – N.º 538/IX;

Assunto: [Horário restrito da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.10

Referência: 54.06.03 – N.º 535/IX;

Assunto: [FUNDOPESCA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.10

Referência: 54.06.00 – N.º 537/IX;

Assunto: [Horários da SATA para o próximo Inverno IATA voltam a prejudicar a Graciosa](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.16

Referência: 54.03.04 – N.º 513/IX;

Assunto: [Fusão de empresas regionais](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.16

Referência: 54.04.00 – N.º 540/IX;

Assunto: [Porto do Topo - Ilha de São Jorge, continua caído no esquecimento...!!! As obras não começaram e a grua não funciona em pleno](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.16

Referência: 54.03.05 – N.º 548/IX;

Assunto: [Atraso na conclusão da empreitada de concepção/construção do reperfilamento do leito da Ribeira da Aqualva](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.16

Referência: 54.06.02 – N.º 550/IX;

Assunto: [Infra-estruturas escolares no concelho das Lajes do Pico](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.16

Referência: 54.03.06 – N.º 542/IX;

Assunto: [Ampliação da sala de desmancha do matadouro do Pico](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.17

Referência: 54.03.06 – N.º 509/IX;

Assunto: [Observatório Açoriano da Juventude](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.18

Referência: 54.03.00 – N.º 553/IX;

Assunto: [Recuperação da casa e redutos do Solar onde nasceu Manuel de Arriaga](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.18

Referência: 54.06.07 – N.º 563/IX;

Assunto: [Reconhecimento da carta de condução das Bermudas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.22

Referência: 54.03.00 – N.º 541/IX;

Assunto: [Relatório e contas da APTSM, SA relativo a 2010; pedido de indemnização solicitado pelo consórcio construtor do empreendimento "Portas do Mar" e total do endividamento e encargo anual directamente relacionado com o empreendimento "Portas do Mar"](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.23

Referência: 54.04.02 – N.º 493/IX;

Assunto: [Inclusão de Rui Galvão de Carvalho na lista dos roteiros culturais](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.23

Referência: 54.03.00 – N.º 520/IX;

Assunto: [Proenergia - não há dinheiro nem informação](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.23

Referência: 54.03.00 – N.º 527/IX;

Assunto: [Parada Gay em São Miguel](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.23

Referência: 54.01.02 – N.º 529/IX;

Assunto: [Requalificação das escolas Básica e Secundária das Velas e Calheta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.23

Referência: 54.01.05 – N.º 534/IX;

Assunto: [Fiscalização às obras de saneamento básico no lugar da Ribeira Funda - Fenais da Ajuda](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.23

Referência: 54.01.09 – N.º 539/IX;

Assunto: [Doentes da diálise da Povoação transportados em condições desumanas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.23

Referência: 54.03.02 – N.º 562/IX;

Assunto: [Campo de Golfe do Faial](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.24

Referência: 54.03.07 – N.º 399/IX;

Assunto: [Fajã do Calhau](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.24

Referência: 54.06.02 – N.º 512/IX;

Assunto: [Eliminação de Resíduos Infestados por Térmitas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.24

Referência: 54.03.00 – N.º 557/IX;

Assunto: [Custos com festas de inauguração das SCUT](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.24

Referência: 54.03.02 – N.º 560/IX;

Assunto: [Qualidade Ambiental do Parque Industrial da Praia da Vitória](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.25

Referência: 54.03.03 – N.º 514/IX;

Assunto: [Comissão de Selecção do Sistema de Incentivos “Emprende Jovem”](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.25

Referência: 54.01.00 – N.º 531/IX;

Assunto: [Atlântica Sociedade de Turismo e Animação S.A.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.25

Referência: 54.06.00 – N.º 533/IX;

Assunto: [Bolsas de Estudo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.25

Referência: 54.03.00 – N.º 551/IX;

Assunto: [Horários de Inverno - Santa Maria](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.25

Referência: 54.03.00 – N.º 554/IX.

11 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a dar conhecimento dos relatórios de auditorias aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 14/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/118.02) – "Auditoria ao Observatório Regional do Turismo”;
- Audit. n.º 15/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/108.04) – "Auditoria à cabimentação orçamental e acatamento de recomendações no Centro de Saúde da Povoação”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.10.25

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a dar conhecimento das verificações internas de contas de gerência aprovadas e a seguir indicadas:

- VIC. n.º 13/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.28) – "FUNDOPESCA”;
- VIC. n.º 14/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.29) – "Proconvergência”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.11.21

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011 – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2007/A, de 23 de Julho, que aprova o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER)”

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.10.20

Referência: 102/16/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2011 - Regime de informação e apresentação de contas pelo sector público empresarial regional à Assembleia Legislativa.

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.10.20

Referência: 102/7/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2011 - “Cria a Comissão Regional de Classificação de Espectáculos”

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2011.10.31

Referência: 102/25/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011 - “Reestrutura o Sector Empresarial Regional na Área da Gestão do Ambiente”

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2011.10.31

Referência: 102/17/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011 – “Estrutura o Parque Marinho dos Açores”

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2011.10.31

Referência: 102/9/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011 – “Regime Geral de Prevenção, e Gestão de Resíduos”

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2011.11.07

Referência: 102/13/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2011 – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2009/A, de 5 de Junho, II Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMEDIA II para o quadriénio 2009/2012”.

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2011.11.07

Referência: 102/15/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 33/2011 – “Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2011.11.07

Referência: 102/19/IX;

Assunto: Ofício a comunicação, que o Senhor Deputado Luís Carlos Correia Garcia foi substituir como Secretário da Mesa da Comissão a Sra. Deputada Carla Patrício Carvalho Bretão Moniz, por esta se encontrar em situação de gravidez de risco, nos períodos de 1 de Setembro a 21 de Novembro de 2011

Proveniência: O Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Hernâni Jorge

Data de Entrada: 2011.11.10

Referência: 37.05/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar um exemplar do Relatório de Actividades e Contas, n.º 52, relativa ao 2.º semestre de 2009

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.11.17

Referência: 04.01.03/1/IX;

Assunto: Ofício a indicar a reeleição e tomada de posse, no passado dia 8 do corrente e a solicitar a indicação da ALRAA de 2 representantes efectivos e 2 suplentes, no prazo de 30 dias (úteis).

Proveniência: José da Silva Peneda, Conselho Económico e Social

Data de Entrada: 2011.11.17

Referência: 07.03.02/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar um exemplar do Relatório Anual, relativo ao exercício orçamental de 2010, bem como a respectiva Nota de Informação

Proveniência: Vitor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Data de Entrada: 2011.11.17

Referência: 13.01/1/IX;

Assunto: Ofício a comunicar a Constituição da Mesa da Assembleia Legislativa da Madeira, eleita no passado dia 8 de Novembro p.p. (2011-2015)

Proveniência: O Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa da Madeira

Data de Entrada: 2011.11.17

Referência: 11.03/1/IX;

Assunto: Ofício a solicitar o cancelamento do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011 - Estabelece a obrigatoriedade de prescrição por denominação comum internacional (DCI) e a possibilidade de o utente optar livremente por um medicamento genérico ou de marca

Proveniência: BE

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 22

Referência: 105/13/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que em conformidade com a substituição do Deputado José Cascalho a partir do dia 1 de Outubro de 2011, o Deputado Mário Moniz ficará com assento em todas as Comissões Permanentes e Eventuais, que o Deputado ocupava

Proveniência: BE

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 23

Referência: 66.05;

Assunto: Ofício a solicitar substituição temporária, com efeitos a partir da presente data, por um período de 10 (dez) dias

Proveniência: A Deputada, Alzira Silva

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 24

Referência: 28.09/22/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que não está disponível para assumir o mandato de Deputada Regional

Proveniência: Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 25

Referência: 28.09/22/IX;

Assunto: Ofício a comunicar que não está disponível para assumir o mandato de Deputado Regional

Proveniência: Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 25

Referência: 28.09/22/IX;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição de mandato da Deputada Alzira Silva, por um período de 10 dias, por incompatibilidade prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, da candidata Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa e do candidato Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores, vem informar que nos termos do n.º 1 do art.º 18.º da Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, do n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e do n.º 1 do art.º 9.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa, a vaga será preenchida pela Srª. Ana Paula Garcia de Lemos, a qual não tem os poderes verificados.

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 25

Referência: 28.09/22/IX;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 62/2011 - Prorrogação para apresentação do Relatório Final por parte Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores

Autor: Um Grupo de Deputados

Data entrada: 2011– NOVEMBRO – 25.

12 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 25

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Relativo à Verificação de poderes de Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 25

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 25

Comissão: Política Geral;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 17/XII - Procede à sexta alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto”](#)

Data de entrada: [2011 – OUTUBRO – 24](#)

Comissão: Política Geral;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 24/XII - Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana e ao Código Civil](#)

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 24

Comissão: Política Geral;

Assunto: [Projecto de Lei n.º 89/XII/1ª \(BE\) – Altera o Estatuto dos Gestores Públicos e a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, no sentido de limitar as](#)

remunerações dos gestores públicos e garantir maior transparência na sua atribuição

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 07

Comissão: Política Geral;

Assunto: Sobre as Propostas de Plano Anual Regional para 2012 e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 16

Comissão: Política Geral;

Assunto Projecto de Resolução n.º 46/2011 – Recomenda ao Governo Regional que assegure a participação, com um âmbito estatisticamente relevante, do sistema educativo açoriano do relatório PISA 2012”

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 10

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: Petição n.º 13/2011 - Contra o encerramento da Escola Básica Integrada / Jardim de Infância de Nossa Senhora da Conceição

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 10

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: Petição n.º 17/2011- Contra o encerramento da Escola Básica Integrada / Jardim de Infância dos Remédios

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 10

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 21

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Petição n.º 14/2011 - Contra o encerramento da Escola Básica/Jardim de Infância do Salão](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 21

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 26/XII – Segunda Alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 07

Comissão: Economia;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 27/XII – Aprova o Orçamento do Estado para 2012](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 07

Comissão: Economia;

Assunto: [Projecto de Resolução 49/2011 - Criação de Centros de Promoção e Consolidação de novos Empresários Agrícolas](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 11

Comissão: Economia;

Assunto: [Parecer Final sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional relativas ao Plano Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012 \(n.ºs 34 /2011 e 35/2011\)](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 23

Comissão: Economia;

Assunto: [Propostas de Alteração à Proposta de Lei n.º 27/XII/1 – Aprova o Orçamento do Estado para 2012](#)

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 25

Comissão: Economia;

Assunto: Parecer Intercalar, relativo à apresentação de Propostas Legislativas inseridas no âmbito e objecto da Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 24

Comissão: Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

13 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 106, 107, 108 e 109.

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco